

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO
DE MEDICINA**

DOURADOS - MS

2018

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD) E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (FCS)	4
1.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UFGD	4
1.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FCS	5
2 APRESENTAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA DA UFGD	5
2.1 INTRODUÇÃO	5
2.1.1 Histórico da Universidade Federal da Grande Dourados	5
2.1.2 Histórico do curso de Medicina	10
2.1.3 Necessidade social do curso	12
2.2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	13
3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE MEDICINA	14
3.1 CONTEXTO EDUCACIONAL	14
3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	17
3.2.1 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa	18
3.2.1.1 Programas de iniciação científica	18
3.2.2 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura	18
3.2.3 Pró-Reitoria de Ensino de Assuntos Comunitários e Estudantis	21
3.2.4 Escritório de Assuntos Internacionais	28
3.2.5 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação	28
3.2.6 Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual	30
3.3 RELAÇÕES DA GRADUAÇÃO COM PROGRAMAS INCLUÍDOS NAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE MEDICINA	30
3.3.1 O papel da monitoria no ensino de graduação	30
3.3.2 Relação do ensino de graduação com as atividades de pesquisa	32
3.3.3 Relação do ensino de graduação com as atividades de extensão	32
3.3.4 Relação do ensino de graduação com a residência médica e a especialização	32
3.4 ADEQUAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)	34
3.4.1 Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para a educação em direitos humanos	35

3.4.2 Diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental	37
3.4.3 Política de atendimento a portadores de necessidades especiais	38
3.5 OBJETIVOS DO CURSO DE MEDICINA	40
3.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	41
3.7 SÚMULAS DAS DISCIPLINAS	42
3.8 EMENTÁRIO	42
3.8.1 Disciplinas do eixo de formação comum à universidade	50
3.8.2 Disciplinas do eixo de formação comum à área	52
3.8.3 Disciplinas específicas do curso	53
3.8.4 Disciplinas eletivas	60
3.9 METODOLOGIA	65
3.9.1 Mudança do processo de abordagem pedagógica do curso de Medicina	67
3.9.2 Metodologias ativas de ensino	72
3.10 ESTÁGIO SUPERVISIONADO (INTERNATO MÉDICO)	74
3.10.1 Reestruturação do internato da UFGD	76
3.10.2 Estágio supervisionado em Saúde do Adulto	77
3.10.3 Estágio supervisionado em Saúde da Mulher e da Criança	78
3.10.4 Estágio supervisionado em Saúde Rural e Indígena	78
3.10.5 Estágio supervisionado em Medicina de Urgência e Emergência	79
3.10.6 Avaliação do Estágio Supervisionado (Internato)	83
3.10.7 A Comissão de Estágio Supervisionado (COES)	85
3.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES	87
3.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)	87
3.13 APOIO AO DISCENTE	88
3.14 NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EXPERIÊNCIA DOCENTE	88
3.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO	89
3.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	91
3.17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM	94
4. CORPO DOCENTE DO CURSO DE MEDICINA	102
4.1 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO	102
4.2 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DE CURSO	103
4.3 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	103
4.4 TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE DA FACULDADE DE MEDICINA	104

4.5 A COMISSÃO DE ENSINO DO CURSO DE MEDICINA	108
4.6 A COMISSÃO DE PESQUISA	109
4.7 A COMISSÃO DE EXTENSÃO	109
4.8 A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO	110
4.9 O CONSELHO DIRETOR	110
4.10 PRODUÇÃO CIENTÍFICA	111
4.11 RESPONSABILIDADE DOCENTE PELA SUPERVISÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA	112
5 INFRAESTRUTURA	112
5.1 GABINETES DE TRABALHO, SALA DE PROFESSORES E SALAS DE REUNIÃO	112
5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E DIREÇÃO DA FCS	113
5.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS	113
A Secretaria de Graduação da Faculdade de Ciências fica localizada no piso térreo, com espaço físico que acomoda as Coordenadorias do Curso de Nutrição e também a Coordenadoria do Curso de Medicina. As Coordenadorias têm espaço físico determinado, separadas uma da outra.	113
5.4 SALAS DE AULA	114
5.5 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	115
5.6 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA E ACERVO	115
5.6 BIOTÉRIOS	117
5.7 LABORATÓRIOS	118
5.7.1 Laboratórios de Ensino	118
5.7.2 Laboratório de Habilidades Médicas	121
5.8 PROTOCOLOS DE EXPERIMENTOS	125
5.9 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA	126
ANEXOS	127
BIBLIOGRAFIA	130

1 APRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS (UFGD) E GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE (FCS)

1.1 ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DA UFGD

Reitora: Prof.^a Dr.^a Liane Maria Calarge

Vice-Reitor: Prof. Dr. Marcio Eduardo de Barros

Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas: Pró-Reitor Prof. Dr. Caio Luis Chiariello

Pró-Reitoria de Administração: Pró-reitor T.A. Vander Soares Matoso

Pró-Reitoria de Ações Comunitária e Assuntos Estudantis: Pró-reitor Prof. Dr. Pablo Christiano Barboza Lollo

Pró-Reitoria de Avaliação Institucional e de Planejamento: Pró-Reitora T.A. Cristiane Stolte

Pró-Reitoria de Ensino e Graduação: Pró-Reitora Prof.^a Dr.^a Paula Pinheiro Padovese Peixoto

Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa: Pró-Reitora Prof.^a Dr.^a Kely de Picoli Souza

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura: Pró-Reitora Prof.^a Dr.^a Juliana Rosa Carrijo Mauad

1.2 GESTÃO ADMINISTRATIVA DA FCS

Diretora: Silvia Aparecida Oesterreich

Vice-Diretor: Paulo Roberto Bertolotto

Coordenador do Curso de Medicina: Thiago Pauluzi Justino

Coordenadora do Curso de Nutrição: Cláudia Gonçalves de Lima

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde: Arquimedes Gasparotto Júnior

Coordenadora Administrativa: Soviana Foppa

Secretária Acadêmica: Celia Garcia de Deus

Chefe da Seção de Laboratórios: Caroline André de Souza Jorge

2 APRESENTAÇÃO DO CURSO DE MEDICINA DA UFGD

2.1 INTRODUÇÃO

2.1.1 Histórico da Universidade Federal da Grande Dourados

O antigo sul de Mato Grosso (região que, desde 1977, constitui o Estado de Mato Grosso do Sul) é um território que desde muito cedo, teve importância política e econômica. No século XVIII, quando ele passou a constituir importante parte da rota clássica das monções, que ligavam São Paulo às regiões (situadas no atual Estado de Mato Grosso) onde se haviam descoberto jazidas auríferas. A partir da primeira metade do século XIX, quando começa a desenvolver-se a economia agropastoril, centrada na pecuária bovina a economia da região passa a ganhar importância. Ao fim da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai (1870), novas perspectivas se abriram para a economia da região, com a definitiva abertura da navegação pelo rio Paraguai, o que passou a permitir a ligação entre Mato Grosso e o Atlântico, via estuário do Prata. Ao longo da primeira metade do século XX, consolidaram-se as relações diretas entre a região e o Sudeste brasileiro, por meio, inicialmente, do transporte ferroviário (E. F. Noroeste do Brasil, 1914) e, em seguida, por meio das estradas de rodagem. Desse modo, pode-se dizer que esse antigo sul de Mato Grosso, tal como o conjunto da Região Centro-Oeste, integrou-se, de maneira fundamentalmente complementar, à expansão das atividades econômicas do pólo industrial localizado no Sudeste brasileiro, exercendo, dentro da divisão regional do trabalho, sobretudo o papel de fornecedor de bens primários. Durante todo esse processo, no curso dos séculos XIX e XX, a região caracterizou-se por agregar populações das mais diferentes origens: indígenas (remanescentes dos processos de desestruturação e destruição dos grupos originais), migrantes paulistas, mineiros, nordestinos, sulistas,

paraguaios, bolivianos e outros imigrantes estrangeiros (europeus, sírio-libaneses, japoneses).

O crescimento populacional e o aumento das demandas da sociedade levaram, entre fins da década de 1960 e início da década de 1970, ao estabelecimento da primeira universidade nessa região: a Universidade Estadual de Mato Grosso (UEMT), sediada em Campo Grande, que se transformaria, após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, na atual Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O Campus da UFMS em Dourados teve sua origem em um conjunto de medidas relativas ao ensino superior, editadas pelo governo do Estado de Mato Grosso entre fins de 1969 e início de 1970. A lei estadual nº 2.972, promulgada pela Assembleia Legislativa em 2 de janeiro de 1970, dispôs extensamente sobre esse assunto, determinando, entre outras coisas: a criação de Centros Pedagógicos nas cidades de Corumbá, Três Lagoas e Dourados, incluindo a criação, nesta última cidade, de um curso de Agronomia. Os referidos centros foram efetivamente criados, sendo o Centro Pedagógico de Dourados (CPD) foi inaugurado em dezembro de 1970). O Centro foi logo incorporado à recém-criada Universidade Estadual de Mato Grosso (instalada oficialmente em novembro de 1970, com sede em Campo Grande), e em abril de 1971 tiveram início as aulas dos primeiros cursos: Letras e Estudos Sociais (ambos de licenciatura curta). A partir de 1973 passaram a funcionar licenciaturas plenas em Letras e História e, a partir de 1975, a licenciatura curta em Ciências Físicas e Biológicas. Desde a época de sua implantação, o CPD recebeu alunos não apenas do município-sede, mas também dos vários municípios da região chamada Grande Dourados – cabendo notar que o CPD foi o primeiro (e ainda por muitos anos, até o final da década de 1970, o único) centro de ensino superior existente nessa extensa região.

O curso de Agronomia, previsto já em 1970, foi criado somente em fins dessa década, passando a funcionar em 1978. A implantação desse curso tornou necessária a construção de novas instalações, as quais foram edificadas em uma gleba de 90 hectares situada na zona rural, distante 12 km do centro da cidade (para onde se transferiu o curso de Agronomia em 1981).

Nessa época, os centros pedagógicos da UEMT passaram a ser denominados centros universitários – surgindo assim a sigla CEUD. Após a criação do Estado de Mato Grosso do Sul, efetivada em 1979, a antiga UEMT foi federalizada, transformando-se na atual UFMS; por outro lado, desde janeiro de 2000 a UFMS alterou as denominações de suas unidades situadas fora da capital do Estado, adotando a designação Campus em lugar de Centro Universitário, alterando-se assim a sigla CEUD para CPDO – (Campus de Dourados da UFMS).

Na primeira metade da década de 1990, mediante um convênio entre a UFMS e a recém-criada Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS, sediada em Dourados), foi intensificada a utilização da gleba onde o curso de Agronomia fora instalado. Assim, a UEMS construiu naquele local seu edifício-sede e outras instalações, que passaram a ser usadas pelas duas universidades. A própria UFMS, por sua vez, tomou a iniciativa de edificar ali um novo bloco, de tal modo que, em 1999, nessa que tem sido chamada, provisoriamente, de "Unidade 2" do CEUD, já funcionavam, além de Agronomia, também os seguintes cursos: Biologia (desde 1994), Matemática (1994), Análise de Sistemas (1997), Ciências Contábeis (1997) e Letras (a partir de 1999). Nessa Unidade funcionaram os cursos de Medicina, Direito, Administração e os bacharelados em Letras e Ciências Biológicas. Desse modo, permaneceram no antigo prédio (Unidade 1) apenas os cursos de graduação e pós-graduação em História, Geografia e Pedagogia.

A Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD surgiu do desmembramento da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, prevista na Lei nº 6.674, de 5 de julho de 1979. Foi criada a partir de Projeto de Lei de 1 de dezembro de 2004. A cidade de Dourados e seu entorno têm suas potencialidades econômicas representadas pela infra-estrutura já instalada, assentada numa malha rodoviária bem estruturada; pela alta produtividade agropecuária e agroindustrial; pelo potencial de profissionais qualificados e mercado regional que devem solidificar a agroindústria e a indústria tradicional. A terminologia Região da Grande Dourados consolidou-se no imaginário popular, abrangendo a porção sul do território que hoje constitui

Mato Grosso do Sul. Em razão disso, o Instituto de Planejamento de Mato Grosso do Sul (IPLAN/MS), em 2000, por ocasião da elaboração de seu plano de desenvolvimento regional, dividiu o território estadual em 8 regiões de planejamento, mantendo, nesse conjunto, a denominação Região da Grande Dourados para o espaço geográfico cuja cidade-pólo é Dourados – embora a delimitação proposta pelo referido órgão de planejamento englobe apenas 13 municípios, não representando, de fato, a área polarizada pela cidade de Dourados no contexto social, econômico e cultural de Mato Grosso do Sul. O fluxo de acadêmicos que converge para a Universidade Federal da Grande Dourados extrapola a “região da Grande Dourados”, tal como definida pelo IPLAN/MS, abrangendo outras regiões definidas pelo mesmo órgão – como é o caso das regiões denominadas Sul-Fronteira e Leste. Desta forma, considera-se como componentes da Região da Grande Dourados os seguintes 37 (trinta e sete) municípios: Dourados, Itaporã, Maracaju, Rio Brilhante, Nova Alvorada do Sul, Douradina, Deodápolis, Glória de Dourados, Fátima do Sul, Vicentina, Caarapó, Juti, Jateí, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Laguna Carapã, Amambai, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Tacuru, Japorã, Mundo Novo, Eldorado, Iguatemi, Itaquiraí, Naviraí, Ivinhema, Novo Horizonte do Sul, Taquarussu, Baitaporã, Anaurilândia, Bela Vista, Bataguassu, Nova Andradina e Angélica.

Em 2005, ano da sanção presidencial para Lei nº 11.153, o Campus de Dourados possuía 12 cursos de graduação (Agronomia, Letras, História, Geografia, Matemática, Sistemas de Informação, Ciências Biológicas, Medicina, Direito, Ciências Contábeis, Administração e Pedagogia). A UFGD ampliou de modo significativo as oportunidades de ensino em Mato Grosso do Sul, tanto na graduação quanto na pós-graduação. O número de cursos de graduação que era de 12 em 2005, passou para 28 a partir de 2009, ampliando o número de vagas ofertadas de 590/ano em 2005 para 1.535/ano em 2012. Em 2013, considerando as vagas na graduação e pós-graduação *stricto sensu* presencial e graduação a distância na UFGD, foram ofertadas 8.488 vagas. Para o projeto de expansão, a ser implantado entre 2013 e 2020, estão sendo

propostos 59 cursos novos de graduação presencial e a distância e 46 cursos de Pós-graduação *Stricto sensu*, no mesmo período (Res. 44/2013).

A UFGD, frente a sua missão, compromisso e valores, busca desenvolver e difundir, por meio do ensino de graduação e pós graduação, gerar todas as formas de conhecimento teórico e prático, visando à formação de pessoas capacitadas para o exercício da investigação e inserção no mercado de trabalho, bem como para o magistério e os demais campos de trabalho nas áreas culturais, artísticas, científicas, tecnológicas, políticas e sociais; estuda questões socioeconômicas, educacionais, políticas e culturais da sociedade com o propósito de contribuir para o desenvolvimento local, regional e nacional, bem como para melhorar a qualidade de vida da população e retornar a ela os investimentos feitos na Universidade. Além de seu compromisso de formar profissionais cidadãos, estabelecer formas de cooperação com os poderes públicos e outras instituições científicas, culturais e educacionais brasileiras e estrangeiras.

A estrutura acadêmica da UFGD em 2018 constitui-se em 12 faculdades, com um total de 43 cursos de graduação, sendo destes, 37 presenciais, e seis de educação à distância. A pós-graduação ofereceu 54 cursos, dos quais 24 foram de Especializações, 21 Mestrado e 9 Doutorado.

2.1.2 Histórico do curso de Medicina

O Curso de Medicina foi criado a partir da Resolução nº 76 de 21 de dezembro de 1999 do Conselho Universitário (CONSUN) da Fundação Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS), considerando o Parecer CES/CNE nº 783/ 99 homologado pelo Ministro de Educação, em 19 de agosto de 1999, e, ainda, o contido no Processo nº 23104.003638/99-7. Inicialmente o curso funcionou como extensão do Curso de Graduação em Medicina, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, criado pela Resolução CEE/MT nº45, de 27 de dezembro de 1967, e reconhecido pelo Decreto nº 72.939, de 17 de outubro de 1973.

As aulas tiveram início em 8 de maio de 2000. Durante os sete primeiros anos do curso, as aulas teóricas ocorreram no CEUD e eram utilizados os laboratórios do curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS). Durante os seis primeiros anos contou apenas com um professor efetivo, poucos professores do curso de Campo Grande se dispuseram à ministrar aulas em Dourados. Dessa forma, houve a necessidade de se contratar professores substitutos e contar com a adesão de professores voluntários.

Com o início das atividades acadêmicas a antiga Santa Casa de Dourados foi incorporada à UFMS e, recebeu a denominação de Hospital Universitário (HU). O Hospital teve a primeira denominação como “Santa Casa de Dourados” que tinha como sua Mantenedora inicial à Sociedade Douradense de Beneficência (SODOBEM). A partir de 2004, a Santa Casa de Dourados passou a receber o nome de “Hospital Universitário de Dourados” e passou a ser administrado pela criada Fundação Municipal de Saúde. No final do ano de 2008, a diretoria da SODOBEM resolveu doar todas as instalações e equipamentos para a UFGD. Por meio da Lei Municipal nº 3.118/2008, o Poder Executivo Municipal autorizou a doação da área e edificações à UFGD, a serem utilizadas para atendimento hospitalar pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e Hospital Escola. O Ministério da Educação, então, criou a Unidade Gestora e propôs um valor para o HU no orçamento da União de 2009. A UFGD passou a administrar o Hospital a partir de 01 de janeiro de 2009.

O Hospital Universitário (HU) é órgão suplementar da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), vinculado aos Ministérios da Saúde e da Educação. Atende a uma macrorregião de 33 municípios, que representa o atendimento de aproximadamente 800 mil pessoas, além de atender a população de fronteira (Paraguai) e indígena. Está localizado à Rua Ivo Alves da Rocha, 558, Altos do Indaiá, no município de Dourados, Mato Grosso do Sul. Atualmente o HU/UFGD é administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Com a transformação do campus de Dourados da UFMS em UFGD, o curso de Medicina passou a fazer parte da Faculdade de Ciências da Saúde

(FCS) e recebeu investimento do Governo Federal. As salas de aula, o prédio de administração da FCS foi mobiliado e os laboratórios foram equipados para as aulas práticas. Neste ano, iniciaram os Estágios Supervisionados com a contratação temporária de preceptores. Progressivamente, foram realizadas as contratações de novos professores e, atualmente, são 67 docentes para o curso de Medicina e 16 docentes para o curso de Nutrição na Faculdade de Ciências de Saúde.

O curso foi reconhecido pela Portaria do MEC nº 1062 de 24 de maio de 2006. Teve renovação do reconhecimento pelas Portarias MEC/SESu nº 775 de 07 de novembro de 2008 e Portaria nº 468 de 13 de setembro de 2013 a qual, sob forma de aditamento ao ato autorizativo, deferiu o aumento de vagas de 50 para 80 vagas anuais sendo ofertadas duas turmas de 40 alunos semestrais. Os recursos necessários para a realização da expansão, após acordo com o MEC, encontram-se descrito na Resolução nº 041 de 08 de março de 2013 do Conselho Diretor da Faculdade de Ciências da Saúde e Resolução nº 43 de 02 de maio de 2013 do Conselho Universitário (COUNI/UFGD). A partir de 2014, as 80 vagas foram preenchidas via SISU e vestibular (relação candidatos/vagas de 103,75 em 2014, 94,08 em 2015 e 91,98 em 2016) e a primeira turma da expansão iniciou no segundo semestre de 2014. Para o ingresso a partir do ano de 2014 foram ofertadas 40 vagas por acesso universal e 40 vagas por regime de cotas.

2.1.3 Necessidade social do curso

Considerando a natureza econômica e social da região da Grande Dourados, com predomínio da agropecuária, proximidade com o Paraguai e pela grande concentração de povos indígenas a necessidade local regional do curso se justifica. A cidade de Dourados está localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul na região Centro-Oeste, distante 230km da capital e 120 km do Paraguai. Foi fundada em 20 de dezembro de 1935 e, de acordo com o Censo (IBGE/2012), tem aproximadamente 207.498 habitantes. O IDH (índice de Desenvolvimento Humano), de 0,747, é o terceiro melhor do Estado.

Mangolim (1993) estimou que no Mato Grosso do Sul estivesse localizada a segunda maior população indígena do Brasil, sendo aproximadamente 51.000 indígenas, predominando os povos Terenas e Guarani-Kaiowá. Em Dourados estima-se que sejam 6.482 índios habitantes.

Além disso, em 28 de agosto de 1928 foi criada a Missão Evangélica Caiuá que atua entre os indígenas. Em 1963 foi inaugurado, em Dourados, o Hospital e Maternidade Indígena Porta da Esperança, com 38 leitos, hoje ampliado para 50 vagas. Atende, exclusiva e gratuitamente, a população indígena, os obreiros e funcionários da missão. Anos mais tarde, em 1978, foi inaugurado a Unidade de Tratamento de Tuberculose, com 50 leitos. A Missão Caiuá, com sede em Dourados, atua nas aldeias da região (Caarapó, Amambai, Taqwapiry, Sassoró, Porto Lindo e Gwassuty, Jacaré, Limão Verde, Campestre, Kokwey, Panambi) e também junto aos índios Xavantes, no município de Nova Xavantina (MT). Cada uma delas possui uma igreja. Desde o ano de 2001, a missão mantém convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) para dar atendimento à população indígena de todo o Mato Grosso do Sul, combatendo a tuberculose, já controlada entre os Kaiwás, e a desnutrição infantil.

No distrito Picadinha em Dourados está instalada a Comunidade Remanescente Quilombola de Dezidério Felipe de Oliveira/Picadinha a área de 2.656 hectares, criada pela Portaria da presidência do Incra publicada no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2014. A comunidade de Picadinha - Dezidério Felipe é formada pelos descendentes de Dezidério Felipe de Oliveira. Nascido em 1867 em Minas Gerais. Dezidério foi escravo e testemunha da abolição da escravatura de 1888. A proximidade com essas comunidades possibilita a troca de conhecimento, o atendimento humanizado e atenção em rede, possibilitando a formação de médicos com perfil diferenciado para atender as especificidades, a interculturalidade, respeitando a diversidade dessa população poderá contribuir para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida dos indígenas. Também, favorecerá a materialização dos princípios norteadores da política nacional de atenção à saúde dos povos indígenas do SUS, como a integralidade da assistência e a provisão de

atenção culturalmente diferenciada. A necessidade locorregional em saúde se justifica pelas características das atividades laborais, culturais e sociais de sujeitos, famílias e comunidades que demandam cuidados integrais de saúde, com ações de promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação.

2.2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

2.2.1 Curso: Medicina

2.2.2 Grau acadêmico conferido: bacharel em Medicina

2.2.3 Modalidade de ensino: presencial

2.2.4 Regime de matrícula: semestral por componente curricular

2.2.5 Período de integralização: mínimo: 06 (seis) anos e máximo: 09 (nove) anos

2.2.6 Carga horária total do curso: 8.754 horas-aula (50 minutos) ou 7.305 horas

2.2.7 Número de vagas: 80 (oitenta) vagas, com uma entrada única anual, sendo que 50% das vagas através do processo seletivo vestibular/UFGD e 50% através do SISU. Em relação aos ingressantes 40 (quarenta) alunos iniciam as atividades acadêmicas no 1º semestre e 40 (quarenta) alunos no 2º semestre.

2.2.8 Número de alunos por turmas: 40 (quarenta)

2.2.9 Turno de funcionamento: integral

2.2.10 Local de funcionamento: Faculdade de Ciências da Saúde, Rodovia Dourados – Itahum - Km 12. Cidade Universitária - Dourados/MS - CEP:7900-000 e Hospital Universitário de Dourados: Rua Ivo Alves da Rocha, 558. Altos do Indaiá. CEP: 79823-855.

2.2.11 Da forma de ingresso: A UFGD disponibiliza 40 (quarenta) vagas por turmas semestralmente para o curso de Medicina e a ocupação das vagas oferecidas dar-se-á por meio de dois sistemas de ingresso: acesso universal (50%) cinquenta por cento, e reserva de vagas (50%) cinquenta por cento, nos termos da Lei no 12.711, de 29/08/2012.

3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DO CURSO DE MEDICINA

3.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

As DCNs e as discussões atuais sobre reforma curricular na formação médica têm como referência as Recomendações das I e II Conferências Mundiais de Educação Médica que ocorreram em 1988 e 1993, respectivamente. Um dos enfoques principais dessas conferências foi a chamada atenção básica ou primária em saúde que privilegia a prevenção, o atendimento e controle das doenças crônicas mais frequentes. Estima-se que 80% dos problemas de saúde possam ser solucionados à nível de atenção básica, e que há necessidade de que os médicos sejam capacitados para o atendimento generalista e preventivo. Também foi discutido sobre o distanciamento que as Faculdades de Medicina estavam tendo dos problemas sociais, e que os avanços na área biomédica estariam levando à um atendimento médico pouco humanizado. Estas conferências alertaram sobre estes problemas e apontaram a necessidade de uma urgente reformulação na educação médica. A partir disso, algumas escolas médicas iniciaram a incorporação nos currículos de novos conceitos de promoção e assistência em saúde voltados para realidade social. Alguns educadores médicos de vários países, após debates intensos, propuseram em 1988 as reformas da Declaração de Edinburgo que são:

- Ambientes educacionais relevantes
- Currículos baseados nas necessidades de saúde
- Aprendizagem ativa e duradoura
- Aprendizagem com base na competência
- Professores treinados para serem educadores.
- Envolvimento dos alunos no planejamento e avaliação da escola médica
- Integração da ciência com a prática clínica
- Seleção de alunos também por atributos intelectuais e não cognitivo
- Coordenação da educação médica com os cuidados de saúde
- Formação equilibrada de tipos de médicos

- Treinamento multiprofissional
- Educação médica continuada

Os avanços da ciência e a falta de recursos em algumas localidades fizeram surgir questões éticas no que diz respeito a alocação de recursos em relação às necessidades dos pacientes e da comunidade. Enquanto temos predomínio de doenças crônicas degenerativas em regiões com padrão econômico mais elevado, as doenças agudas infecciosas são um constante desafio em regiões mais pobres em desenvolvimento. Além das questões econômicas, as questões demográficas como envelhecimento da população, também trazem necessidades de rever os conteúdos das escolas médicas, os quais geralmente privilegiam os adultos jovens. Todos estes fatores levam à conclusão que o modelo das ciências médicas não pode ser somente biomédico, mas também deve ser também psicossocial.

No Brasil, nas décadas de 80 e 90, o sistema de saúde passava por transformações que culminou na criação do Sistema Único de Saúde (SUS) através da Lei nº 8080 de setembro de 1990. O SUS foi instituído pelo governo federal com o objetivo de garantir a universalidade do acesso aos serviços de saúde em todos os níveis. Esse sistema avançou em vários aspectos até o momento principalmente na descentralização de resolubilidade através da distribuição de atribuições e recursos para as esferas estaduais e municipais.

Na assistência houve uma grande expansão e melhora da qualidade da atenção básica com a implantação das Estratégias de Saúde da Família e com a organização das ações de média e alta complexidade com o mapeamento das redes de referência em regiões estabelecidas. Entre outras ações do SUS destacam-se a vigilância sanitária, saúde das populações indígenas, regulação da atenção suplementar à saúde e a implantação dos Sistemas de Atendimento Móveis de Urgência (SAMUs).

Atualmente, cerca de 90% da população de algum modo é usuária do SUS. O Sistema é atualmente o maior empregador de profissionais da área de saúde do Brasil, logo é imprescindível que as escolas médicas atuem de forma intensa nos diversos níveis de atenção e cenários do SUS. O conhecimento e vivência de toda rede é importante para que o aluno adquira uma visão global

do paciente, e não fique apenas restrito ao aprendizado especializado de forma fragmentada em centros de alta complexidade. Frente a essas considerações é que foram construídas as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o Curso de Medicina em 2001, fazendo necessário a implantação de novos Projetos Políticos Pedagógicos, que garantissem entre outros valores a construção da interdisciplinaridade, a inserção precoce dos estudantes em ambientes de prática profissional, a formação generalista e humanística, competências hoje imprescindíveis na formação médica de qualidade. Através da Resolução CNE/CES nº 3 de 20 de junho de 2014 o Governo Federal implantou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Medicina, as quais foram desenvolvidas visando adequar o ensino médico às atuais necessidades assistenciais. Foram definidas competências e habilidades gerais e específicas com objetivo de assegurar a qualidade dos serviços de saúde e o respeito aos pacientes e outros profissionais de saúde e o bem-estar não só do paciente, mas de toda a população. As DCNs-2014 alteram, significativamente, o texto de 2001, introduzindo mudanças na definição de perfil de egresso e aumentando a ênfase na saúde coletiva.

Ao se considerar que o projeto pedagógico do curso é o documento que explicita a concepção de ensino e aprendizagem de um curso e proporciona diretrizes de orientação e ação aos docentes os quais são diretamente responsáveis por sua execução, buscou-se um processo de construção coletiva utilizando abordagens participativas na definição de conteúdos e enfoques metodológicos. Este projeto define a identidade do curso e indica caminhos para ensinar com qualidade.

O PPC do Curso de Medicina de Dourados busca responder à demanda da sociedade pela formação de profissionais que aliem competência clínica com compromisso social. Visa evitar o estabelecimento de um curso alheio à realidade onde está inserido, avançando na maior sensibilidade às necessidades sociais, mediante a flexibilidade para incorporar as mudanças necessárias de acordo com o contexto. Isto implica na construção de processos de educação permanente, aliança entre trabalho e formação, consolidação de parcerias formais e de redes de cooperação e, principalmente,

o reconhecimento de que os processos de formação e de trabalho produzem conhecimentos transdisciplinares necessários para caracterizar o compromisso social da instituição formadora. Ao mesmo tempo, ele visa uma transição gradual da concepção de ensino tradicional no qual o professor é o centro e responsável pelas experiências educacionais sendo o aluno apenas um receptor do conhecimento transmitido, para um currículo no qual os objetivos são centrados em como o aluno aprende e no qual possam intervir diretamente para provocar mudanças na sociedade, como também possam levar ao seu desenvolvimento como pessoa e à autonomia. O objetivo é formar além de profissionais competentes, cidadãos participativos, e com senso de responsabilidade social.

3.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais de ensino, de extensão e de pesquisa que constam no PDI da UFGD já estão implementadas de forma excelente no âmbito do curso de graduação em Medicina.

A gestão dos programas científicos fica sobre responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPP), que em consonância com as demais Pró-Reitorias, é um órgão executivo que coordena e orienta as atividades de Pesquisa e Pós-Graduação Lato e Stricto sensu. Tem como missão o planejamento, a orientação, acompanhamento e avaliação das atividades de pesquisa, iniciação científica e pós-graduação, promovendo a articulação com a comunidade na qual se insere, com outras Universidades e com órgãos e entidades públicas e privadas.

3.2.1 Pró-Reitoria de Ensino de Pós-Graduação e Pesquisa

3.2.1.1 Programas de iniciação científica

A Universidade Federal da Grande Dourados possui 07 (sete) programas de Iniciação Científica, sendo eles:

- PIBIC - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
- PIBIC-PNAES - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica vinculado ao Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)
- PIBIC-AF - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica nas Ações Afirmativas
- PIBITI - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
- PIVIC - Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária
- PIVIC-FC - Programa Institucional de Iniciação Científica Voluntária - Fluxo Contínuo
- PIBIC-EM - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio

A UFGD conta com bolsa/quotas de pesquisa, considerando-se os diferentes órgãos financiadores: a própria UFGD, o CNPq e a FUNDECT. Toda informação divulgada está à disposição na PROPP. Cabe salientar que este encaminhamento é feito pelo professor/orientador, acompanhado do projeto de pesquisa a ser desenvolvido, do currículo do pesquisador, do plano de atividade que o aluno deverá realizar no projeto e da indicação do bolsista e de seu histórico escolar. De 2015 a 2018 foram 51 projetos de iniciação científica na FCS, conforme dados da PROPP (2018).

Desse modo, a FCS conta hoje com 68 projetos de pesquisa em andamento envolvendo tanto a graduação quanto a pós-graduação. A produção científica dos docentes do curso de Medicina, nos últimos três anos, é de XXX publicações.

3.2.2 Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEX) é quem faz a gestão dos programas de integração da Universidade com a sociedade. É a parte integrante da Reitoria, sendo de sua responsabilidade a coordenação das ações de extensão e cultura da UFGD. A extensão tem como princípio geral

compartilhar conhecimentos por meio de ações que venham a produzir melhorias na vida da comunidade, promovendo a interação transformadora entre a UFGD e outros setores da sociedade. Para tanto, a PROEX fomenta e acompanha os projetos de extensão e de cultura com recursos internos e externos, orienta a comunidade acadêmica em relação aos órgãos financiadores externos e dá suporte logístico para o desenvolvimento de todas essas atividades. É nesse setor que ocorre, também, a administração de parte de licitações referentes a serviços ligados às ações de extensão e de cultura. Ainda com relação à extensão, a PROEX orienta professores, alunos e técnicos da UFGD, com o objetivo de dinamizar, otimizar, propor e acompanhar as ações, viabilizando meios para a execução das atividades e coordenando o processo de seleção de projetos concorrentes a editais e bolsas de extensão. Na área da cultura, a Pró-Reitoria fomenta diversas formas de expressão artística e cultural dos membros da comunidade universitária e sua interação com a comunidade externa. Além disso, a PROEX propõe, coordena e acompanha ações culturais, incentivando, ainda, a criação e a organização de grupos artísticos e culturais, apoiando e viabilizando a realização de eventos propostos e organizados por estes.

As ações de extensão (programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços, produção e publicação e produto), se desenvolvem por meio das unidades acadêmicas e administrativas da UFGD, em processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa. É por meio da ação extensionista envolvendo professores, estudantes e técnicos que a Universidade interage com a sociedade, em um exercício de contribuição mútua, construção de saberes e qualificação de sujeitos sociais.

As propostas são coordenadas e executadas por docentes, discentes e técnico- administrativos, ligados as unidades acadêmicas e administrativas da UFGD, e apresentadas em formulário específico, disponibilizado na página do SIGProj (<http://sigproj1.mec.gov.br>) e aprovadas primeiramente nas unidades dos proponentes e nas instâncias superiores (Câmara de Extensão e Cultura - CEC e Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura – CEPEC).

Atualmente estão em vigência oitenta e nove projetos de extensão sob responsabilidade de discentes e docentes do curso de Medicina.

3.2.2.1 Programa de bolsas de extensão

O Programa Institucional de Bolsas de Extensão – PIBEX/UFGD é mantido com recursos próprios da Universidade e tem por objetivos contribuir para a formação profissional e cidadã por meio do engajamento de estudantes de graduação e pós-graduação no desenvolvimento de ações de extensão universitária e, fortalecer a institucionalização das atividades de extensão no âmbito das unidades da UFGD.

3.2.2.2 Ligas acadêmicas

As ligas acadêmicas (LA) são constituídas por estudantes interessados em uma área específica do conhecimento que desenvolvem atividades extracurriculares ligadas à extensão universitária e pesquisa, sob orientação de um docente do curso ao qual o aluno está matriculado. Todas as atividades de uma LA são fundamentadas no tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, visando a inserção dos estudantes na prática profissional por meio da realização de pesquisas e organização de eventos, visando interagir com a comunidade local e desenvolvendo atividades de prevenção e promoção à saúde. Nelas, idealmente, os estudantes devem ter oportunidade de fazer escolhas de modo ativo e livre, ter iniciativas inovadoras, trocar experiências e interagir com colegas interessados nos mesmos assuntos e escolhidos por afinidade. Espera-se que, nesse contexto, possam adquirir conhecimentos práticos, com mais satisfação e de modo mais significativo; desenvolver potenciais intelectuais, afetivos e relacionais, assim como a capacidade crítica e reflexiva; exercer a criatividade, a espontaneidade e a liderança, sendo mais atores e menos expectadores do processo ensino-aprendizagem.

As primeiras ligas da Universidade Federal da Grande Dourados foram idealizadas, construídas e geridas por estudantes do Curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde, as quais, até recentemente estavam

vinculadas ao Centro Acadêmico Camilo Ermelindo da Silva (CACES) e, atualmente, com a criação do Núcleo de Ligas Acadêmicas, à Pró-Reitoria de Extensão e Cultura. Atualmente o Núcleo conta com vinte e cinco ligas sendo que dezenove estão sob responsabilidade de docentes e discentes da Faculdade de Ciências da Saúde

Todas as atividades de uma liga acadêmica são baseadas no tripé universitário ensino, pesquisa e extensão, visando a inserção dos estudantes na prática profissional, despertar a curiosidade científica através da realização de pesquisas, organizar reuniões científicas, discussões clínicas, simpósios, congressos, interagindo com o sistema de saúde local. As Ligas acadêmicas também desenvolvem atividades de prevenção e promoção à saúde, através de projetos de extensão universitária e interação com a comunidade local.

A seguir estão relacionadas as ligas instituídas no curso de Medicina:

- Liga de Saúde Coletiva
- Liga Acadêmica de Oftalmologia (LAOFT)
- Liga de Geriatria e Gerontologia de Dourados
- Liga Acadêmica de Medicina Intensiva e Cardiologia da Grande Dourados
- Liga Acadêmica de Oncologia Vinícius Soares Cerávolo - LAOVSC
- Liga Acadêmica de Anatomia Clínica e Cirúrgica
- Liga Acadêmica de Pediatria
- Liga Acadêmica Murched Omar Taha de Técnica Operatória e Cirurgia Experimental (LAMOTTOCE): atendimento em unidades de serviços públicos de saúde de Dourados.
- Liga de Saúde Coletiva
- Liga Acadêmica de Medicina Intensiva e Cardiologia da Grande Dourados
- Liga Acadêmica de Neurologia da Grande Dourados
- Liga Acadêmica de Doenças da Imunidade da Grande Dourados

3.2.3 Pró-Reitoria de Ensino de Assuntos Comunitários e Estudantis

A Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROAE) tem como principais atribuições a elaboração e administração de projetos e programas voltados à integração da Comunidade Acadêmica e à Assistência Estudantil.

Através de seus programas de Assistência Estudantil, a PROAE promove ações que visam garantir o acesso, a permanência e a diplomação dos acadêmicos na UFGD, tendo como diretrizes os princípios do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) do Ministério da Educação. O PNAES tem por objetivo promover ações que garantam a inclusão social, formação plena, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e bem-estar psicossocial. Fazem parte dos programas de assistência estudantil os auxílios Permanência e Alimentação, o apoio pedagógico e psicossocial, e as ações e práticas desportivas.

Estão sob responsabilidade da PROAE, o Restaurante Universitário, a Moradia Estudantil, o Centro de Educação Infantil – CEI, o Complexo Esportivo e outras estruturas da comunidade acadêmica da UFGD.

3.2.3.1 Programa auxílio alimentação

É um benefício financeiro que objetiva oferecer condições para o atendimento das necessidades de alimentação básica aos estudantes da UFGD em situação de vulnerabilidade socioeconômica, de modo a contribuir com sua permanência e conclusão de curso na Instituição.

3.2.3.2 Programa bolsa permanência UFGD

É um benefício financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de apoiar financeiramente o

estudante para sua permanência na Instituição, buscando reduzir os índices de evasão decorrentes de ordem socioeconômica. É destinado aos estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais de graduação, que não sejam portadores de diploma de curso superior.

3.2.3.3 Programa de assistência estudantil - Moradia Estudantil da UFGD

Consiste na oferta de moradia de qualidade, em prédio próprio da UFGD, construído e estruturado para essa finalidade. Tem por objetivo garantir moradia aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, regularmente matriculados em curso de Graduação presencial da UFGD, cujas famílias não residam no município de Dourados, de forma com que estes desenvolvam suas atividades acadêmicas, permaneçam e concluam o curso na Instituição.

3.2.3.4 Programa restaurante universitário

É uma política de Assistência Estudantil cuja finalidade é oferecer atendimento e alimentação de qualidade a toda comunidade acadêmica, contribuindo para a permanência e desenvolvimento integral dos estudantes na Instituição.

3.2.3.5 Programa apoio pedagógico

É uma das ações da Política de Assistência Estudantil da UFGD e visa desenvolver atividades que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem dos/as estudantes, preparando-os para o pleno desempenho de suas atividades acadêmicas.

3.2.3.6 Programa apoio à mobilidade acadêmica internacional

Possibilita aos estudantes da UFGD, em vulnerabilidade socioeconômica, participar de programas de mobilidade internacional oferecidos pela Instituição. Ao estudante beneficiado é concedida uma bolsa mensal pelo período de até seis meses, enquanto estiver realizando a mobilidade, e auxílio financeiro para aquisição das passagens aéreas (ida e volta) para o país de destino da mobilidade acadêmica internacional e demais deslocamentos internos no Brasil, seguro saúde internacional, despesas com visto e gastos extras (alimentação, transporte, hospedagem etc.). Ao contribuir com o desenvolvimento e formação dos estudantes, o Programa Apoio à Mobilidade Acadêmica Internacional também participa do processo de internacionalização da UFGD.

3.2.3.7 Programa incentivo a participação em eventos acadêmicos

Tem como finalidade conceder ajuda de custo, em caráter eventual, aos estudantes regularmente matriculados em Curso de Graduação presencial, para participação, com apresentação de trabalho, em eventos acadêmicos.

3.2.3.8 Projeto Milton Santos de acesso ao ensino superior (Promisaes)

Tem o objetivo de fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre o Brasil e os países com os quais mantém acordos – em especial os africanos – nas áreas de educação e cultura. O projeto oferece apoio financeiro no valor de seiscentos e vinte e dois reais para alunos estrangeiros participantes do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), regularmente matriculados em cursos de graduação em instituições federais de educação superior. O auxílio visa cooperar para a manutenção dos estudantes durante o curso, já que muitos vêm de países pobres.

3.2.4 Escritório de Assuntos Internacionais

O Escritório de Assuntos Internacionais (ESAI) é um órgão complementar da UFGD, criado pela Resolução n.º 15 de 15/02/2007 do Conselho Universitário (COUNI), com o objetivo de promover o intercâmbio acadêmico de alunos, professores e técnicos administrativos, articular e elaborar projetos internacionais, bem como auxiliar os diversos setores da UFGD nas atividades acadêmica, técnico-científica, cultural e administrativa em questões relacionadas a assuntos internacionais. Desta forma, o ESAI procura incentivar e desenvolver convênios com instituições de ensino e organismos que possam viabilizar tais ações. É de competência do Escritório de Assuntos Internacionais manter contato com Instituições de ensino superior e de pesquisa estrangeiras; Ministério das Relações Exteriores; Organismos Internacionais, sobretudo os ligados ao Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, dentre outros, bem como com órgãos de financiamento visando possibilitar a execução de ações previstas nos acordos de cooperação internacionais de responsabilidade da Universidade.

3.2.4.1 Programa de estudantes-convênio de graduação (PEC-G)

Oferece oportunidades de formação superior a cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares, o PEC-G seleciona estrangeiros, entre 18 e 25 anos, com ensino médio completo, para realizar estudos de graduação no país. O aluno estrangeiro selecionado cursa gratuitamente a graduação. Em contrapartida, deve atender a alguns critérios; entre eles, provar que é capaz de custear suas despesas no Brasil, ter certificado de conclusão do ensino médio ou curso equivalente e proficiência em língua portuguesa, no caso dos alunos de nações fora da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). São

selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou.

3.2.4.2 Programa de incentivo à formação científica de estudantes de Cabo Verde, Angola e Moçambique (PFCM)

Busca, no âmbito da Iniciação Científica, e de acordo com as disponibilidades orçamentárias do Ministério das Relações Exteriores e da CAPES, projetos de execução anual, que possibilitem estudantes de graduação de Cabo Verde, Moçambique e Angola realizarem estágios com bolsas de estudos em áreas de pesquisa mutuamente acordadas em universidades brasileiras durante o período das férias acadêmicas.

3.2.4.3 Programa IAESTE

O Programa de Estágio Profissional da IAESTE (International Association for the Exchange of Students for Technical Experience) promove intercâmbio entre estudantes em mais de 90 países. Através da IAESTE, o estudante pode passar de 2 a 12 meses fazendo estágio na sua área de estudo e recebendo remuneração suficiente para cobertura de suas despesas básicas com alojamento e alimentação. No Brasil, o programa é gerenciado pela ABIPE (Associação Brasileira de Intercâmbio Profissional e Estudantil) entidade sem fins lucrativos que possui parceria com a UFGD, facilitando assim o recebimento de estudantes estrangeiros em nossa Universidade e apoiando o estágio profissional de alunos UFGD no exterior. O Programa IAESTE não engloba a parte acadêmica, ou seja, proporcionará ao aluno apenas uma carga horária de estágio em sua área de atuação (normalmente 6 horas/dia). Portanto, o aluno UFGD em estágio no exterior por meio do Programa IAESTE não cursará disciplinas, mas sim atuará profissionalmente na sua área de

formação em empresas e instituições de ensino que façam parte do programa.

3.2.4.4 Programa de apadrinhamento voluntário de alunos estrangeiros

Surgiu com o objetivo de facilitar a imersão dos estudantes estrangeiros em nossa cultura local e auxiliá-los nas questões burocráticas e práticas do dia-a-dia. Além disso, o Programa tornou-se uma excelente oportunidade para ampliação do horizonte cultural e aprimoramento linguístico e pessoal de nossos alunos.

3.2.5 Pró-Reitoria de Ensino de Graduação

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD) é responsável pelo planejamento, coordenação, execução, controle, supervisão e avaliação das atividades de ensino, com a finalidade de promover ações que garantam a articulação entre o ensino, a pesquisa e a extensão, em consonância com as diretrizes emanadas do Ministério da Educação (MEC). A PROGRAD é responsável pela orientação, coordenação e avaliação das atividades didático-pedagógicas, de controle acadêmico, de seleção/lotação de docentes, de ingresso de discentes. Subsidiaria e assessora os órgãos competentes na definição de políticas de ensino. Propõe aos órgãos competentes a adoção de medidas necessárias à estruturação curricular dos cursos em seus aspectos legais, formais, pedagógicos, ao aperfeiçoamento da administração acadêmica, à expansão quantitativa do quadro docente e à melhoria das condições materiais do ensino. Além disso, a Pró-Reitoria estimula, viabiliza e fomenta, na comunidade acadêmica e junto aos diferentes setores da sociedade, a integração da Universidade, sugerindo mecanismos que favoreçam a melhoria de ensino.

3.2.5.1 Programa de educação tutorial (PET)

É desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente, organizados a partir de formações em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior (IES) do País, orientados pelo princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e da educação tutorial. Além do docente tutor, um grupo PET pode ser composto no máximo por 12 alunos bolsistas e 6 alunos não bolsistas (voluntários) e no mínimo por 4 alunos bolsistas. O grupo PET, uma vez criado, mantém suas atividades por tempo indeterminado. No entanto, os seus membros possuem um tempo máximo de vínculo: ao bolsista de graduação é permitida a permanência até a conclusão da sua graduação e, ao tutor, por um período de, no máximo, seis anos, desde que obedecidas às normas do Programa. Em âmbito nacional, o PET está vinculado à Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC). Na UFGD, os grupos PET estão vinculados à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROGRAD), além da participação direta de cada Faculdade e curso (s) envolvido (s). Em 2008 iniciou a primeira edição do programa PET/SAÚDE com ações integradas de Educação em Saúde- Saúde da Mulher, nos municípios de Dourados, Amambai e Anaurilândia. Tinha como eixos (I) Orientação teórica, avaliando os determinantes saúde-doença da região; (II) Cenários de Prática, Estratégia de Saúde da Família (ESF), Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Posto de Atenção Indígena e Hospital Evangélico Caiuá; (III) Orientação Pedagógica dos acadêmicos do 3º ao 5º ano, durante 12 semanas, e o registro de saúde orientado em problemas (ReSOAP).

Cabe lembrar que as atividades de pesquisa, de extensão, e de monitoria desenvolvidas no âmbito da FCS concedem aos alunos participantes certificados que atestam a participação e o grau de comprometimento do aluno nessas atividades. Estes certificados são confeccionados pelas respectivas pró-reitorias que coordenam o fomento nessas atividades.

3.2.6 Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual

No âmbito das ações afirmativas o Conselho Universitário/COUNI da UFGD, por meio da Resolução Nº 129, de 12 de agosto de 2015, que altera a estrutura organizacional da UFGD, incluiu o Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual (NEDGS) como órgão suplementar da Reitoria. Pela Resolução nº 042/COUNI/UFGD, de 04 de abril de 2016, com base no Parecer 002/2016, da Comissão Permanente de Legislação e Normas/COUNI/UFGD, o referido Conselho aprovou o Regimento do Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual - NEDGS.

O Núcleo de Estudos de Diversidade de Gênero e Sexual - NEDGS/UFGD se propõe a sensibilizar a comunidade acadêmica da necessidade de se enfrentar a violência de gênero e a violência contra as pessoas LGBTI (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros e Intersexuais), assim como, fomentar a pesquisa e produção do conhecimento nessas temáticas.

3.3 RELAÇÕES DA GRADUAÇÃO COM PROGRAMAS INCLUÍDOS NAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO DE MEDICINA

3.3.1 O papel da monitoria no ensino de graduação

No que tange as questões de ensino, o Curso de Medicina ainda conta com programas de Monitoria para diferentes disciplinas do currículo. Desse modo, alunos que aprovaram com bom aproveitamento podem se candidatar a monitores nessas disciplinas. Os programas de monitoria contam com a monitoria remunerada e voluntária. Sendo que ao final, o monitor sempre recebe certificado das atividades desenvolvidas com nota de desempenho. A monitoria é um instrumento para a melhoria do ensino de graduação, através do estabelecimento e o desenvolvimento de atividades de ensino, favorecendo a vivência do estudante com o professor em atividades técnicas e pedagógicas

que visem fortalecer a articulação entre teoria e prática e a integração curricular em seus diferentes aspectos.

A Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) coordena o programa de monitoria da UFGD, que visa despertar no aluno o interesse pela carreira docente e pela pesquisa, oferecendo a oportunidade de inserção destes alunos nas diversas disciplinas do curso. O Programa de Monitoria Acadêmica tem como objetivos:

- a) contribuir para a qualificação do ensino de graduação através do apoio à aprendizagem dos alunos e do desenvolvimento de novas práticas e experiências pedagógicas;
- b) criar espaços e tempos alternativos para viabilizar aprendizagens de conhecimentos necessários para formação acadêmica dos estudantes matriculados nas Atividades de Ensino;
- c) oferecer auxílio para a compreensão de conteúdos e de atividades práticas para os discentes, tanto no momento das aulas, quanto em horários estabelecidos pelo professor orientador;
- d) promover a expressão do potencial acadêmico dos monitores e contribuir para sua formação profissional e desenvolvimento das habilidades relacionadas à atividade docente.

O acesso à monitoria se faz por processo seletivo coordenado pelos próprios docentes proponentes. É pré-requisito que o discente já tenha cursado com excelente aproveitamento a disciplina na qual a vaga é oferecida, respeitando calendário específico anual coordenado pela PROGRAD, e as atividades são desenvolvidas de acordo com os programas de cada disciplina.

As atividades de monitoria podem ser incluídas no currículo de graduação como Atividades Complementares à formação acadêmica.

Conforme editais PROGRAD a participação da FCS nos programas de monitoria foram significativos: 2017 /1 - EDITAL DE ABERTURA PROGRAD Nº 3 DE 3/3/2017: monitoria com bolsa= 7 e Monitoria voluntária= 56; 2017/2 - EDITAL DE ABERTURA PROGRAD Nº 10 DE 15/8/2017: Monitoria com bolsa = 7 e Monitoria voluntária = 49; 2018/1 EDITAL DE ABERTURA PROGRAD Nº

1 DE /2/2018: Monitoria com bolsa = 7 e Monitoria voluntária = 59, totalizando 21 monitores bolsistas e 164 voluntários.

3.3.2 Relação do ensino de graduação com as atividades de pesquisa

No curso de Medicina da UFGD, grande parte dos acadêmicos se envolvem em atividades de iniciação científica em algum momento durante a graduação. Esse envolvimento é muito significativo para a formação médica, uma vez que coloca o aluno frente aos dilemas científicos atuais e o insere na comunidade científica nacional e internacional.

Anualmente ocorrem eventos em que a produção científica dos discentes é apresentada para a comunidade acadêmica, um deles é o ENEPEX – promovido pela Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPP) e pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEX).

As atividades de iniciação científica podem ser incluídas no currículo de graduação como Atividades Complementares à formação acadêmica.

3.3.3 Relação do ensino de graduação com as atividades de extensão

O Curso de Medicina possui diversas ações de extensão, envolvendo professores, alunos integrando ações e projetos com objetivo de compartilhar conhecimentos por meio de ações que venham a produzir melhorias na vida da comunidade, promovendo a interação transformadora entre a UFGD e outros setores da sociedade.

As atividades de extensão podem ser incluídas no currículo de graduação como Atividades Complementares à formação acadêmica.

3.3.4 Relação do ensino de graduação com a residência médica e a especialização

Ao concluir o curso médico, um número significativo de formandos busca o aprimoramento especializado através da Residência Médica. A UFGD oferta, via Hospital Universitário, quatro Residências Médicas que constituem modalidades de ensino de pós-graduação destinada a médicos, sob a forma de curso de especialização, em regime de dedicação exclusiva. Os cursos são caracterizados por treinamento em serviço em regime de tempo integral sob a orientação de docente qualificado. O serviço de Residência Médica amplia o atendimento médico e gera a oportunidade de atualização para os médicos do corpo clínico do HU/UFGD. Os cursos visam aprimorar habilidades técnicas, o raciocínio clínico e a capacidade de tomar decisões e permite desenvolver atitudes que permitam valorizar a significação dos fatores somáticos, psicológicos e sociais que interferem na doença. As Residências valorizam as ações de saúde de caráter preventivo e promovem a integração do médico em equipe multiprofissional para prestação de assistência aos pacientes. Além disso, os cursos estimulam a capacidade de aprendizagem independente e de participação em Programas de Educação Continuada e a capacidade de crítica de atividade médica, considerando seus aspectos científicos, éticos e sociais.

Também é oferecida a Residência Médica em Medicina de Família e Comunidade, onde o graduado realiza formação especializada voltada Atenção Básica de Saúde e a rede do SUS. O curso foi aprovado pela resolução nº 043/2010-CEPEC/UFGD e resolução COREME nº 02/2014 UFGD. O curso teve como unidades proponentes a Faculdade de Ciências da Saúde, curso de Medicina e a Escola de Saúde Pública Dr Jorge David Nasser/SES/MS. O curso iniciou em março de 2015 e primeira turma de residentes será formada em fevereiro de 2017. Com objetivo de adequar a Lei do Programa Mais Médicos (Lei 12.871, De 22 de Outubro de 2013) pretende-se expandir a oferta de vagas na residência de Medicina Geral de Família e Comunidade para os egressos do curso de graduação a partir de 2018.

As vagas de Residência Médica oferecidas pela UFGD estão descritas na Figura 1:

Figura 1. Vagas de residência médica oferecidas pela UFGD

Especialidade	VAGAS R1
Clínica Médica	6 vagas
Cirurgia Geral	2 vagas
Pediatria	6 vagas
Ginecologia-Obstetrícia	4 vagas
Medicina de Família e Comunidade	2 vagas
Total	20 vagas

Fonte: Dados fornecidos pela Gerência de Ensino e Pesquisa do HU/UFGD/EBSERH, em 26 de julho de 2018 e atualizados em 27/07/2018.

A formação de equipes é um processo importante no ensino médico. Nelas atuam acadêmicos, internos, residentes e os docentes responsáveis pela supervisão dos casos avaliados. Também possibilitam a atuação de forma interdisciplinar com participação de profissionais de outras áreas da saúde nas discussões e no cuidado do paciente de forma integral.

3.4 ADEQUAÇÃO DO PROJETO PEDAGÓGICO AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

O curso de medicina da FCS faz parte de uma instituição maior que é a UFGD e, portanto, segue as linhas mestras do seu PDI, ou seja, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; a gestão democrática, o compromisso social e a gratuidade do ensino. Procuramos inserir desde o início do curso uma capacitação para a pesquisa através da disciplina de metodologia científica, por entender, que esse aprendizado é imprescindível para que o aluno possa aprender de maneira crítica e reflexiva. A ampliação dos cenários de ensino permitirá que os alunos se insiram dentro das comunidades e desenvolvam projetos de pesquisa e educacionais dentro das mesmas. A gestão administrativa e acadêmica tem a participação de professores, alunos e dos servidores técnico-administrativos no seu Conselho Diretor e nas Comissões de Ensino, Pesquisa e Extensão. Há participação de

médicos do Hospital Universitário de Dourados na Comissão de Estágio Supervisionado e na preceptoria do internato médico. As ementas dos estágios supervisionados do sexto ano foram construídas por oficinas realizadas com os preceptores e os docentes do curso. Procuramos adequar o PPC para a formação do médico generalista que possa resolver 80% dos problemas de saúde na Atenção Básica, ou seja, apto a exercer sua profissão sem necessitar de uma especialização. Essa sólida formação básica também possibilitará para aqueles que desejarem seguir uma formação especializada de qualidade, sem perderem a visão global e humanizada de seus pacientes, procurando atender a demanda por serviços de média e alta complexidade na região da Grande Dourados. Sendo uma Universidade Federal, o ensino é inteiramente gratuito, sendo que a UFGD vai destinar 25% de suas vagas para egressos do ensino público.

Com um currículo desenvolvido em eixos, procuramos integrar disciplinas e professores, pois no currículo anterior cada professor desenvolvia sua atividade de forma isolada. Além disso, com a adesão da UFGD ao REUNI, os nossos professores e alunos tiveram a oportunidade de discutirem temas gerais com profissionais e alunos das diversas áreas do conhecimento.

Na reestruturação do PPC, estamos instituindo formas de avaliação consagradas em instituições como a Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), a Faculdade de Medicina de Marília (FAMEMA). Uma dessas formas de avaliação é o acompanhamento de egressos e sua inserção no mercado de trabalho. Dessa forma buscar-se-á detectar as necessidades de modificações nesse documento.

Como parte do desenvolvimento do corpo discente, docente e técnico-administrativo, especialmente dos dois últimos, foi implantando o Programa de Pós-Graduação *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) em Ciências da Saúde. Além de atender a comunidade acadêmica da UFGD este programa também possibilitará a qualificação de profissionais da rede de saúde da região.

Por fim, dentre os objetivos deste PPC, está à formação de um profissional que além de sólidos conhecimentos, tenha a capacidade de procurar uma formação continuada e que possa contribuir para os avanços técnicos e sociais na área da saúde. Esta formação está de acordo com o PDI da UFGD que estabeleceu que a missão da universidade é “gerar, sistematizar e socializar conhecimento, saberes e valores, por meio de ensino, pesquisa extensão de excelência, formando profissionais e cidadãos capazes de transformar a sociedade no sentido de promover a justiça social”.

3.4.1 Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para a educação em direitos humanos

O curso de Medicina atende às determinações da Resolução CNE/CP nº 01/2004, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e a Resolução CNE/CP nº 01/2012, que estabelece Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. A Educação das Relações Étnico-Raciais, bem como o tratamento de questões e temáticas que dizem respeito aos afrodescendentes, indígenas e aos direitos humanos estão inclusas nas atividades curriculares do curso através da oferta dos Componentes Comuns à Universidade como: “Interculturalidade e Relações Étnico-raciais”, “Educação, Sociedade e Cidadania”, “Direitos Humanos, Cidadania e Diversidades” e “Territórios e Fronteiras”. Além disso, a implantação do Estágio Supervisionado de Saúde Rural e Indígena e as ações do PET- Saúde contribuem para a formação da dimensão social e humana do aluno de forma transversal.

Além disso, a UFGD possui um Núcleo de Estudos Afro-brasileiro (NEAB) criado pela Resolução 89/2007 do COUNI que tem com a finalidade atuar nas áreas de pesquisa, ensino e extensão relacionadas à diversidade étnico-racial, políticas públicas de combate à discriminação e ao racismo, produção de materiais, eventos, encontros, seminários, contribuindo assim para a implementação da Lei 11.645/08, que dispõem sobre o ensino da

História da África e História da Cultura afro-brasileira e História Indígena. Dentro de suas finalidades, o NEAB sensibiliza acerca das diretrizes e bases da educação nacional quanto à temática "História e Cultura Afro-Brasileira"; estimula e apoia projetos de pesquisa, ensino e extensão voltados para as temáticas etnico-raciais, especialmente, em Mato Grosso do Sul; incentiva a criação de programa institucional de formação continuada para acadêmicos, servidores e sociedade civil, em relação à temática afro-brasileira e ainda promove seminários e fóruns de discussão entre professores da Universidade, das demais instâncias de ensino e Instituições de Ensino Superior - IES em busca da formação de uma sociedade que reconheça e respeite a diversidade.

A instituição também possui uma Faculdade Intercultural Indígena (FAIND), à qual está vinculado o curso de Licenciatura Intercultural Indígena, destinado às populações das etnias Guarani e Kaiowá, o que possibilita um intercâmbio cultural na universidade e o convívio entre diversidades étnicas. Além dessa Licenciatura, a FAIND também abriga o curso de Licenciatura em Educação do Campo, e vem reforçando sua missão de promover uma educação inclusiva abrindo oportunidades para jovens indígenas e moradores de assentamentos e comunidades rurais, contribuindo também para o desenvolvimento social dessa população. Desde o ano de 2013, a UFGD sedia a Cátedra UNESCO.

3.4.2 Diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental

O curso de Medicina também atende à Resolução CNE/CP nº 02/2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. A Educação Ambiental está presente nas atividades curriculares do curso de modo transversal, contínuo e permanente, com a oferta dos Componentes Comuns à Universidade, como: “Sociedade, Meio Ambiente e Sustentabilidade” e “Sustentabilidade na Produção de Alimentos e de Energia” e nas ações promovidas nas atividades de ensino e extensão. Nas atividades de ensino destaca-se que, na disciplina Saúde da Comunidade o aluno desenvolve um projeto visando identificar os problemas ambientais com maior

impacto sobre as condições de saúde da população da área de abrangência da UBS/UMS/USF e promover ações de educação ambiental focadas nestes problemas. Além disso, a instituição aprovou em 2013 sua Política Ambiental (Resolução COUNI/UFGD no 6/2013), cuja finalidade é orientar, propor e promover ações sobre a temática ambiental na universidade. Em 2015 foi criada a Divisão de Gestão Ambiental (DGA), vinculada à Coordenadoria de Planejamento – COPLAN/PROAP/UFGD que é a unidade responsável pelo planejamento e desenvolvimento de projetos e programas para a gestão ambiental da UFGD. Suas ações norteiam os nove eixos, sendo eles: licenciamento ambiental; gestão de resíduos; educação ambiental; efluentes; uso racional da água; eficiência energética; qualidade de vida; edificações sustentáveis e licitações sustentáveis. Tem como missão desenvolver ações de planejamento, de organização, de execução e de avaliação de resultados no âmbito da gestão ambiental, com o objetivo de desenvolver esforços para que a UFGD seja uma instituição cada dia mais sustentável.

3.4.3 Política de atendimento a portadores de necessidades especiais

Por meio da Resolução nº 078 de 02 de junho de 2016, o Conselho Universitário da UFGD, considerando o Parecer nº 006/2016 da Comissão Permanente de Legislação e Normas aprovou o Regimento do Núcleo Multidisciplinar para a Inclusão e Acessibilidade/NuMIAC. O Núcleo Multidisciplinar para a Inclusão e Acessibilidade da Universidade Federal da Grande Dourados - NuMIAC/UFGD está subordinado institucionalmente à Reitoria desta Instituição. O NuMIAC tem como finalidade oferecer as condições necessárias de apoio e orientação à comunidade para a promoção da inclusão acadêmica e social dos estudantes universitários que compõem o Público-Alvo da Educação Especial (visual, auditiva, física e/ou intelectual), Transtornos Globais do Desenvolvimento, Altas Habilidades/Superdotação.

O NuMIAC/UFGD se configurará como um centro de referência aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação, bem como aos profissionais dos setores da

universidade responsáveis por contribuir com o acesso, a permanência e sucesso dos estudantes público-alvo da Educação Especial da UFGD no âmbito de sua formação acadêmica, científica e profissional.

A execução das iniciativas previstas pelo NuMIAC/UFGD será realizada valendo-se da identificação, pelo próprio órgão, das demandas da instituição e das solicitações apresentadas pela comunidade acadêmica, respeitando-se procedimentos específicos para sua solicitação, prazos previamente determinados para cada necessidade e os recursos humanos, materiais, pedagógicos, financeiros e tecnológicos disponíveis inerentes a cada demanda.

As ações do NuMIAC/UFGD no âmbito do curso favorecerão o desenvolvimento da acessibilidade atitudinal, frente à percepção do outro, sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações tão necessária à formação do profissional médico.

Nas dependências da Faculdade de Ciências da Saúde e nos prédios onde as aulas teóricas são ministradas as condições de acessibilidade arquitetônica atendem plenamente ao público alvo da educação especial, tais como condições de igualdade no acesso, na permanência e terminalidade dos estudos na educação superior.

O Programa Acessibilidade de Estudantes Portadores de Necessidades Especiais da UFGD tem como finalidades promover uma educação inclusiva e garantir aos estudantes com necessidades especiais o acesso, permanência e as condições específicas que permitam o acompanhamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade. Este programa é oferecido por demanda em parceria com Laboratório de Acessibilidade e Práticas de Educação Inclusiva – LAPEI, da Faculdade de Educação, e houve acompanhamento do processo educativo de todos os acadêmicos portadores de necessidades em 2015. O LAPEI é um espaço de formação contínua para docentes, discentes, técnicos administrativos, e comunidade externa. Neste laboratório estão disponíveis materiais como microcomputador adaptado, impressora braile, televisão com lupa, dentre outros. O foco deste laboratório é a inclusão e formação de discentes, em que os mesmos utilizam o laboratório para estudos, principalmente em versão braile. O Laboratório faz parte do

Núcleo de Acessibilidade e Práticas de Educação da Universidade, que ainda encontra-se em construção, sem estrutura física concretizada em sua totalidade. A UFGD ainda possui um Curso de Graduação em Licenciatura em Letras-Libras (vigente desde 2013), que atende o Decreto 5.626 de 2005, além de possuir um grupo de estudo de Libras, pertencente à Faculdade de Educação à Distância (EAD). A finalidade do curso é atender demandas da própria Universidade, além e formar profissionais habilitados para atendimento às pessoas com surdez. A UFGD também oferece aos servidores cursos de capacitação em Libras.

De acordo com Norma Federal, a UFGD está em processo de instalação de placas informativas táteis, bem como piso tátil e bebedouros adaptados, além de intervenções urbanas como: rebaixamento de calçadas, pintura de estacionamento, e outros. Destaca-se que esta implantação foi realizada em sua completude na Faculdade de Educação, porém em outras faculdades encontra-se parcialmente implantada. As placas informativas táteis ainda não estão instaladas na FCS, porém a unidade acadêmica conta com elevador de acesso, banheiros adaptados e cadeira de rodas disponível para uso.

Destaca-se que a Biblioteca Central, possui as seguintes instalações: 5 rampas de acesso (parte externa); piso tátil na parte externa; 3 elevadores; balcão rebaixado para atendimento; mesas apropriadas para cadeirantes, além de uma cadeira de rodas disponível para uso; 3 banheiros adaptados; periódicos em braile e bebedouros adaptados. Infelizmente, ainda não houve contratação de servidor que reconheça a língua de sinais ou mesmo a leitura em braile, além da ausência de aparelhos para deficientes auditivos.

No âmbito do curso a proteção dos direitos da pessoa com transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é temática abordada e discutida de forma curricular nas disciplinas Saúde da Comunidade II, Psiquiatria, Estágio Supervisionado em Saúde da Mulher e da Criança e Pediatria.

3.5 OBJETIVOS DO CURSO DE MEDICINA

O curso de Medicina da UFGD tem como objetivo possibilitar a formação de um profissional com conhecimento, habilidades, atitudes que possibilitem o adequado desempenho de suas funções, e que também estejam aptos à:

- Desenvolver ações de promoção, prevenção, tratamento e reabilitação de condições de saúde-doença, tanto no âmbito individual quanto coletivo.
- Realizar a prática médica de forma integrada e contínua às demais ações profissionais e instâncias do sistema de saúde, com respeito à dignidade e à liberdade de escolha das pessoas.
- Promover a qualidade e segurança da atenção a saúde por meio da utilização de diretrizes e protocolos clínicos e de normas técnicas para a realização de processos e procedimentos, visando reduzir riscos e danos às pessoas e aos profissionais.
- Compreender as relações entre homem, ambiente, sociedade e tecnologia para identificar e superar os problemas de saúde que emergem destas relações.
- Fundamentar a prática médica pautada nos princípios ética/bioética.
- Possibilitar a promoção da saúde articulada às políticas e tecnologias desenvolvidas pelo SUS.
- Atuar de forma interprofissional valorizando e respeitando as competências específicas de seus integrantes e usuários no cuidado, promovendo a melhoria da atenção e do trabalho em saúde.
- Desenvolver ações de gerenciamento e administração que visem articular sua atuação ao trabalho com outros profissionais de saúde, serviços e instituições.
- Valorizar a relação-médico paciente, compreendendo o papel da cultura e da linguagem, mantendo a confidencialidade das informações na atenção a saúde.
- Expressar atitudes de empatia e interesse e aprimorar habilidades de comunicação no processo-saúde-doença-cuidado.

- Estabelecer parcerias e trabalhos em rede visando aproximação entre serviços, universidades e outros setores envolvidos na promoção da saúde de maneira multiprofissional.
- Buscar a formação continuada e permanente em sua área profissional, trabalhando dentro da Medicina Baseada em Evidências.

3.6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O curso de Medicina da UFGD visa formar o profissional médico com o seguinte perfil de formação e competência:

- Formação generalista, humanista, crítica e reflexiva;
- Atitude ética, consciência e responsabilidade social e compromisso com a cidadania;
- Habilidade de comunicação valorizando a relação médico paciente;
- Capacidade para atuar frente às doenças mais prevalentes nas grandes áreas da Medicina nos níveis de atenção primário, secundário e terciário, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde na perspectiva da integralidade da assistência, como promotor da saúde;
- Capacidade para atuar em pesquisas com vistas ao desenvolvimento da própria capacidade de aprender a aprender, ou seja, ao processo de formação permanente e à contribuição para o conhecimento técnico-científico na área;
- Capacidade de atuação em equipe de saúde multiprofissional.

3.7 SÚMULAS DAS DISCIPLINAS

Nas figuras 2 e 3 estão apresentadas a súmula das disciplinas, a estrutura curricular, carga horária e lotação dos docentes que ministram aulas no curso do curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde, respectivamente:

Figura 2. Súcumas das disciplinas

CURRÍCULO MEDICINA
Duração Mínima do Curso: 6 anos ou 12 Semestres
Duração Máxima do Curso: 9 anos ou 18 Semestre
Duração Média do Curso: 6 anos ou 12 Semestres
Duração Curricular do Internato: 4032 horas 2 anos
Carga Horária Total do Curso: 8.754 horas-aula (50 minutos) ou 7.305 horas

3.8 EMENTÁRIO

Figura 3. Estrutura curricular, carga horária e lotação

COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CHT	CHP	CH Total	LOTAÇÃO
FORMAÇÃO COMUM				
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	--	72	-
Eixo temático de formação comum à Universidade	72	--	72	-
Bioquímica	54	18	72	FCS
Células	54	18	72	FCS
Epidemiologia	54	18	72	FCS
Metodologia Científica	54	18	72	FCS
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA*				
Observação: As disciplinas do “Eixo de Formação Comum à Área” ajudarão a compor este núcleo de “formação básica”.				
Anatomia Humana	72	72	144	FCS
Anatomia Cirúrgica	90	90	180	FCS
Mecanismos de Agressão e Defesa	108	54	162	FCS
Bases das Doenças Infecciosas	108	54	162	FCS
Farmacologia Geral	72	18	90	FCS
Farmacologia Clínica e Toxicologia	72	18	90	FCS
Fisiologia Humana I	72	18	90	FCS

Fisiologia Humana II	72	36	108	FCS
Concepção e Formação do Ser Humano	54	18	72	FCS
Genética Médica	54	18	72	FCS
Patologia Especial	72	36	108	FCS
Saúde Pública	54	36	90	FCS
Suporte Básica de Vida	36	54	90	FCS
Atenção à Saúde da Comunidade	54	36	90	FCS
Tecidos I	90	36	126	FCS
Tecidos II	90	36	126	FCS
CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL*				
Técnica Operatória e Cirurgia Experimental	36	54	90	FCS
Cirurgia Geral, Torácica e Plástica	54	72	126	FCS
Cirurgia Urológica, Vascular e Plástica	54	72	126	FCS
Otorrinolaringologia, Cirurgia de Cabeça e Pescoço e Oftalmologia	36	54	90	FCS
Clínica Médica I	36	72	108	FCS
Clínica Médica II	36	72	108	FCS
Clínica Médica III	54	72	126	FCS
Diagnóstico por Imagem	18	54	72	FCS
Ética Médica e Bioética	90	-	90	FCS
Ginecologia	36	54	90	FCS
Obstetrícia	36	54	90	FCS
Medicina Legal e Perícia Médica	54	-	54	FCS
Pediatria Básica	36	54	90	FCS
Pediatria Avançada	36	54	90	FCS
Psiquiatria	36	54	90	FCS

Cérebro e Comportamento Humano	54	36	90	FCS
Saúde do Adolescente	54	36	90	FCS
Saúde da Família	54	72	126	FCS
Semiologia Integrada	36	72	108	FCS
Propedêutica e Habilidades Clínicas	36	72	108	FCS
DISCIPLINAS ELETIVAS				
Administração de Recursos Humanos	72	-	72	FACE
Atividades Integrativas I	36	36	72	FCS
Atividades Integrativas II	36	36	72	FCS
Atividades Integrativas III	36	36	72	FCS
Atividades Integrativas IV	24	48	72	FCS
Bioquímica Metabólica	36	36	72	FCS
Cardiologia	36	36	72	FCS
Dermatologia	36	36	72	FCS
Doenças auto-imunes sistêmicas	36	36	72	FCS
Doenças infecciosas negligenciadas, emergentes reemergentes	36	36	72	FCS
Endocrinologia	36	36	72	FCS
Estágio Supervisionado Complementar I	-	414	414	FCS
Estágio Supervisionado Complementar II	-	414	414	FCS
Estágio Supervisionado Eletivo	52	200	252	FCS
Estudos Independentes Supervisionados I	72	-	72	FCS
Estudos Independentes Supervisionados II	72	-	72	FCS
Estudos Independentes Supervisionados III	72	-	72	FCS
Ética, Bioética e Biodireito	72	-	72	FCS
Fitoterapia	36	36	72	FCS

Introdução à Antropologia	72	-	72	FCH
Inglês Instrumental	72	-	72	FACALE
LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais	54	18	72	FAED
Medicina Baseada em Evidência	36	36	72	FCS
Neurociências	36	36	72	FCS
Nutrição Clínica	36	36	72	FCS
Oftalmologia	36	38	72	FCS
Oncologia	36	36	72	FCS
Ortopedia	36	36	72	FCS
Otorrinolaringologia	36	36	72	FCS
Psicologia social	72	-	72	FCH
Saúde Indígena	18	54	72	FCS
Tópicos em Farmacologia	36	36	72	FCS
Yoga	36	36	72	FCS
ATIVIDADES ARTICULADAS AO ENSINO DE GRADUAÇÃO				
Atividades Complementares	-	-	216	FCS
Estágio Supervisionado em Medicina de Família e Comunidade	104	400	504	FCS
Estágio Supervisionado em Clínica Médica	104	400	504	FCS
Estágio Supervisionado em Pediatria	104	400	504	FCS
Estágio Supervisionado em Cirurgia	104	400	504	FCS
Estágio Supervisionado em Saúde Rural e Indígena	96	384	480	FCS
Estágio Supervisionado em Saúde da Mulher e da Criança	96	384	480	FCS
Estágio Supervisionado em Saúde do Adulto	96	384	480	FCS
Estágio Supervisionado em Urgência e Emergência	114	462	576	FCS

Legenda: CHT - Carga Horária Teórica. CHP - Carga Horária Prática

*Disciplinas específicas do curso.

Nas figuras 4 e 5 estão apresentados o resumo geral da estrutura curricular e a tabela de equivalências:

Figura 4. Resumo geral da estrutura curricular

COMPONENTE CURRICULAR	CH
EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À UNIVERSIDADE	144
EIXO DE FORMAÇÃO COMUM À ÁREA	288
DISCIPLINAS ESPECÍFICAS DO CURSO (A+B)	3.762
A. Formação Básica	1.800
B. Formação Profissional	1.962
ATIVIDADES ACADÊMICAS ESPECÍFICAS (C+D)	
C. Estágios	4.032
D. Atividades Complementares	216
DISCIPLINAS ELETIVAS	324
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO em horas aulas 50min	8.766
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO em horas	7.305

Figura 5. Tabela de equivalências

Em vigor até 2008	CH	A partir de 2009	CH
Anatomia Humana	324	Anatomia Humana I Anatomia Humana II	144 180
Bioestatística	54	Metodologia Científica	72
Bioquímica	180	Bioquímica	72
Citologia e Genética	72	Células	72
Embriologia	54	Formação do Ser Humano biológico I Formação do Ser Humano Biológico II	72 72
Epidemiologia	54	Epidemiologia	72
Histologia Humana Patologia Geral	180 108	Tecidos I Tecidos II	126 162
Psicologia Médica Saúde da Comunidade Nutrição	54 72 54	Saúde da Comunidade I	108
Fisiologia e Biofísica Anatomia Patológica Especial	216 180	Fisiopatologia Humana I Fisiopatologia Humana II	144 180

Imunologia	90	Bases das Doenças Infecciosas I	162
Microbiologia	90	Bases das Doenças Infecciosas II	
Parasitologia	144		108
Prática de Enfermagem	72	Habilidades Básicas em Medicina	90
Administração em Saúde Pública	72	Saúde da Comunidade II	90
Deontologia Médica e Medicina do Trabalho	54	Saúde da Família V	90
Farmacologia	90	Farmacologia Humana I	72
		Farmacologia Humana II	90
Propedêutica e Semiologia Médicas	252	Clínica Médica I	144
		Clínica Cirúrgica I	90
Técnica Cirúrgica	90	Bases da Cirurgia	90
Anestesiologia	72	Clínica Cirúrgica II	126
Cardiologia e Cirurgia Torácica	108	Clínica Médica II	144
Pneumologia	72		
Neurologia e Neurocirurgia	72		
Endocrinologia	90	Clínica Médica III	144
Hematologia	72	Saúde da Família IV	126
Nefrologia	72		
Dermatologia	72	Clínica Médica IV	162
Moléstias Infecto-Parasitárias	90	Saúde da Família IV	126
Reumatologia	72		
Gastroenterologia	90		
Saúde Mental	90	Saúde da Família I	90
Ortopedia	90	Clínica Cirúrgica III	126
Urologia	54		
Cirurgia Vasculare	54		
Oftalmo e Otorrinolaringologia	72	Clínica cirúrgica IV	90
Pediatria e Puericultura	252	Saúde da Família II	90
		Pediatria I	90
		Pediatria II	90
Ginecologia e Obstetrícia	252	Saúde da Família III	90
		Ginecologia e Obstetrícia I	90
		Ginecologia e Obstetrícia II	90
Estágio Supervisionado em Clínica Médica	500	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I	500
		Estágio Supervisionado em Clínica Médica II	500
Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva	480	Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva I	500
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica	500	Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I	250
		Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II	500

Estágio Supervisionado em Ginecologia e Obstetrícia	500	Estágio supervisionado em ginecologia obstetrícia	500
Estágio Supervisionado em Pediatria e Puericultura	500	Estágio Supervisionado em Pediatria I Estágio Supervisionado em Pediatria II	500 500
Em vigor até 2011	CH	A partir de 2012	CH
Estágio Supervisionado Eletivo Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I	250 250	Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I	500
Bases das doenças Infecciosas I	162	Bases das doenças Infecciosas I Bases das doenças Infecciosas II	108 54
Bases das doenças Infecciosas II	108	Bases das doenças Infecciosas III Bases das doenças Infecciosas IV	54 54
Em vigor até 2012	CH	A partir de 2013	CH
Clínica Médica I	144	Clínica Médica I	108
Clínica Médica II	144	Clínica Médica II	108
Clínica Médica III	144	Clínica Médica III	108
Clínica Médica IV	162	Clínica Médica IV	126
Saúde da Família III	90	Saúde da Família III	126
Saúde da Família IV	126	Saúde da Família IV	90
Em vigor até 2014	CH	A partir de 2015	CH
Atividades Complementares	200	Atividades Complementares	216
Clínica Médica I	108	Semiologia I	108
Clínica Médica II	108	Clínica Médica I	108
Clínica Médica III	108	Clínica Médica II	108
Clínica Médica IV	126	Clínica Médica III	126
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I	500	Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica I	504
Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II	500		504
Estágio Supervisionado em Clínica Médica I	500	Estágio Supervisionado em Clínica Médica I	504
Estágio Supervisionado em Clínica Médica II	500	Estágio Supervisionado em Clínica Médica II	504
Estágio Supervisionado em Ginecologia e Obstetrícia	500	Estágio Supervisionado em Ginecologia e Obstetrícia	504
Estágio Supervisionado em Pediatria I	500	Estágio Supervisionado em Pediatria I	504

Estágio Supervisionado em Pediatria II	500	Estágio Supervisionado em Pediatria II	504
Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva I	500	Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva I	504
Estudos Independentes Supervisionados IV	72	Semiologia II	108
Saúde da Família IV	90	Psiquiatria	90
Fisiopatologia Humana I	144	Fisiologia Humana I Patologia Humana I	90 54
Fisiopatologia Humana II	180	Fisiologia Humana II Patologia Humana II	108 72

Em vigor até 2016	CH	A partir de 2017	CH
Estágio Supervisionado em Clínica Médica II (320) Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II (160)	504 504	Estágio Supervisionado em Saúde do Adulto	480
Estágio Supervisionado em Clínica Médica II (160) Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II (160) Estágio Supervisionado em Pediatria II (96) Estágio Supervisionado e Ginecologia e Obstetrícia (160)	504 504 504 504	Estágio Supervisionado em Urgência e Emergência Médica	576
Estágio Supervisionado em Pediatria II (248) Estágio Supervisionado em Clínica Médica II (24) Estágio Supervisionado e Ginecologia e Obstetrícia (24) Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II (184)	504 504 504 504	Estágio Supervisionado em Saúde Rural e Indígena	480
Estágio Supervisionado em Pediatria II (160) Estágio Supervisionado e Ginecologia e Obstetrícia (320)	504 504	Estágio Supervisionado em Saúde da Mulher e da Criança	480
Estágio Supervisionado em Saúde Coletiva I	504	Estágio Supervisionado em Medicina de Família e Comunidade	504

Na tabela 1 estão apresentadas as disciplinas com pré-requisito:

Até de 2016				
Lotação	Disciplina	CH	Pré-Requisito	CH
FCS	Estágio Supervisionado em Cirurgia Estágio Supervisionado em Clínica Cirúrgica II	504	Clínica Cirúrgica II	126
		504	Clínica Cirúrgica III	126
FCS	Estágio Supervisionado em Clínica Médica	504	Clínica Médica II	108
	Estágio Supervisionado em Clínica Médica II	504	Clínica Médica III	126
FCS	Estágio Supervisionado em Ginecologia e Obstetrícia	504	Ginecologia e Obstetrícia I	90
			Ginecologia e Obstetrícia II	90
FCS	Estágio Supervisionado em Pediatria	504	Pediatria I	90
			Pediatria II	90
A partir de 2017				
Lotação	Disciplina	CH	Pré-Requisito	CH
FCS	Estágio Supervisionado em Cirurgia Estágio Supervisionado em Saúde do Adulto	504	Clínica Cirúrgica II	126
		480	Clínica Cirúrgica III	126
FCS	Estágio Supervisionado em Clínica Médica	504	Clínica Médica II	108
FCS	Estágio Supervisionado em Saúde do Adulto	504	Clínica Médica III	126
FCS	Estágio Supervisionado em Saúde da Mulher e da Criança	480	Ginecologia e Obstetrícia I	90
			Ginecologia e Obstetrícia II	90
FCS	Estágio Supervisionado em Pediatria	504	Pediatria I	90
			Pediatria II	90

TABELA DE EQUIVALÊNCIA

Em vigor até 2018	CH	A partir de 2019	CH
ANATOMIA I	144	ANATOMIA HUMANA	144
ANATOMIA II	180	ANATOMIA CIRÚRGICA	180
BASES DA DOENÇA INFECCIOSA II BASES DA DOENÇA INFECCIOSA III	54 54	BASES DAS DOENÇAS INFECCIOSAS	162
BASES DA DOENÇA INFECCIOSA II BASES DA DOENÇA INFECCIOSA IV	54 54	BASES DAS DOENÇAS INFECCIOSAS	162
BASES DA DOENÇA INFECCIOSA III BASES DA DOENÇA INFECCIOSA IV	54 54	BASES DAS DOENÇAS INFECCIOSAS	162
BASES DA DOENÇA INFECCIOSA I PATOLOGIA GERAL	108 54	MECANISMOS DE AGRESSÃO E DEFESA	162
FARMACOLOGIA I	72	FARMACOLOGIA GERAL	90
FARMACOLOGIA II	90	FARMACOLOGIA CLÍNICA E TOXICOLOGIA	90
FORMAÇÃO DO SER HUMANO BIOLÓGICO I	72	CONCEPÇÃO E FORMAÇÃO DO SER HUMANO	72
FORMAÇÃO DO SER HUMANO BIOLÓGICO II	72	GENÉTICA MÉDICA	72
HABILIDADES BÁSICAS EM MEDICINA	90	SUORTE BÁSICO DE VIDA E HABILIDADES MÉDICAS	90
PATOLOGIA HUMANA II	72	PATOLOGIA ESPECIAL	108

SAÚDE DA COMUNIDADE I	108	SAÚDE PÚBLICA	90
SAÚDE DA COMUNIDADE II	90	ATENÇÃO A SAÚDE DA COMUNIDADE	90
BASES DA CIRURGIA	90	TÉCNICA OPERATÓRIA E CIRURGIA EXPERIMENTAL	90
CLÍNICA CIRÚRGICA II	126	CIRURGIA GERAL, TORÁCICA E PLÁSTICA	126
CLÍNICA CIRÚRGICA III	126	CIRURGIA UROLÓGICA, VASCULAR E ORTOPÉDICA	126
CLÍNICA CIRÚRGICA I	90	ÉTICA MÉDICA E BIOÉTICA	90
CLÍNICA CIRÚRGICA IV	90	OTORRINOLARINGOLOGIA, CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO, E OFTALMOLOGIA	90
CLÍNICA MÉDICA I	108	CLÍNICA MÉDICA I	108
CLÍNICA MÉDICA II	108	CLÍNICA MÉDICA II	108
GINECOLOGIA I	90	GINECOLOGIA	90
GINECOLOGIA II	90	OBSTETRÍCIA	90
MEDICINA LEGAL	54	MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA	54
PEDIATRIA I	90	PEDIATRIA AMBULATORIAL	90
PEDIATRIA II	90	PEDIATRIA HOSPITALAR	90

SAÚDE DA FAMÍLIA I	90	CÉREBRO E COMPORTAMENTO HUMANO	90
SAÚDE DA FAMÍLIA II	90	SAÚDE DO ADOLESCENTE	90
SAÚDE DA FAMÍLIA III	126	SAÚDE DA FAMÍLIA	126
SEMIOLOGIA I	108	SEMIOLOGIA INTEGRADA	108
SEMIOLOGIA II	108	PROPEDÊUTICA e HABILIDADES CLÍNICAS	108
ATIVIDADES INTEGRATIVAS V	72	OFTALMOLOGIA	72
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CLÍNICA MÉDICA I	504	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CLÍNICA MÉDICA	504
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PEDIATRIA I	504	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PEDIATRIA	504
ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CLÍNICA CIRÚRGICA I	504	ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIRURGIA	504
TECIDOS I	126	TECIDOS I	126
TECIDOS II	162	TECIDOS II	126

3.8.1 Disciplinas do eixo de formação comum à universidade

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL: Da produção ao consumo. Modelos alimentares: dieta ocidental, dieta mediterrânea, dieta vegetariana, dietas alternativas, guia alimentar; Diretrizes para uma alimentação saudável; Elos da cadeia produtiva: produção, indústria, comércio e consumo; Relação da produção de alimentos e alimentação saudável.

APRECIÇÃO ARTÍSTICA NA CONTEMPORANEIDADE. Conceituações de arte; Degustação de obras de arte diversas; Modalidades artísticas; Arte clássica e arte popular; Artes do cotidiano; Engajamento estético, político, ideológico na arte; Valores expressos pela arte.

CIÊNCIA E COTIDIANO. Poder, discurso, legitimação e divulgação da ciência na contemporaneidade; Princípios científicos básicos no cotidiano; Democratização do acesso à ciência; Ficção científica e representações sobre ciência e cientistas.

CONHECIMENTO E TECNOLOGIAS. Diferentes paradigmas do conhecimento e o saber tecnológico; Conhecimento, tecnologia, mercado e soberania; Tecnologia, inovação e propriedade intelectual; Tecnologias e difusão do conhecimento; Tecnologia, trabalho, educação e qualidade de vida.

CORPO, SAÚDE E SEXUALIDADE. Teorias do corpo; Arte e corpo; Corpo: organismo, mercadoria, objeto e espetáculo; O corpo disciplinado, a sociedade do controle e o trabalho; O corpo libidinal e a sociedade; Corpo, gênero e sexualidade.

DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E DIVERSIDADES. Compreensão histórica dos direitos humanos; Multiculturalismo e relativismo cultural;

Movimentos sociais e cidadania; Desigualdades e políticas públicas; Democracia e legitimidade do conflito.

ECONOMIAS REGIONAIS, ARRANJOS PRODUTIVOS E MERCADOS.

Globalização, produção e mercados; Desenvolvimento e desigualdades regionais; Arranjos produtivos e economias regionais; Regionalismo e Integração Econômica.

EDUCAÇÃO, SOCIEDADE E CIDADANIA. A educação na formação das sociedades; Educação, desenvolvimento e cidadania; Políticas públicas e participação social; Políticas afirmativas; Avaliação da educação no Brasil; Educação, diferença e interculturalidade.

ESTADO, TERRITÓRIO E FRONTEIRAS. Estado, nação, culturas e identidades; Processos de Globalização/ Mundialização, Internacionalização e Multinacionalização; Espaço econômico mundial; Soberania e geopolítica; Territórios e fronteiras nacionais e étnicas; Fronteiras vivas.

ÉTICA E PARADIGMAS DO CONHECIMENTO. Epistemologia e paradigmas do conhecimento; Conhecimento científico e outras formas de conhecimento; Conhecimento, moral e ética; Interface entre ética e ciência; Bioética.

INTERCULTURALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS. Teorias da Etnicidade; Teorias Raciais; Interculturalidade, Diversidade de Saberes e Descolonização dos Saberes; História e Cultura Afrobrasileira em Mato Grosso do Sul; História e Cultura Indígena em Mato Grosso do Sul; Colonialidade e Relações de Poder nas Relações Étnico-raciais; O fenômeno do Preconceito Étnico-racial na Sociedade Brasileira; Políticas Afirmativas e a Sociedade Brasileira.

LINGUAGENS, LÓGICA E DISCURSO. Linguagem, mídia e comunicação; Princípios de retórica e argumentação; Noções de lógica; Diversidades e discursos.

SOCIEDADE, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. Relações entre sociedade, meio ambiente e sustentabilidade; Modelos de Desenvolvimento; Economia e meio ambiente; Políticas públicas e gestão ambiental; Responsabilidade Social e Ambiental; Educação ambiental.

SUSTENTABILIDADE NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E DE ENERGIA. Sustentabilidade econômica, social e ambiental; Uso sustentável de recursos naturais e capacidade de suporte dos ecossistemas; Padrões de consumo e impactos da produção de alimentos e energia; Relação de sustentabilidade nos processos e tecnologias de produção de alimentos e energia; Produção Interligada de Alimentos e Energia.

TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO. Redes de comunicação; Mídias digitais; Segurança da informação; Direito digital; E-science (e-ciência); Cloud Computing; Cidades inteligentes; Bioinformática; Elearning; Dimensões sociais, políticas e econômicas da tecnologia da informação e comunicação; Sociedade do conhecimento, cidadania e inclusão digital; Oficinas e atividades práticas.

3.8.2 Disciplinas do eixo de formação comum à área

BIOQUÍMICA: Introdução à Bioenergética - utilização de energia pelos seres vivos. Glicólise e Gliconeogênese. Ciclo de Krebs, do ácido cítrico ou do ácido tricarbóxico. Oxidação dos ácidos graxos (beta-oxidação). Síntese de ácidos graxos. Cadeia de transporte de elétrons e fosforilação oxidativa. Metabolismo de aminoácidos e outros compostos nitrogenados: entrada de aminoácidos nas reações do Ciclo de Krebs para obtenção de energia, Ciclo da uréia, metabolismo de compostos nitrogenados. Regulação e integração metabólica.

CÉLULAS: Estrutura e função das células e seus componentes. Principais processos e alterações celulares durante a diferenciação celular, durante o seu ciclo de vida e frente às agressões.

EPIDEMIOLOGIA: Conceitos básicos, evolução histórica e áreas de aplicação da epidemiologia. Tipos de estudos epidemiológicos. Epidemiologia descritiva, analítica e clínica.

METODOLOGIA CIENTÍFICA: Conceito, tipos e etapas do trabalho acadêmico. Conceitos básicos de bioestatística.

3.8.3 Disciplinas específicas do curso

ANATOMIA HUMANA: Conceituação geral sobre ossos, músculos, articulações, vasos sanguíneos e nervos. Estudo topográfico, seguimentar e radiológico dos membros superiores e inferiores, da cabeça e pescoço, do tórax e do sistema cardiovascular. Implicações do conhecimento de anatomia na prática médica.

ANATOMIA CIRÚRGICA: Estudo topográfico, seguimentar e radiológico do abdome, pelve e sistema nervoso, visando aplicação dos conhecimentos anatômicos nas situações práticas. Promover integração entre as disciplinas básicas e clínicas.

ATENÇÃO A SAÚDE DA COMUNIDADE: Planejar e desenvolver as atividades de intervenção na comunidade. Formas de encaminhamento na UBS (sistema de Referência e Contrarreferência). Matriciamento. Equipe multiprofissional de Saúde. Educação em Saúde. Redes de Atenção à Saúde no Sistema Único de Saúde. Gestão em saúde. Segurança do usuário do SUS.

BASES DAS DOENÇAS INFECCIOSAS: Microbiologia aplicada à saúde. Princípios gerais da virologia, micologia e proteínas infectantes de interesse médico. Principais diagnósticos em Parasitologia.

CÉREBRO, MENTE E COMPORTAMENTO: Fornecer conhecimentos sobre o funcionamento da mente e do cérebro e suas principais patologias. Síndromes psiquiátricas mais frequentes na atenção básica. Neurobiologia das emoções. Psicopatologia. Funcionamento Psíquico e Relação Médico Paciente. Avaliação do comportamento alimentar, personalidade, memória, sono e sexualidade. Semiologia Psiquiátrica e Exame do Estado Mental. Manifestações psicossomáticas. Rede de Atenção Psicossocial. Avaliação Psicodinâmica do Paciente.

CIRURGIA GERAL, TORÁCICA E PLÁSTICA. Cuidados pré e pós-operatórios. Formação para atendimento das urgências e emergências em cirurgia. Abdome agudo. Atendimento inicial ao Politraumatizado. Gastroenterologia clínica e cirúrgica. Estudos das doenças periorificiais, do esôfago e estômago. Patologias do pâncreas, vias biliares e fígado. Doenças do intestino delgado, cólon, e paredes abdominais. Conceitos importantes de Anestesiologia e dor. Princípios em Cirurgia Plástica e Torácica.

CIRURGIA UROLÓGICA, VASCULAR E ORTOPÉDICA. Diagnóstico, tratamento clínico e cirúrgico das patologias mais frequentes em urologia, cirurgia vascular e ortopedia e traumatologia.

OTORRINOLARINGOLOGIA, CIRURGIA DE CABEÇA E PESCOÇO, E OFTALMOLOGIA. Diagnóstico, tratamento clínico e cirúrgico das patologias mais frequentes em otorrinolaringologia, oftalmologia e cirurgia de cabeça e pescoço. Cirurgia Pediátrica.

CLÍNICA MÉDICA I: Diagnóstico, tratamento clínico e cirúrgico das patologias mais frequentes em pneumologia, cardiologia, neurologia e neurocirurgia.

CLÍNICA MÉDICA II: Diagnóstico e tratamento das doenças mais comuns em endocrinologia, nefrologia e hematologia.

CLÍNICA MÉDICA III: Desenvolvimento de raciocínio clínico e interpretação de exames complementares. Conhecimento da epidemiologia, do quadro clínico e tratamento das principais doenças em reumatologia, dermatologia, infectologia e gastroenterologia. Integração dos aspectos morfológicos, anátomo-clínicos das principais dermatoses e neoplasias cutâneas. Dinâmica da relação hospedeiro-agente microbiano nas doenças infecciosas.

CONCEPÇÃO E FORMAÇÃO DO SER HUMANO: Da gametogênese à formação do embrião e dos anexos embrionários. Teratologia; organogênese e má-formação dos sistemas.

DIAGNÓSTICO POR IMAGEM: Efeitos biológicos das radiações. Contrastes radiológicos do organismo. Meios de contrastes utilizados habitualmente. Terminologia e conceitos relacionados com o diagnóstico radiológico. Tipos de incidências radiológicas. Métodos radiológicos utilizados para o estudo do coração e do tórax. Métodos radiológicos utilizados para o estudo do aparelho digestivo e urinário. Calcificações normais e patológicas. Alterações das partes moles com expressão radiológica. Interpretação dos exames: ultra-sonografia, ressonância magnética, tomografia, medicina nuclear e outros.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CIRURGIA: Atividade prática supervisionada direcionada a fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de Clínica Cirúrgica em nível de atenção básica, ambulatorial e hospitalar.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE DO ADULTO: Atividade prática supervisionada direcionada a fornecer e aprofundar os conhecimentos,

habilidades e competências na área de Clínica Médica, Cirurgia e Psiquiatria a nível ambulatorial e hospitalar. Segurança do usuário do SUS.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM CLÍNICA MÉDICA: Atividade prática supervisionada direcionada a fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de Clínica Médica em nível de atenção básica, ambulatorial e hospitalar.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA: Atividade prática supervisionada direcionada a fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de pediatria e ginecologia e obstetrícia a nível ambulatorial e hospitalar.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SAÚDE RURAL E INDÍGENA: Atividade prática supervisionada direcionada a fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de saúde rural e indígena, conduzida em instituições que atuam na área de atenção básica a saúde. Propiciar aos estudantes a oportunidade de melhor apreenderem as relações entre Medicina e Sociedade através da participação direta no SUS, bem como o tratamento de questões temáticas que dizem respeito aos indígenas.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PEDIATRIA: Atividade prática supervisionada direcionada a fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de pediatria, conduzida em instituições que atuam na área de atenção básica a saúde.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE: Atividade prática supervisionada da aplicação dos conhecimentos teóricos na área de saúde pública, conduzida em instituições que atuam na área de atenção básica à saúde. Sistema de referência e contrarreferência. Educação e gestão em saúde.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MEDICINA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA: Fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de Urgência e Emergência nos seus diversos cenários, envolvendo conteúdos de forma integrada nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ortopedia e Traumatologia, Neurocirurgia, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia. Sistema de referência e contrarreferência. Medicina Intensiva.

ÉTICA MÉDICA E BIOÉTICA: Ética médica e exercício profissional. Bioética e Deontologia. Prontuário. Termo de consentimento informado. Sigilo Médico. Relação Médico Paciente. Código de Ética Médica. Comunicação de más notícias.

FARMACOLOGIA GERAL: Princípios da farmacocinética, farmacodinâmica, biodisponibilidade e das interações medicamentosas. Estudo dos receptores farmacológicos.

FARMACOLOGIA CLÍNICA E TOXICOLOGIA: Aspectos farmacológicos e terapêuticos relevantes dos medicamentos utilizados nas doenças. Toxicologia clínica.

FISIOLOGIA HUMANA I: Bases da fisiologia celular. Fisiologia das membranas, do nervo e do músculo. Neurofisiologia. O coração. A circulação. Fisiologia Respiratória.

FISIOLOGIA HUMANA II: Células sanguíneas, imunidade e coagulação sanguínea. Os rins e os líquidos corporais. Fisiologia gastrintestinal e metabolismo. Fisiologia endócrina e reprodução. Sentidos especiais.

GENÉTICA MÉDICA: Introdução à genética. Aberrações cromossômicas e síndromes decorrentes. Genética de populações e genética molecular. Identificação das patologias gênicas e cromossômicas mais freqüentes.

GINECOLOGIA: Nomenclatura, anamnese e exame físico em ginecologia. Anatomia genital e mamária. Fisiologia ginecológica. Distúrbios menstruais. Infecção e infestações mais comuns em ginecologia. Doenças da mama. Planejamento familiar. Estratégias para o rastreamento de neoplasias ginecológicas. Cirurgias ginecológicas. Humanização do atendimento.

MECANISMOS DE AGRESSÃO E DEFESA : Linhas gerais das respostas dos tecidos frente às agressões. Fornecer conhecimentos dos mecanismos básicos das doenças. Estudo morfológico macro e microscópico dos processos patológicos gerais. Neoplasias. Patologia Genética, nutricional e ambiental. Princípios gerais da imunologia. Indução, produção e regulação da resposta imune. Hipersensibilidade. Principais métodos de diagnóstico. Imunidade à infecção e imunodeficiências. Imunoprofilaxia, imunologia dos transplantes e dos tumores.

MEDICINA LEGAL E PERÍCIA MÉDICA: Introdução ao estudo da medicina legal. Perícia Médica. Antropologia forense. Traumatologia forense. Tanatologia forense. Asfixiologia, toxicologia e psicopatologia forense. Tocoginecologia forense. Deontologia médica.

OBSTETRÍCIA: Nomenclatura, anamnese e exame físico em obstetrícia. Concepção e desenvolvimento fetal. Modificações gravídicas. Cuidado à saúde da mulher no pré-natal, parto e puerpério. Identificação e fases do trabalho de parto, assistência ao parto e puerpério imediato normal. Complicações no parto e puerpério. Orientação ao aleitamento materno. Tocomática. Doenças mais comuns em obstetrícia. Humanização do atendimento.

PATOLOGIA ESPECIAL : Bases estruturais, repercussões funcionais e correlações anátomo-clínicas de doenças humanas dos vasos sanguíneos, pele, ossos, músculos, articulações e partes moles, coração, pulmões, sistema linfohematopoiético, sistema digestório, glândulas endócrinas, sistema

urogenital, e sistema nervoso. Conhecimento das Técnicas Laboratoriais de Histopatologia.

PEDIATRIA BÁSICA: Assistência à criança em consultórios, diagnóstico e tratamento das patologias mais prevalentes.

PEDIATRIA AVANÇADA: Cuidados com recém nascido. Alojamento conjunto. Afecções mais comuns no período neonatal. Anomalias congênitas. Suporte básico e avançado de vida em pediatria. Urgências e emergência em pediatria. Medicina Intensiva. Cirurgia Pediátrica.

PSIQUIATRIA: Fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de Psiquiatria a nível ambulatorial e hospitalar. Psiquiatria biológica e psicoterapias. Psicofarmacologia.

PROPEDÊUTICA E HABILIDADES CLÍNICAS: Semiologia do Aparelho digestório, urinário, cardiovascular, pulmonar e neurológico. Semiologia Ortopédica. Propedêutica e diagnóstico diferencial. Exame clínico racional a beira do leito. Raciocínio Clínico. Medicina Baseada em Evidências.

SAÚDE PÚBLICA: Modelos de atenção e sistemas de saúde no mundo. Histórico das políticas de saúde no Brasil. O Sistema Único de Saúde. Prevenção e promoção da saúde. Introdução à Atenção Primária à Saúde e à Medicina de Família e Comunidade.

SAÚDE DO ADOLESCENTE: Atenção integral à saúde do adolescente em nível de atenção básica. Entrevista e exame da criança e do adolescente.

SAÚDE DA FAMÍLIA: A saúde do adulto e do Idoso em nível de atenção básica.

SEMIOLOGIA INTEGRADA: Estudo da Semiologia Geral. Relação Médico Paciente. Fisiopatologia e compressão dos Sinais e Sintomas. Semiótica. Semiologia Baseada em Evidência. Exame clínico racional a beira do leito.

SUPORTE BÁSICO DE VIDA E HABILIDADES MÉDICAS: Sinais vitais e sinais diagnósticos. Atendimento pré-hospitalar, asfixia e ressuscitação cardiopulmonar. Hemorragias e acesso vascular. Cricotireoidostomia e drenagem torácica. Documentação e registro de prontuário. Biossegurança. Simulação em medicina.

TECIDOS I: Introdução à histologia e seus métodos de estudo: técnicas histológicas, de microscopia e focalização. Estudo das propriedades estruturais e funcionais dos tecidos epiteliais, conjuntivo propriamente dito, adiposo, cartilaginoso, muscular, ósseo, nervoso, hematopoiético e células do sangue. Reconhecimento da organização histológica e sua correlação clínica-funcional com diversos órgãos e sistemas.

TECIDOS II: Estudo da organização histológica, funções e características dos tecidos que compõem os órgãos e seus sistemas: cardiovascular, digestório e órgãos associados, respiratório, linfático, urinário, tegumentar, órgãos endócrinos, reprodutores masculino e feminino, fotorreceptor e audiorreceptor. Propriedades histofisiológicas e suas correlações patológicas na clínica médica.

TÉCNICA OPERATÓRIA E CIRURGIA EXPERIMENTAL: Técnicas operatórias básicas. Capacitação para instrumentação cirúrgica, diérese, hemostasia e síntese de tecidos cutâneos, cateterização de veias, punções e drenagens. Compreensão sobre laparotomia, traqueostomia, cricotireoidotomia, punção e drenagem pleural, punção e janela pericárdica, lavagem peritoneal diagnóstica, controle da hemorragia vascular, toracotomia ressuscitativa e massagem cardíaca interna. Profilaxia de infecções cirúrgicas. Comportamento apropriado na sala cirúrgica. Iniciação à cirurgia experimental.

3.8.4 Disciplinas eletivas

ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS: Fundamentos da administração de recursos humanos (RH). Papéis de RH. Planejamento das necessidades de Recursos Humanos. Descrição, análise e avaliação de cargos. Recrutamento, seleção e Integração. Avaliação de desempenho. Treinamento e desenvolvimento de RH. Gestão estratégica de pessoas. Gestão de competências. Remuneração estratégica: salários, benefícios, vantagens. Relações trabalhistas, sindicais e previdenciárias. Gestão de equipes com foco na qualidade. Negociação.

ATIVIDADES INTEGRATIVAS I: Discussão e análise crítica de publicações científicas selecionados pelos professores do semestre.

ATIVIDADES INTEGRATIVAS II: Seminários, discussão de casos clínicos e artigos científicos orientados pelos professores do semestre.

ATIVIDADES INTEGRATIVAS III: Seminários painéis, mesas redondas e discussão de casos clínicos procurando a discussão integrada entre as disciplinas do semestre.

ATIVIDADES INTEGRATIVAS IV: Sessões anátomo-rádio-clínicas.

ATIVIDADES INTEGRATIVAS V: Sessões anátomo-rádio-clínicas.

ÉTICA, BIOÉTICA E BIODIREITO: Bioética e Biodireito: origem, conceitos e princípios. Direitos humanos e bioética. Conceito de vida: fundamentos biológicos e legais. Tecnologias da reprodução assistida. O direito à vida e à morte dignas. Direitos e vulnerabilidades do paciente. O direito à informação ("right-to-know"). Projeto genoma humano. Perspectivas e realidade em terapia gênica para neoplasias, doenças genéticas e outras doenças. Transplante de órgãos e tecidos. Ética profissional. Responsabilidade ética e legal dos profissionais de saúde. A ética em pesquisa.

BIOQUÍMICA METABÓLICA: Bioenergética. Anabolismo e catabolismo. Metabolismo de carboidratos. Glicólise e gliconeogênese. Cadeia respiratória e o ciclo do ácido cítrico. Cadeia de transporte de elétrons. Fosforilação oxidativa. Metabolismo de lipídios. Metabolismo de aminoácidos e proteínas. Regulação e integração metabólica.

CARDIOLOGIA: Cardiologia clínica pela anamnese cardiológica, exame clínico, exames complementares com aulas teóricas e práticas ambulatorial e hospitalar.

CARDIOLOGIA: Prover conhecimentos teóricos e práticos sobre as doenças do aparelho cardiovascular abordando aspectos etiológicos, fisiopatológicos, epidemiológicos. Desenvolver raciocínio clínico para o diagnóstico das principais síndromes do sistema cardiovascular.

DERMATOLOGIA: Semiologia dermatológica. Fisiologia da cicatrização. Curativos e pequenas cirurgias. Doenças infecciosas e parasitárias em Dermatologia. Doenças inflamatórias. Tratamento clínico e cirúrgico.

DOENÇAS AUTO-IMUNE SISTÊMICAS: Fisiopatologia e desenvolvimento de raciocínio clínico para diagnóstico e tratamento das doenças auto-imune sistêmicas.

DOENÇAS INFECCIOSAS NEGLIGENCIADAS, EMERGENTES E REEMERGENTES: Doenças negligenciadas, emergentes e re-emergentes. Aspectos relacionados epidemiologia, diagnóstico, tratamento e peculiaridades da Região da Grande Dourados. As aulas serão em forma de seminário apresentado pelos alunos nos diferentes temas relacionados.

ENDOCRINOLOGIA: Hormônios: estrutura química, mecanismos de ação e controle hormonal. Diabetes mellitus tipo 1 e 2. Tireoide: hipertireoidismo, hipotireoidismo, bócio endêmico, tireoidites e neoplasias. Hipotálamo-hipófise: hipopituitarismo, hiperpituitarismo, diabetes insipidus e síndrome secreção inapropriada do ADH. Adrenal (córtex): hipofunção, hiperfunção. Gônadas: hipogonadismo, puberdade precoce atraso puberal, crescimento normal e anormal. Paratireóides: metabolismo do cálcio e fósforo, hiperparatireoidismo primário e secundário e hipoparatireoidismo. Obesidade. Síndrome Metabólica. Dislipidemias. Principais urgências e emergências.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMPLEMENTAR I: Estágio prático de treinamento em serviço em clínica geral, com enfoque principal em pacientes ambulatoriais sob supervisão.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO COMPLEMENTAR II: Estágio prático de treinamento em serviço em clínica geral com acompanhamento de pacientes internados ambulatoriais e de emergência, sob supervisão.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO ELETIVO: Atividade prática supervisionada da aplicação dos conhecimentos teóricos na área a ser definida pelo aluno.

ESTUDOS INDEPENDENTES SUPERVISIONADOS I: Estudos tutoriados como aprofundamento de disciplinas selecionadas pelos acadêmicos através de problematização.

ESTUDOS INDEPENDENTES SUPERVISIONADOS II: Estudos tutoriados como aprofundamento de disciplinas selecionadas pelos acadêmicos através de problematização.

ESTUDOS INDEPENDENTES SUPERVISIONADOS III: Estudos tutoriados como aprofundamento de disciplinas selecionadas pelos acadêmicos através de problematização.

FITOTERAPIA: A Fitoterapia no atendimento primário à saúde e à melhoria da qualidade de vida. A Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos. Abordagem clínica, farmacológica, terapêutica e toxicológica de fitoterápicos.

INGLÊS INSTRUMENTAL: Leitura, interpretação e análise crítica de textos técnicos e científicos atuais em língua inglesa sobre os temas pertinentes à área. Estudo de itens gramaticais comuns em textos científicos (tempos verbais, modais, voz passiva, artigos, adjetivos, advérbios, conjunções e preposições) para promover uma abordagem instrumental de Língua Inglesa com ênfase nas habilidades de leitura e de escrita dos estudantes da área.

INTRODUÇÃO À ANTROPOLOGIA: A constituição e o desenvolvimento da Antropologia como campo científico. Categorias analíticas básicas: cultura, sociedade, morfologia social, cosmologia, identidade, grupo étnico, etnicidade. Principais correntes teórico-metodológicas do período de constituição da Antropologia.

LIBRAS – LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: Análise dos princípios e leis que enfatizam a inclusão de LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais nos cursos de formação docente. Apresentação das novas investigações teóricas acerca do bilingüismo, identidades e culturas surdas. As especificidades da construção da linguagem, leitura e produção textual dos educandos surdos. Os princípios básicos da língua de sinais. O processo de construção da leitura e escrita de sinais e produção literária em LIBRAS.

MEDICINA BASEADA EM EVIDÊNCIA: Dar aos alunos habilidades em avaliações críticas da literatura médica e desenvolvimento de projetos. Através da Medicina baseada em evidências (MBE), da qualidade nas evidências de desenhos de pesquisa, procurando a melhor evidência clínica. Diagnóstico,

causalidade, prognóstico, terapêutica e prevenção. Revisões sistemáticas (inclusive metanálise) e diretrizes clínicas.

NEUROCIÊNCIAS: Abordagem neurobiológica da mente; neurociência cognitiva; princípios de neuropsicologia; neuroanatomia; neurofisiologia da dor; estados de consciência; ritmos biológicos; ciclo sono e vigília; atenção seletiva; memória e aprendizagem, lateralidade e linguagem; funções integrativas do SNA; neurobiologia das emoções e dos estados de humor e de ansiedade; vascularização do SNC; correlações anátomo-clínicas na neurologia.

NUTRIÇÃO CLÍNICA: Dietoterapia na prevenção e tratamento de diversas patologias.

OFTALMOLOGIA: Sinais e sintomas em oftalmologia, relacionado com situação étnico-raciais e ambientais. Diagnóstico diferencial das patologias oculares mais freqüentes. Manifestações oculares das doenças sistêmicas.

ONCOLOGIA: Aspectos Básicos dos Principais Tipos de Câncer, fatores etiológicos, correlação étnico-racial e com meio ambiente.

OTORRINOLARINGOLOGIA: Doenças Otorrinolaringológicas: anatomia fisiopatologia, semiologia, diagnóstico, Diagnóstico diferencial, tratamento.

ORTOPEDIA: Sistema Osteo-articular. Introdução ao estudo de ortopedia. Cuidados gerais pré, per e pós-operatório. Principais urgências e emergências na Ortopedia. Fisiopatologia e classificação das fraturas. Fraturas expostas. Complicações das fraturas. Fraturas do membro superior, inferior, da coluna vertebral. Tuberculose osteoarticular. Osteocondromatoses. Neoplasias ósseas. Más formações congênitas. Amputações. Deformidade da coluna vertebral. Infecção óssea.

PSICOLOGIA SOCIAL: Evolução histórica, conceitos básicos, métodos de pesquisa, relações com outras ciências e questões éticas. Principais teorias da interação social. Estudos e análise de pesquisas contemporânea em Psicologia Social.

SAÚDE INDÍGENA: Estágio prático em estratégias saúde da família indígena. Centro de Referência de Recuperação Nutricional para crianças indígenas e assistência hospitalar em nível secundário através de atendimento de pacientes, atividades preventivas na comunidade e visitas domiciliares supervisionadas.

TÓPICOS EM FARMACOLOGIA: Antianêmicos, anticoagulantes, antihelmínticos/antiprotozoários, antibióticos, antifúngicos, antivirais, antineoplásicos, anticonvulsivantes. Farmacologia de doenças neurodegenerativas. Farmacologia de doenças endócrinas. Toxicocinética e agentes tóxicos, ensaios toxicológicos.

YOGA: Introdução em técnicas básicas de Yoga para área da Saúde. Introdução na execução segura de posturas psicofísicas (ásanas), técnicas respiratórias (pranayama). Consciência corporal.

3.9 METODOLOGIA

A preocupação com a qualidade do ensino médico vem aumentando nos últimos anos, em virtude do avanço do conhecimento médico e das novas necessidades da população na área de saúde. As novas metodologias de ensino, assim como adequação do currículo diante dessas novas necessidades têm provocado intensas reflexões sobre o perfil do médico que se quer formar nas universidades.

O curso de Medicina vem em processo de transição gradual da concepção de ensino tradicional no qual o professor é o centro responsável pelas experiências educacionais, para o modelo de metodologias ativas no qual

os objetivos são centrados em como o aluno aprende, provoque mudanças na sociedade, e se desenvolva de forma a manter uma postura crítica e reflexiva.

Com esta mudança no enfoque do ensino, antes voltado para transmissão de conhecimentos e hoje privilegiando o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes, as atividades práticas vêm ocupando um papel mais relevante na formação médica.

Os objetivos a serem alcançados pelas metodologias adotadas pelo curso visam a formação médica do estudante em caráter geral, humanista, crítica, reflexiva e ética, com capacidade para atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde, nos âmbitos individual e coletivo, com responsabilidade social e compromisso com a defesa da cidadania, da dignidade humana, da saúde integral do ser humano e tendo como transversalidade em sua prática, sempre, a determinação social do processo de saúde e doença. Também proporcionam a articulação entre conhecimentos, habilidades e atitudes requeridas do egresso, para o futuro exercício profissional do médico. A formação do graduado em Medicina desdobrar-se-á nas áreas de Atenção à Saúde; Gestão em Saúde; e Educação em Saúde.

As atividades práticas de ensino estão direcionadas para formação do médico generalista, priorizando as situações e agravos de maior prevalência e as urgências e emergências, com ênfase no ensino voltado aos cuidados integrais em saúde e atuação interdisciplinar de maneira excelente. Também tem por objetivo o desenvolvimento de habilidades clínicas, competências e atitudes. Os cenários de ensino-aprendizado constituem-se dos serviços de saúde e sua rede de cuidados, desenvolvidos na articulação ensino-assistência-promoção são frequentados pelos alunos desde os primeiros anos no curso, e dividem-se em nível de atenção primária, secundária e terciária.

O modelo pedagógico do curso busca aproximar os ciclos básico e clínico, constituindo um currículo integrado por sistemas. A transversalidade entre as disciplinas tem sido valorizada, buscando uma proposta de ensino centrada no estudante. Durante todo processo de formação considera-se a

indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. O objetivo é a formação de profissionais que aliem competência clínica com compromisso social.

3.9.1 Mudança do processo de abordagem pedagógica do curso de Medicina

O ensino médico tem uma tradição de segmentação de conteúdos, com tendência à especialização. Há uma grande ênfase em transmitir ao estudante uma enorme quantidade de informações, muitas delas de interesse exclusivo do especialista da área, em detrimento do desenvolvimento de habilidades e competências básicas para todos os médicos. O curso de medicina da UFGD buscando mudar este modelo optou por um currículo que procura priorizar o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes, além de uma capacidade de reflexão e atuação ética em relação a esse aprendizado. Também tem considerado nos objetivos educacionais e nas metodologias de avaliação os três critérios epidemiológicos principais propostos pela CINAEM (Comissão Interministerial Nacional de Avaliação do Ensino Médico), para elaboração do currículo médico: condições de alta prevalência, condições de alta morbidade e emergências (CINAEM, 1994).

Todas as mudanças nas metodologias e no projeto político pedagógico propostas foram amplamente discutidas pela coordenação do curso e órgãos colegiados de forma democrática, através de várias reuniões com docentes, alunos e técnicos. A problematização das necessidades para implementação das metodologias ativas de ensino vem ocorrendo de forma frequente desde 2014. Foram realizadas várias reuniões pedagógicas visando: integração e transversalidade de conteúdos entre as disciplinas da área básica e clínica; inserção da problematização e da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP); orientação dos docentes para formação de um currículo que considere o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes; valorizar principalmente nos conteúdos programáticos condições de alta prevalência, alta morbidade, as emergências e as particularidades regionais; trabalhar com a Medicina Baseada em Evidências; integração entre docente e preceptor na

rede SUS; inserção de conteúdos de Bioéticas de forma transversal; ação médicas orientadas também para a proteção e promoção da saúde.

Os conteúdos de Bioética foram inseridos de forma transversal em disciplinas da área básica e profissionalizante. Também foi criada uma disciplina eletiva a fim de atender os alunos que desejam aprofundar sobre esta temática. Estas implementações têm como objetivo auxiliar o acadêmico, de maneira inter e transdisciplinar, a entender o papel da Bioética em todas as fases do aprendizado do curso médico e do seu desempenho como futuro médico. Também deve contribuir para desenvolver, a mentalidade crítica, participativa, solidária e responsável.

Os conteúdos sobre a relação-médico paciente vêm sendo abordados com a participação da disciplina de Psiquiatria, de forma transversal, na semiologia médica e, também com a criação da área temática de Saúde Mental/Psiquiatria no Estágio Supervisionado de Saúde do Adulto. A disciplina participa do treinamento de habilidades em comunicação social, visando ensinar a importância da relação do médico com os pacientes e familiares. Também vem abordando temas: saúde e doença e sua relação com identidade e contexto social; interações familiares e como elas contribuem para o surgimento, manutenção e recuperação de doenças; desenvolvimento no ciclo da vida e teoria da aprendizagem; sexualidade humana e respostas psicossociais às doenças agudas e crônicas e à incapacidade.

A implantação do laboratório de Habilidades Médicas permitiu a simulação pré-clínica, possibilitando através da aprendizagem baseada em problemas a translação entre as ciências básicas e o conhecimento clínico. Este laboratório favorece a realização de atividades práticas simuladas de forma estruturada e contínua. Ele atende os docentes de todas as áreas médicas no ensino e treino de habilidades médicas, e também é utilizado para realização das avaliações práticas do Estágio Supervisionado.

A Segurança do usuário do SUS e a Educação em Saúde também foram abordados e discutidos nas reuniões pedagógicas com os docentes, Núcleo Estruturante Docente, Comissão de Ensino e na COES.

A Avaliação de Habilidades Clínicas em Medicina no Internato foi implantada e padronizada pela coordenação do curso e órgãos colegiados neste ano de 2016. As discussões vêm ocorrendo com docentes, alunos, NDE, Comissão de Ensino desde o ano de 2014. Identificou-se a necessidade de padronizar a avaliação prática do internato, considerando métodos bem estudados e validados no ensino-médico, e que envolvam metodologias ativas de ensino, proporcionando um feedback para aluno. A avaliação deve ser parte integrante de todo processo educacional, do início ao fim, pois frequentemente é a parte mais motivadora do processo ensino/aprendizado e, portanto, uma aliada na formação profissional. Ela torna-se ainda mais importante durante o Internato, por ser a última fase do processo de formação profissional na graduação, na qual as competências e habilidades ainda não alcançadas devem ser lapidadas para o início de uma futura carreira profissional. Segundo Van der Vleuten et al. (2000), as questões importantes que devem ser consideradas durante o processo avaliativo são: **Confiabilidade** (referindo-se à precisão na medida ou da reprodutibilidade dos escores obtidos com o exame); **Validade** (referindo-se ao quanto o instrumento é adequado para medir o que tem intenção de avaliar; **Impacto** (relaciona-se ao aprendizado e à prática futura); **Aceitabilidade** entre os envolvidos; **Custos** (para a Instituição na qual os envolvidos estão inseridos). Considerando estes fatores foi instituído como avaliação de habilidades clínicas em medicina no internato o método OSCE (Objective Structured Clinical Examination). Ele avalia atitudes e a habilidades clínicas dos estudantes em situações estruturadas, padronizadas, baseadas em um roteiro pré-definido em que há interação com paciente simulado ou recursos didáticos. O método é utilizado em escolas médicas em mais de 50 países, e foi estudado extensamente na literatura de ensino médico. A disciplina de Psiquiatria realizou um projeto piloto para estudar a implantação do Método no curso, aplicando-o nas avaliações práticas dos alunos em 2015 e 2016 tendo obtido bons resultados. O Estágio Supervisionado de Clínica Médica também já utilizou o método na avaliação prática dos internos. No processo de treinamento e implantação do OSCE foi realizado oficinas com docentes e preceptores de todas as áreas do internato. O objetivo é que a

padronização das avaliações práticas gradativamente ocorra em todo curso, desde o ciclo básico como clínico. Foi criada a Comissão de Avaliação do Estágio Supervisionado (CAES), com objetivo de discutir o processo de avaliação do Estágio Supervisionado. Ela é constituída por técnicos, docentes e preceptores. Também será responsável por planejamento da avaliação de habilidades específicas, elaboração das estações e checklist, e aplicação da avaliação e correção realizando o feedback com alunos.

A fim de melhorar o processo de formação profissional e proporcionar a integração entre ensino-serviço-comunidade nas Redes de Atenção à Saúde do SUS do município de Dourados foram estabelecidos convênios, os quais ampliaram os cenários de prática para realização dos Estágios Supervisionados.

Em 2015 foi firmado o convênio com FUNSAUD/Hospital da Vida, o que possibilitou que os alunos tivessem sua formação em Urgência e Emergência Médica e Trauma no município. Anteriormente o estágio em Emergência era realizado no Hospital Regional no município de Campo Grande. O Hospital da Vida é um cenário importante de estágio visto que é referência neste tipo de atendimento para região da Grande Dourados. Este convênio visa fortalecer a formação em Medicina de Urgência e Emergência realizado no 6º ano do curso. A faculdade contratou docentes para atuarem neste serviço supervisionando os acadêmicos.

Em 2016, foi rediscutido a inserção dos acadêmicos nas Unidades de Saúde Rural e nas Unidades de Saúde na aldeia Indígena. As atividades de estágio nesses cenários fizeram parte do programa PET-Saúde da Família. Com a implantação inovadora deste campo de estágio na grade curricular, espera-se consolidar de forma efetiva a atenção à estas populações no processo de formação dos acadêmicos. Também em 2016, iniciou a discussão para implantação do convênio com serviço de Cardiologia do SUS do Hospital Evangélico. Nele será possível implementar a formação em atenção cardiovascular, a qual é responsável por grande parte do volume de atendimentos nas emergências em todo país. Os acadêmicos terão a oportunidade de acompanhar serviços de alta complexidade como

Hemodinâmica e Cirurgia Cardíaca. Alguns docentes do curso já atuam neste campo de estágio.

O Contrato Organizativo de Ação Pública Ensino-Saúde (COAPES), dispositivo estabelecido pela Lei dos Mais Médicos, instituído pela Portaria Interministerial MEC/MS nº 1.124/2015, tem por objetivo viabilizar a reordenação da oferta de cursos de graduação na área da saúde e de vagas de residências em saúde, nos municípios e nos estados, com garantia de estrutura de serviços de saúde em condições de oferecer campo de prática, mediante a integração do ensino-serviço nas Redes de Atenção à Saúde por meio de um instrumento de contratualização.

Os termos do COAPES celebram responsabilidades mútuas, e estabelece que os recursos necessários para a execução das atividades previstas no contrato serão de responsabilidade das partes e determinado em plano de contrapartida constante dos Planos de Atividades de Integração Ensino-Saúde-Comunidade. Este plano sistematiza as ofertas da instituição de ensino para aquele território. Essas ofertas devem considerar as demandas e necessidade da rede de saúde do território e para isso devem ser pactuadas com gestores, trabalhadores e usuários do SUS, tendo os Conselhos Estaduais, Municipais e/ou Distritais de Saúde papel importante nesta pactuação.

As modalidades da contrapartida podem ser: oferta para os trabalhadores e gestores da rede de oportunidades de formação e desenvolvimento que contribuam com a qualificação da assistência, da gestão, do ensino e do controle social na saúde, com base na Política Nacional de Educação Permanente em Saúde; oferta de residência em saúde; desenvolvimento de pesquisas e novas tecnologias.

Os gestores do SUS serão protagonistas e disparadores do início do processo de contratualização do COAPES em seu território. O objetivo é que estes tenham autonomia suficiente para conduzir um processo de diálogo e construção coletiva entre todos os atores que discutem a integração ensino-serviço naquele território, fortalecendo os interesse e necessidade que a rede SUS tem na especificidade de cada território. Ainda estão previstas

ações de monitoramento, avaliação de desempenho e auditoria por meio de metas e indicadores nacionais, estabelecidas pela Comissão Executiva Nacional do COAPES. Após a celebração do contrato deverá ser constituído um Comitê Gestor Local do COAPES que terá como competências acompanhar e avaliar a integração ensino-serviço-comunidade no âmbito da região de saúde, sendo avaliado anualmente cabendo revisão das metas se necessário, com prazo de vigência de cinco anos.

3.9.2 Metodologias ativas de ensino

O curso está em fase de implantação gradual das metodologias ativas de ensino. Ao contrário do método tradicional, que primeiro apresenta a teoria e dela parte para a prática, o método ativo parte da prática e dela busca a teoria. O professor propõe uma situação problema, estimulando os estudantes a investigar, envolvendo-os na construção do conhecimento, ao invés de oferecê-lo pronto através de aulas magistrais. É fundamental esta participação, o questionamento, a busca da informação. Existem inúmeros métodos ativos, mas dois deles têm sido utilizados no ensino médico: o Método da Problematização e o da Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP, ou do Inglês, PBL: Problem Based Learning).

3.9.2.1 Problematização

A Problematização baseia-se na pedagogia crítica da educação, respaldada nos pressupostos pedagógicos de Paulo Freire. Essa metodologia tem sua base de sustentação no método dialético, em que a práxis dá a direcionalidade do movimento de aprendizagem, uma vez que a realidade é dinâmica, com fatos interligados, e produz contradições. Para Freire (1996), quanto mais o professor possibilitar aos estudantes perceberem-se como seres inseridos no mundo, tanto mais eles sentir-se-ão desafiados a responder aos

novos desafios. Constatar e conhecer os problemas torna as pessoas capazes de intervir na realidade, sendo essa a possibilidade de romper com uma leitura de dominação. Esse novo processo de ensino-aprendizagem apresenta quatro etapas:

- a vivência da prática a qual configura-se no encontro entre o sujeito da aprendizagem e a realidade social;
- a síntese provisória onde a reflexão da prática vivenciada permite a elaboração de uma primeira síntese, a partir da problematização em que se reconhecem os conhecimentos prévios e as lacunas de conhecimento, formulam-se hipóteses e levantam-se questões de aprendizagem;
- a busca qualificada de informações que fundamentam a prática realizada individualmente, destina-se à identificação de fontes primárias e/ou secundárias;
- e a nova síntese onde ocorre reflexão da prática com a intenção de transformá-la. Esse movimento reflexivo da prática, ao ser sistematizado, mostra a construção dos atributos que, ao serem desenvolvidos, possibilitam uma intervenção transformadora.

3.9.2.2 Aprendizagem baseada em problemas (ABP)

A ABP tem sua origem filosófica na teoria do conhecimento do filósofo americano John Dewey, a qual se afirma no início do século XX, por meio do movimento da Escola Nova. No cenário educacional este método foi desenvolvido inicialmente na Universidade de MacMaster (Canadá) e encontra-se aplicado em Universidades como Maastricht (Holanda), Harvard (EUA) e no Brasil nas Faculdades de Medicina, inicialmente em Marília (FAMEMA/São Paulo) e posteriormente em Londrina (UEL/Paraná).

Freire (1996) afirmava que o educador precisa saber que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades, para a sua própria produção ou a sua construção”. A ABP é um método de aprendizagem no qual

os estudantes se deparam com um problema, a partir do qual iniciam uma investigação em um processo de aprendizagem centrado neles próprios. Objetiva definir os problemas, desenvolver hipóteses para explicá-los e explorar seus conhecimentos prévios relevantes ao assunto.

Komatsu (1993) descreve sua experiência na Faculdade de Medicina de Marília - FAMEMA, afirmando que para aprendizagem os alunos devem sentir-se motivados. Os problemas são explorados nas sessões de tutoria com cerca de oito estudantes e um ou dois docentes, o tutor e o cotutor. O principal papel do tutor é o de facilitar a aprendizagem dos estudantes. As sessões de tutoria não são seminários, nem mini conferências. Os docentes não ministram aulas nesses grupos. Compete ao tutor facilitar a discussão em torno de um problema, considerando o contexto, integrando as dimensões biológica, psicológica e social, observando os objetivos de aprendizagem de cada unidade.

Os Sete Passos (SCHMIDT,1983; ALMEIDA, 2007) do ABP/PBL são os seguintes:

1. Esclarecer termos e expressões no texto do problema;
2. Definir o problema: identificar questões propostas no enunciado;
3. Analisar o problema: oferecer explicações para questões com base no conhecimento prévio que o grupo tenha sobre o assunto;
4. Resumir: sistematizar a análise e criar hipóteses de explicação, ou solução, do problema;
5. Formular objetivos de aprendizagem;
6. Identificar fontes de informação e adquirir novos conhecimentos individualmente (estudo individual);
7. Sintetizar conhecimentos e revisar hipóteses iniciais para o problema, rediscutindo no grupo o avanço de conhecimento obtido.

A ABP organiza-se em pequenos grupos, a partir da formulação de questões de aprendizagem pelos estudantes, segundo suas próprias necessidades (RAMOS, 2002). Ela favorece a análise crítica das fontes consultadas, desenvolvendo a habilidade de avaliação do estudante quanto

ao crescimento individual e do grupo e proporcionam o reconhecimento da importância das relações humanas na construção do conhecimento.

3.10 ESTÁGIO SUPERVISIONADO (INTERNATO MÉDICO)

A formação em Medicina incluirá, como etapa integrante da graduação, estágio curricular obrigatório de formação em serviço, em regime de internato, sob supervisão, em serviços próprios, conveniados ou em regime de parcerias estabelecidas por meio de Contrato Organizativo da Ação Pública Ensino-Saúde com as Secretarias Municipais e Estaduais de Saúde, conforme previsto no art. 12 da Lei no 12.871, de 22 de outubro de 2013.

O Internato tem duração de 24 meses e inclui aspectos essenciais nas áreas de Clínica Médica, Cirurgia, Ginecologia-Obstetrícia, Pediatria, Saúde Mental e Medicina de Família e Comunidade, incluindo atividades no primeiro, segundo e terceiros níveis de atenção em cada área. Estas atividades são eminentemente práticas e a carga horária teórica é inferior a 20% do total por estágio.

A fim de atender as novas diretrizes curriculares do curso de Medicina da Resolução nº 3, de 20 de junho de 2014 (*) o Estágio Supervisionado da UFGD foi readequado, através de de várias reuniões envolvendo a Coordenação de Curso, Direção da Faculdade, docentes e discentes. A carga horária do internato da UFGD é de 4.032 horas que corresponde a 45,9% da carga horária total do Curso de Graduação em Medicina, estando de acordo com as diretrizes nacionais que preconizam no mínimo carga horária de 35% (trinta e cinco por cento). As diretrizes orientam que no mínimo 30% (trinta por cento) da carga horária prevista para o internato médico da graduação em Medicina deverá ser desenvolvido na Atenção Básica e em Serviço de Urgência e Emergência do SUS, respeitando-se o mínimo de dois anos deste internato. Nas atividades do regime de internato dedicadas à Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS, deve predominar a carga horária dedicada aos serviços de Atenção Básica sobre o que é ofertado nos

serviços de Urgência e Emergência. Na UFGD os estágios em Atenção Básica e em Serviços de Urgência e Emergência do SUS corresponde a 38.6% da carga horária prevista para o internato médico, também tendo predomínio da carga horária concentrada na Atenção Básica. O médico recém-formado, ingresso ou não em programa de residências médica, terá como uma das principais oportunidades de emprego, o trabalho em regime de plantões em Unidades de Pronto Atendimento ou de Pronto Socorro, além das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e os Programas de Saúde da Família (PSF) na atenção primária. Logo, esta mudança na grade curricular vem ao encontro com estas demandas.

O Estágio Supervisionado da UFGD é controlado e regulamentado pela COES (Comissão de Estágio Supervisionado), que é constituída pelos coordenadores de cada área, o coordenador de curso e por docentes envolvidos em cada campo de estágio conveniado. Ela é responsável, junto com o NDE, a Coordenação de Curso e a Direção da Faculdade pelo planejamento e implantação de carga horária, convênios, formas de apresentação, orientação, supervisão e avaliação do internato.

3.10.1 Reestruturação do internato da UFGD

O processo de reestruturação do internato da UFGD levou em conta as demandas efetivas de natureza econômica, social, cultural, política e ambiental da região. Os alunos foram inseridos nos cenários de prática do município e nas Redes de Atenção à Saúde de maneira excelente.

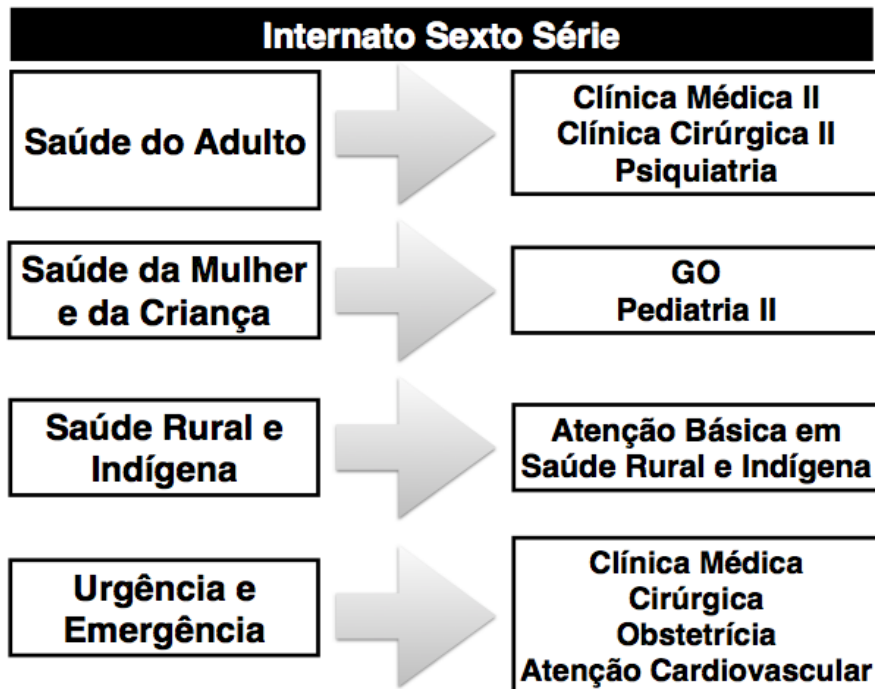
O HU/UFGD é referência nas áreas de Clínica médica, Cirurgia, Pediatria, Ginecologia e possui o pronto socorro Obstétrico da região da grande Dourados. O Hospital da Vida é a referência em Urgência e Emergência e Trauma do município, tendo um papel importante no processo de formação nesta área temática no internato. O Hospital Evangélico possui o serviço de referência em emergência cardiovascular, com serviços de Hemodinâmica e Cirurgia Cardíaca.

As Unidades Básicas de Saúde Rural são campos de estágio importantes visto que o estado do Mato Grosso do Sul e a região da Grande Dourados possui vocação econômica agrária direcionada para agricultura e pecuária, sendo que grande parte da população trabalha neste setor, e estão sujeitas ao adoecimento relacionado com estes campos de atividades laborativas. Os alunos também estão inseridos na rede de atenção psicossocial através do estágio de Saúde do Adulto, que realiza parte das suas atividades no CAPS/AD.

Outro cenário importante do internato são as aldeias indígena da região. A população indígena no município e na região é numerosa, possui uma realidade de natureza econômica, social, e cultural diferenciada, necessitando de atenção especializada voltada para esta realidade, considerando as particularidades próprias do processo de adoecimento desta etnia.

No processo pedagógico de organização do Estágio Supervisionado buscou-se a humanização do cuidado por meio de prática médica contínua e integrada. Optou-se por um currículo que pretende priorizar o desenvolvimento de habilidades, competências e atitudes, além de uma capacidade de reflexão e atuação ética em relação a esse aprendizado. O estágio de Saúde da Mulher e da Criança integrou as áreas de Ginecologia-Obstetrícia e Pediatria. A Saúde do Adulto, a Clínica Médica, Cirurgia e a Psiquiatria. A Medicina de Urgência e Emergência integrou áreas de Clínica médica, Cirurgia, Obstetrícia, Pediatria e Atenção Cardiovascular. Toda preceptoria exercida por profissionais do serviço de saúde terá supervisão de docentes próprios da UFGD. Eles também estão encarregados de supervisionar a preceptoria exercida por profissionais do serviço de saúde.

Figura 6. Reestruturação do internato da UFGD



3.10.2 Estágio supervisionado em Saúde do Adulto

O estágio em Saúde do Adulto foi construído considerando a integralidade e interdisciplinaridade, e divide-se em Psiquiatria, Clínica Médica (Enfermaria, Terapia Intensiva e Ambulatório de Especialidades Clínicas) e em Clínica Cirúrgica (Enfermaria, Anestesiologia e Ambulatórios de Especialidades Cirúrgicas).

A implementação da Psiquiatria/Saúde Mental no internato da UFGD vem ao encontro com o momento de mudanças curriculares, visto que cada vez mais tem discutido seu papel na formação do médico e sua inserção no curso de graduação de Medicina. Entende-se hoje a Psiquiatria/Saúde Mental como uma das grandes áreas da Medicina e não apenas como uma de suas especialidades. A sua importância em termos de saúde pública é notória, o que justifica a ampliação da carga horária durante a formação. Também é importante destacar seu papel no desenvolvimento da aquisição de habilidades de comunicação social nos alunos, e também no desenvolvimento de elementos psíquicos, afetivos e cognitivos necessários à adoção de uma postura humanística no contato com o sofrimento humano.

3.10.3 Estágio supervisionado em Saúde da Mulher e da Criança

O estágio em Saúde da Mulher e da Criança divide-se em Saúde da Mulher (Ginecologia e Obstetrícia) e Saúde da Criança (Enfermagem/Urgência e Emergência/UTI/Neonatologia). Na construção do estágio, procurou-se a integração dos conteúdos entre estas áreas do conhecimento médico.

3.10.4 Estágio supervisionado em Saúde Rural e Indígena

A inadequação da graduação médica para a formação de profissionais preparados para se inserirem na atenção básica é um fato conhecido e bastante discutido no Brasil, sob a liderança da Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM). Observando este paradigma, as diretrizes curriculares de 2014 alteram significativamente, o texto de 2001, introduzindo mudanças na definição de perfil do egresso e aumentando a ênfase na atenção básica. Neste contexto, procuramos reestruturar o internato da UFGD dando ênfase no campo de estágio da Atenção Básica, priorizando a atenção às necessidades de saúde coletiva da região da Grande Dourados. Dentre elas destacam a Saúde Rural, visto que a economia local é baseada principalmente na agricultura e pecuária, e a Saúde Indígena que é um ponto de extrema importância na rede de saúde do município, com particularidades e especificidades próprias e distintas da realidade da atenção básica do município. A ideia de atuar como campo de estágio supervisionado nas Aldeias Indígenas da região tem um caráter inovador, e ao mesmo tempo desafiador considerando que as mesmas possuem condições sócio-econômicas e índices de saúde desfavoráveis. A experiência inédita permitirá ampliar as atividades não só de ensino, mas também de pesquisa e extensão, atuando de forma importante na inclusão social a grupos minoritários e étnicos.

3.10.5 Estágio supervisionado em Medicina de Urgência e Emergência

No Brasil, existe um atraso na discussão e nas intervenções necessárias para mudar o panorama de atendimento de Urgência e Emergência. No modelo Anglo-Americano, a emergência é considerada uma especialidade, e os cuidados são providenciados por médicos especialmente treinados, com capacidade para administrar uma ampla variedade de serviços a todos pacientes que procurem ou são encaminhados a estas unidades. Existe um plano estruturado de capacitação por meio de residências médicas. No modelo Franco-Germânico a medicina de emergência não é reconhecida como especialidade, e a maioria dos médicos que atendem nestes serviços provém de outras especialidades, situação muito semelhante à do Brasil hoje. As Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Medicina de 2014, trouxeram à tona a oportunidade para elaboração de estratégias de ação para melhora do ensino de Urgência e Emergência na graduação. No Brasil, assim como em todo o mundo, há um aumento na prevalência de casos de Urgência e Emergência nos hospitais, que ocorre em virtude da maior longevidade da população, maior sobrevivência de pacientes com doenças crônicas, maior número de acidentes automobilísticos e maior violência civil. O atendimento às Urgências e Emergências além de estratégico é um dos pilares do SUS como parte do planejamento de saúde. É muito importante melhorar a formação nesta área, principalmente devido ao fato que grande parte dos médicos recém-formados irão atuar em serviços de emergência.

O Estágio em Medicina de Urgência e Emergência da UFGD, foi construído inserindo os alunos nos cenários de prática de referência da rede de saúde do município, sob supervisão de docentes próprios da UFGD. Ele tem por objetivo fornecer e aprofundar os conhecimentos, habilidades e competências na área de Urgência e Emergência nos seus diversos cenários, envolvendo conteúdos de forma integrada nas áreas de Clínica Médica, Pediatria, Cirurgia e Ginecologia e Obstetrícia. A atenção às emergências clínicas será realizada no Hospital da Vida sob supervisão dos docentes da Faculdade, considerando no aprendizado a problematização e prevalência das

condições mais comuns de doença. A Ginecologia-Obstetrícia será realizada no HU/UFGD, referência do para o serviço da região da Grande Dourados. A Cirurgia, realizará seu estágio no Hospital da Vida sob supervisão de docentes da Faculdade. A Pediatria realizará suas atividades no UPA do município e no Pronto Atendimento Pediátrico do HU/UFGD, o PAP.

Considerando a prevalência e importância para saúde pública das doenças cardiovasculares, foi implantado o estágio na área de Atenção Cardiovascular, que será realizada no Hospital Evangélico e envolverá atividades em um Pronto Socorro Cardiológico, acompanhamento de Serviço de Cirurgia Cardíaca, Hemodinâmica, UTI/Cardiológica e Unidade Coronariana.

A responsabilidade estratégica do atendimento a Urgência e Emergência dentro dos sistemas de saúde moderno levou a criação de programas de especialização em Medicina de Emergência em todo o mundo. Essa especialidade tem formação própria e específica, com médicos formados em residência médica, via ingresso direto, com duração de 3 a 7 anos. O Médico Emergencista tem experiência técnica e científica assistencial generalista, para atender pacientes de alta a baixa complexidade. Além disso, são estes os profissionais responsáveis pela organização e dimensionamento da rede de atendimento a Urgência e Emergência. A primeira Residência em Medicina de Emergência foi criada em 1970 na Universidade de Cincinnati, nos Estados Unidos. No ano seguinte foi criado o primeiro Departamento de Medicina de Emergência em uma faculdade de medicina, na University of Southern California. Em 1979, o American Board of Medical Specialties criou oficialmente a especialidade nos Estados Unidos. Atualmente, existem programas de residência com duração de três a quatro anos, de acesso direto ou como extensão de outras especialidades. Após o término de um desses programas, o candidato ao título de emergencista deve ser aprovado em um exame realizado pelo American Board of Emergency Medicine. No Brasil os programas pioneiros de Residência na área de Emergência foram no Hospital de Pronto Socorro (HPS), em Porto Alegre (RS), há 18 anos; e outro no Hospital Masseurana, em Fortaleza (CE), há 6 anos.

No Brasil recentemente a Emergência foi reconhecida oficialmente como especialidade médica. O curso de Medicina da UFGD já está em fase de estudo para implantação desta Residência, a qual possibilitará melhorar o cenário de prática dos internos, e também visar a formação de um profissional qualificado para atendimento das situações clínicas e traumáticas agudas de nossa população e, especialmente, para liderar a organização dos serviços de Urgência e Emergência da região. Na tabela 2 está apresentada a distribuição da carga horária do internato conforme as DCNs e a proposta para o curso de Medicina da FCS:

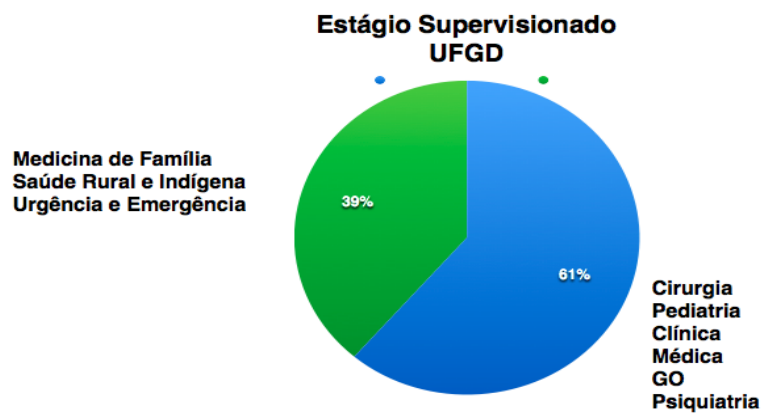
Tabela 2. Distribuição do internato

	DCNs 2014	Medicina UFGD
Carga horária do Internato em porcentagem	Mínimo de 35%	45,90%
Internato na Atenção Básica e Emergência em porcentagem	Mínimo de 30%	38,60%*

* Observação - Prevalece a Carga Horária em Atenção Básica

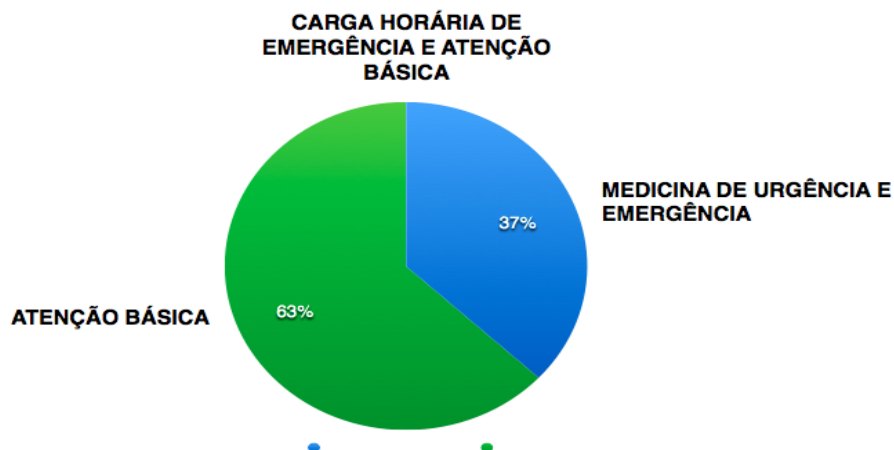
No gráfico 1 está representada a distribuição dos estágios supervisionados entre as diferentes áreas temáticas previstas nas DCNs:

Gráfico 1. Estágio supervisionado UFGD



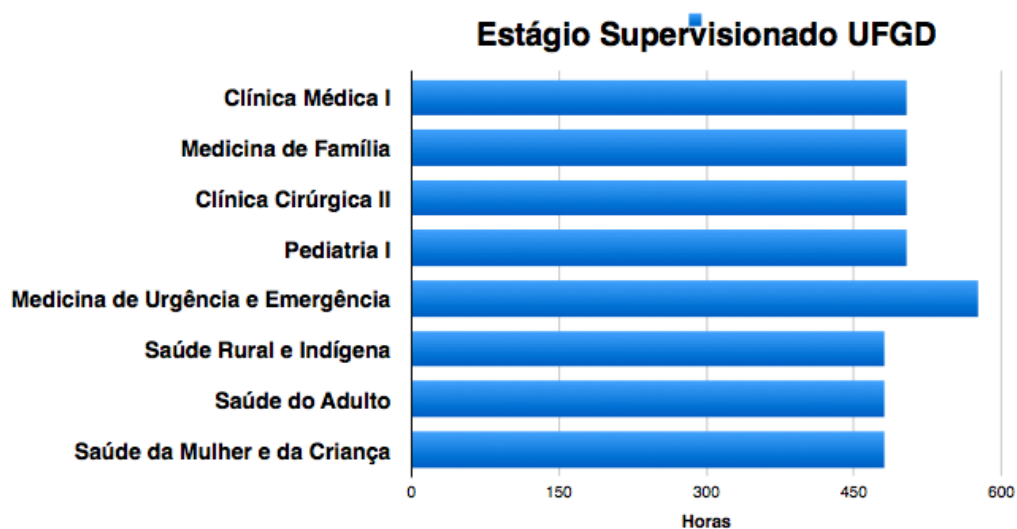
O gráfico 2 ilustra a distribuição da carga horária entre a Emergência e Atenção Básica e a Medicina de Urgência e Emergência no internato do curso de Medicina da FCS:

Gráfico 2. Carga horária de emergência e atenção básica



O gráfico 3 ilustra a distribuição de carga horária entre as áreas de estágio do internato:

Gráfico 3. Distribuição de carga horária entre as áreas de estágio do internato



3.10.6 Avaliação do Estágio Supervisionado (Internato)

A Medicina atualmente vem passando por grandes avanços tecnológicos, com exames complementares cada vez mais sofisticados, novas terapêuticas surgindo com acentuada velocidade. Apesar deste rápido progresso, as habilidades para realizar história, exame físico e a comunicação com o paciente continuam as mais importantes ferramentas diagnósticas e terapêuticas diante de um caso clínico. Muitos alunos terminam o curso médico com deficiências nessas habilidades essenciais. Isto reforça a necessidade de que os professores voltem sua atenção para avaliação da competência clínica, caracterizada por um conjunto de conhecimentos, habilidades técnicas e de comunicação, empatia, propedêutica e raciocínio clínico durante a graduação médica. A habilidade clínica de colher a história, a realização do exame físico, associada a habilidades de comunicação, são consideradas as competências mais importantes necessária aos médicos graduados (EPSTEIN, 2002). Um método bastante utilizado nos últimos anos para avaliação de habilidades médicas é o OSCE (Objective Structured Clinical Examination), que avalia o desempenho do aprendiz em situações delimitadas, baseadas em um roteiro

predefinido, em que há interação com paciente simulado ou recursos didáticos por meio de estações de avaliação em rodízio (MARKS, 2005). Ele é um método com boa confiabilidade e efetividade para avaliação de habilidades clínicas (VLEUTEN, 2003).

O curso de Medicina após várias reuniões envolvendo NDE, Comissão de Ensino, Discentes e a Comissão de Estágio Supervisionado optou pela implantação do método OSCE na avaliação das habilidades Médicas de seus alunos no internato. Foi criada a Comissão de Avaliação do Estágio Supervisionado (CAES), constituída por docentes, preceptores e técnicos administrativos que será responsável pela elaboração e aplicação da prova prática de avaliação de Habilidades Médicas.

Os colegiados do curso consideraram importante padronizar a forma de avaliação e utilizar metodologias ativas as quais proporcionam a possibilidade de feedback para os alunos poderem aprender com seus acertos e erros nas avaliações. Para implantação deste modelo a coordenação de curso realizou várias oficinas com os docentes, preceptores e também com os alunos. No internato também haverá prova teórica cognitiva envolvendo testes com casos clínicos, e nota conceitual avaliando habilidades, competência e atitudes dos alunos.

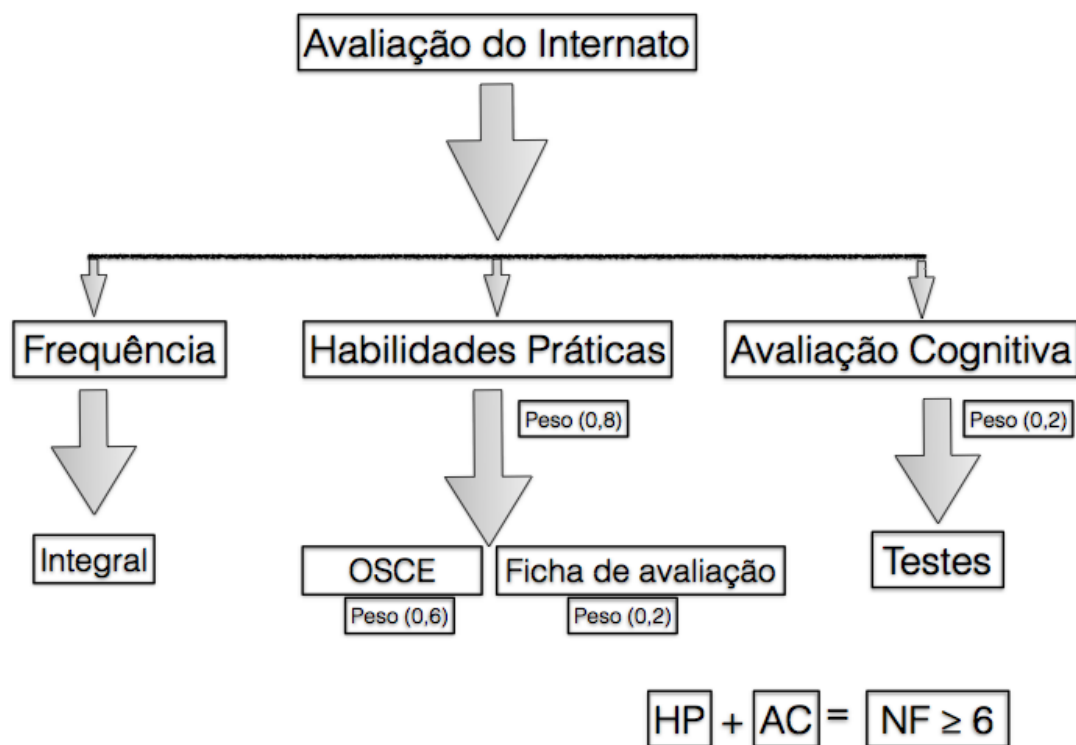
A frequência do estágio é integral e será controlada através de ficha de presença (ANEXO 1).

A avaliação conceitual seguirá o modelo referencial em anexo (ANEXO 2).

O OSCE equivale a 60% da nota do internato. O restante do rendimento acadêmico será atribuído através da avaliação conceitual com peso de 20% mediada por ficha modelo, e pela prova cognitiva com peso de 20%. Os alunos que realizarem Estágio Supervisionado fora da UFGD, ao retornar deverão fazer a prova prática do OSCE e a prova Cognitiva para serem aprovados. A nota conceitual ficará a cargo da instituição onde o aluno cursou as atividades do internato.

O fluxograma envolvendo a padronização das avaliações do Internato esta descrito na figura 7:

Figura 7. Fluxograma do processo de avaliação do internato



3.10.7 A Comissão de Estágio Supervisionado (COES)

Em conformidade com Artigo nº 10 do Regulamento de estágios para estudantes do curso de graduação da UFGD, cada curso ou faculdade deverá ter uma comissão de estágio supervisionado (COES), de caráter permanente e responsável por coordenar os estágios obrigatórios e não obrigatórios, sendo constituída pelo conselho diretor da faculdade. Ela é composta pelo Coordenador de Curso, membro nato, pelos Coordenadores de Estágios, e um servidor técnico-administrativo. O Presidente da COES será designado pelo Conselho Diretor da Faculdade dentre os membros Coordenadores de Estágio. A COES é responsável por elaborar o Regulamento de Estágio e submetê-lo à

aprovação do Conselho Diretor da Faculdade, da Câmara de Ensino de Graduação e do CEPEC; coordenar o planejamento, a execução e a avaliação das atividades referentes aos estágios; indicar os Orientadores; convocar os Coordenadores de Estágio e Orientadores para discutir questões relativas ao planejamento, organização, funcionamento, avaliação e controle das atividades de estágio; identificar novos campos de estágio; avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do estudante; elaborar pareceres referentes aos relatórios parciais e finais; zelar pelo cumprimento das normas estabelecidas para os estágios. A COES se reunirá com a maioria absoluta de seus membros e deliberará por maioria simples, cabendo ao presidente o voto comum e o de qualidade. As reuniões ordinárias serão realizadas de acordo com o cronograma aprovado na primeira reunião ordinária de cada ano, a ser realizada sempre antes do início do período letivo, e as extraordinárias a qualquer tempo, por convocação do presidente com 48hs de antecedência, ou por requerimento da maioria dos seus membros.

A atual composição da Comissão de Estágio Supervisionado (COES) é:

Prof. Paulo Roberto Bertolotto - Vice-Diretor da FCS, Coordenador do Estágio Supervisionado de Cirurgia e Presidente da COES.

Prof. Thiago Pauluzi Justino - Coordenador de Curso e Coordenador do Estágio Supervisionado de Saúde do Adulto na Área de Conhecimento de Psiquiatria.

Célia Garcia de Deus - Representante Servidor Técnico-Administrativo.

Prof. Majid Ghadie – Coordenador do Estágio Supervisionado de Emergência e Urgência Cirúrgica no Hospital da Vida.

Prof. Waldno Lucena - Coordenador do Estágio Supervisionado de Medicina da Família e Comunidade.

Prof. Luciana Barros Gouveia – Coordenadora do Estágio Supervisionado em Emergência e Urgência Clínica no Hospital da Vida

Prof. Ricardo, do Carmo Filho – Coordenador do Estágio Supervisionado em Clínica Médica

Prof. Aracele Franzen - Coordenadora do Estágio Supervisionado em Ginecologia e Obstetrícia.

Prof. Paulo, de Oliveira Coordenador do Estágio Supervisionado em Pediatria.

Prof.Fábio Juliano Negrão - Representante da Gerência de Ensino do HU/UFGD.

3.11 ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Atividades Complementares são atividades que devem ser desenvolvidas pelos discentes, através de estudos e práticas independentes, presenciais e/ou à distância, visando à aquisição de conhecimentos, e que podem ser aproveitadas no curso de Medicina a fim de completar e complementar a grade curricular. Concomitante com as atividades curriculares, o desenvolvimento de atividades complementares é de fundamental importância para a formação do profissional que se deseja formar. Entre os principais programas que auxiliam a interação entre ensino/pesquisa e ensino/extensão e extensão/pesquisa estão:

- 1) Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBIC/CNPq);
- 2) Programa de Extensão;
- 3) Programa de Monitoria;
- 4) Programa de educação tutorial (PET);
- 5) Participação de eventos;
- 6) Organização de seminários;
- 7) Ligas Acadêmicas;
- 8) Estágio Supervisionado;
- 9) Vivência profissional complementar;

O currículo do curso de Medicina prevê que os discentes cumpram, de acordo com a Resolução FCS/ nº 01/15, 216 horas em Atividades Complementares até o término do curso. Estas atividades previstas e implantadas estão regulamentadas de acordo com a Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2001, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do

Curso de Graduação em Medicina, e com a Resolução nº 24/2006 do CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CEPEC) que delibera e regulamenta as Atividades Complementares na Graduação, a COGRAD da UFGD, no uso de suas atribuições.

3.12 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

O Curso de Medicina é eminentemente prático cujos dois últimos anos são realizados em forma de estágio supervisionado através do Internato. Desse modo, o curso não exige Trabalho de Conclusão de Curso, tendo em vista que nos indicadores de avaliação do SINAES esta é uma atividade acadêmica opcional.

3.13 APOIO AO DISCENTE

O curso de Medicina implantou o Núcleo de Apoio Discente (NAD), que tem por objetivo, identificar e orientar os acadêmicos com dificuldade de aprendizado, através de análise dos históricos escolares. Também acompanha e orienta os acadêmicos com dificuldades pessoais, que estejam prejudicando o aprendizado. Os acadêmicos podem chegar ao Núcleo por busca voluntária, indicação de professores, pelo Centro Acadêmico, indicação de colegas ou por solicitação do próprio Núcleo, sendo esse acompanhamento voluntário por parte dos acadêmicos.

3.14 NÚCLEO DE APOIO PEDAGÓGICO E EXPERIÊNCIA DOCENTE

O Núcleo de Apoio Pedagógico e Experiência Docente (NAPED) está implantado no curso de Medicina da Faculdade de Ciências da Saúde. Ele é um órgão de apoio didático-pedagógico do Núcleo de Apoio Estruturante Docente e da Comissão de Ensino do Curso de Medicina, constituindo-se um

instrumento de acompanhamento, orientação, supervisão e avaliação das práticas pedagógicas do curso de Medicina de nossa Instituição.

O núcleo de apoio pedagógico é composto por docentes do curso com, no mínimo, 5 anos de experiência, cobrindo todas as áreas temáticas prevista nas DCNs do curso e no PPC e a composição está apresentada na figura 8:

Figura 8. Composição do núcleo de apoio pedagógico

Nome	Área Temática	Experiência Docente
Prof Me. Aduino Tsutomu Ikejiri	Saúde da Criança/Pediatria	15 anos
Prof Dr. Paulo Roberto Bertolotto	Saúde do Adulto/Cirurgia	16 anos
Prof Dr ^a Márcia Midori Shinzato	Saúde do Adulto/Clinica Médica	11 anos
Prof Me. Sidney Antonio Lagrosa	Saúde da Mulher/ GO	5 anos
Prof Dr ^a Silvia Aparecida Oesterreich	Área Celular e Molecular	20 anos
Prof Me. Waldno Pereira de Lucena Junior	Medicina de Família e Comunidade/ Medicina Social/ Saúde Coletiva	10 anos

3.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

São adotados dois instrumentos, além da avaliação de egressos e do relatório de autoavaliação institucional da Comissão Própria de Avaliação (CPA), para avaliação do curso que poderão indicar necessidades de mudanças no Projeto Pedagógico do Curso: o Teste do Progresso e o ENADE.

O Teste de Progresso é uma avaliação longitudinal do desenvolvimento cognitivo dos estudantes aplicado durante o curso de graduação. Nesta avaliação não são verificadas habilidades psicomotoras e de atitudes, que são duas outras dimensões do processo de ensino-aprendizagem na formação do médico. O primeiro Teste de Progresso (TP) do Curso de Medicina da UFGD ocorreu em dia 14 de setembro de 2013 e em 2016 ocorrerá a quarta edição. O Teste de Progresso é organizado por um Consórcio de Escolas Médicas Públicas e Privadas do Centro-Oeste com apoio da Associação Brasileira de Ensino Médico (ABEM). O TP vem sendo realizado anualmente e de forma contínua. O Curso de Medicina da UFGD participa do teste de progresso da

região Centro Oeste, tanto na etapa de elaboração de questões para prova, como também pela participação dos alunos. Os resultados foram amplamente discutidos no âmbito interno da Comissão de Ensino, NDE e na COES e nortearam ações para alterações no currículo e no PPC. Considera-se que a participação em processos de avaliação de desempenho de estudantes, docentes e da universidade favorecem o autoconhecimento e a autoavaliação da organização didático-pedagógica do curso e dos seus egressos. A análise dos resultados do Teste de Progresso permite que se faça uma avaliação, em conjunto com outras ferramentas avaliativas, da relação entre conteúdo programático e a estrutura curricular do curso de graduação em Medicina e também do grau de desenvolvimento dos estudantes ao longo do curso.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos concluintes dos cursos de graduação, em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação. O ENADE é obrigatório e a situação de regularidade do estudante no Exame deve constar em seu histórico escolar. A primeira aplicação do ENADE ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento. Permite a aferição do desempenho dos estudantes no que se refere ao uso, síntese e integração de conhecimentos adquiridos ao longo do curso e o acompanhamento, pelos cursos/IES, das medidas/propostas pedagógicas implementadas; a avaliação comparativa da formação oferecida aos estudantes no âmbito das áreas avaliadas.

O objetivo do ENADE é avaliar o desempenho dos estudantes com relação aos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares dos cursos de graduação, o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao aprofundamento da formação geral e profissional, e o nível de atualização dos estudantes com relação à realidade brasileira e mundial, integrando o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O SINAES é composto também pelos processos de Avaliação de Cursos de Graduação e de Avaliação Institucional que, junto com o ENADE, formam um tripé avaliativo, que permite conhecer a qualidade dos cursos e instituições de educação superior (IES) de todo o Brasil. Os resultados do ENADE, aliados às

respostas do Questionário do Estudante, constituem-se insumos fundamentais para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação superior: Conceito ENADE, Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), normatizados pela Portaria nº 40 de 2007, republicada em 2010. Esses indicadores mensuram a qualidade dos cursos e das instituições do país, sendo utilizados tanto para o desenvolvimento de políticas públicas da educação superior quanto como fonte de consultas pela sociedade. A participação dos estudantes no ENADE promove uma cultura avaliativa dos cursos e IES, provocando a participação e a reflexão dos diversos atores institucionais e, também, cumpre o papel de aferir qualidade e de subsidiar a regulação, apoiando a política de promover o aperfeiçoamento da educação superior.

A autoavaliação institucional caracteriza-se na UFGD como um desafio para conhecer suas fragilidades e potencialidade e obter indicadores para a melhoria contínua de sua estrutura, ensino e condições de trabalho. Na UFGD a Comissão Própria de Avaliação, foi criada pela Resolução nº 74 de 11/07/2008 do COUNI. Os membros atuais da Comissão foram nomeados pela Portaria da Reitoria nº 143 de 28/10/2015, conforme disposto na Lei do SINAES (Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004), fundamentando-se na necessidade de promover a melhoria da qualidade da Educação Superior e a melhoria permanente da eficácia institucional, da efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos compromissos e responsabilidade social, conforme estabelece o Sistema Nacional de Avaliação Superior. A CPA na UFGD atua como forma de empenhar todos os esforços da Universidade para construir uma cultura de avaliação – seja de cursos, de desempenho institucional, de estudantes – o que possibilita rever sua missão, seus propósitos, suas estratégias, seus valores e as ações de ensino, pesquisa e extensão, mediante os conhecimentos gerados e externados através da autoavaliação.

O acompanhamento dos egressos do Curso de Medicina/FCS tem os seguintes objetivos:

- 1) Avaliação do Curso de Medicina;

- 2) Avaliar o impacto dos egressos na sociedade;
- 3) Avaliar a compatibilidade da formação dos profissionais com as necessidades do mercado de trabalho.

A avaliação dos egressos do Curso de Medicina/FCS será realizada da seguinte maneira: será solicitado ao egresso o preenchimento de uma ficha que informe, após a colação de grau, seu endereço e situação profissional (inserção no mercado de trabalho, aprovação em concursos, especialização, etc).

3.16 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

As TICs são caracterizadas como um dos pilares básicos da sociedade moderna e, portanto, torna-se necessário proporcionar as pessoas uma educação que leva em conta a realidade.

No âmbito da UFGD a Coordenadoria de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação (COIN) tem por objetivo desenvolver as atividades de gestão de tecnologia da informação, definindo estratégias e executando o planejamento definido pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação. Compreendendo a estrutura física da UFGD verifica-se a necessidade de que as tecnologias de informação e comunicação (TICs) devem abranger além de espaços físicos estáticos, tais como os laboratórios de informática, mas dinamizar o acesso nos diversos formatos hoje disponíveis como tabletes, smartphones, gadget entre outras. A COIN exerce suas atividades nas áreas de sistemas de informações, desenvolvimento de sistemas, redes de comunicação e serviços associados, telefonia, segurança de tecnologia da informação, atendimento e suporte aos usuários no âmbito da universidade.

Inicialmente é importante relatar que a COIN disponibiliza uma ampla rede utilizando cabos de fibra ótica que interligam todos os blocos em duas topologias diferentes, anel e estrela, garantindo assim alta disponibilidade de informação e acesso à rede. Além desta plataforma as unidades 1, 2 e Hospital Universitário estão interligados na mesma rede devido a Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

De forma a garantir o acesso e verificando a legislação atual a COIN disponibiliza uma rede wifi em todos os ambientes (Unidade 1, Unidade 2 e HU) onde alunos e servidores podem acessar facilmente a internet nos diversos dispositivos através de login e senha, para finalidade educacional.

Além da disponibilidade e acesso à internet na UFGD existem três salas para vídeos conferências, duas utilizando a tecnologia Adobe Connect, localizadas na Faculdade de Educação a Distância (EAD) e outra na COIN. A terceira sala utiliza o equipamento Cisco Sx20 e está disponível no Hospital Universitário (HU). Estas soluções tecnológicas podem ser utilizadas para aulas, bancas de defesa, reuniões por meio da internet.

Na EAD estão disponíveis diversos recursos utilizando-se da ferramenta Moodle, nesta faculdade estão lotados servidores para que docentes e alunos possam ser capacitados tanto na criação de salas utilizando-se do aparato tecnológico de lousa digital, salas para gravação, formatação de textos ou criação de teste de aulas. Nesta faculdade estão disponíveis diversos computadores com acesso à internet.

No ambiente das salas de aula, dado a estrutura da UFGD é disponibilizado equipamento de projeção multimídia (data-show) já fixos, e a FCS possui por sua vez fornece equipamento de notebook para que docentes possam levar seus documentos para o desenvolvimento de suas classes. Uma ferramenta importante disponível para esta finalidade pela COIN são as pastas na rede, são de acesso individual restrito por login e senha para todos os servidores ou alunos.

A Unidade de Telessaúde objetiva promover a comunicação especializada entre profissionais da área de saúde do HUGD, acadêmicos da UFGD e profissionais de outros hospitais universitários e instituições de ensino superior. Oferece equipamentos, instalações e equipe treinada para viabilização de videoconferências e webconferências, fortalecendo atividades de participação interinstitucional em Ensino, Pesquisa e Extensão no HU/UFGD.

A Unidade de Telessaúde está integrada à Rede Universitária de Telemedicina (RUTE) <http://rute.rnp.br/web/rute>, uma rede acadêmica que

conta com núcleos de telemedicina e telessaúde distribuídos por todo o território nacional. A RUTE utiliza a malha de fibra óptica da Rede Ipê, responsável pelo estabelecimento de conexões seguras e de alta qualidade no âmbito nacional e pela conexão direta com redes internacionais.

A Unidade de Telessaúde coordena e promove a participação em diversos grupos especiais de interesse na Rede Universitária – são os Special Interest Groups (SIGs). Estes grupos se reúnem mensalmente em datas e horários pré-agendados integrando especialistas de diversas instituições para palestras, discussão de casos e apresentação de atualização em temas de interesse. Conheça mais sobre os SIGs acessando o endereço: <http://rute.rnp.br/eventos>

O HUGD é participante atualmente dos seguintes SIGs:

- SIG Saúde Indígena
- SIG Saúde de Crianças e Adolescentes
- SIG Telecoloproctologia
- SIG Residência Multiprofissional e em Área Profissional da Saúde
- SIG Onco-Ginecologia
- SIG Enfermagem Intensiva e de Alta Complexidade
- SIG Discussão de Casos para o Internato

3.17 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

O sistema de avaliação do processo de ensino e aprendizagem está regulamentado no Regulamento Geral dos Cursos de Graduação da UFGD, aprovado pela Resolução nº. 53 de 01 de julho de 2010 do CEPEC. Nesse regulamento, Título IX, Capítulo I trata da assiduidade e da avaliação da aprendizagem, conforme a seguir:

Art. 135. Entende-se por assiduidade a frequência do aluno às aulas teóricas e práticas, bem como às demais atividades exigidas em cada componente curricular.

Art. 136. Para efeitos de aprovação em um componente curricular, a avaliação da aprendizagem e a assiduidade são isoladamente consideradas.

Art. 137. O registro do controle da frequência do aluno às atividades acadêmicas é de competência do professor responsável pelo componente curricular.

Parágrafo único. A frequência é obrigatória para qualquer componente curricular em que o aluno esteja matriculado.

Art. 138. A Secretaria dos cursos, no início das aulas, deverá providenciar para cada professor a relação dos alunos matriculados em suas respectivas disciplinas, para que proceda a apuração da frequência até que o Diário de Classe Eletrônico esteja disponível.

O capítulo II da mesma resolução trata da avaliação da aprendizagem, conforme disposto:

Art. 139. No início de cada mês o professor responsável pela disciplina deverá divulgar, juntamente com o rendimento escolar do aluno, em local previamente definido, o número de presenças, por aluno, às aulas efetivamente ministradas até o mês anterior.

Art. 140. Ao encerrar a carga horária do componente curricular o professor publicará, em local previamente definido, uma lista extraída do SIGECAD do Professor (SCA), com o total de presenças e faltas dos alunos no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º. O aluno tem direito de solicitar a recontagem da frequência, via Secretaria da Faculdade, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a sua divulgação e deve apresentar provas consistentes que justifiquem o pedido.

§ 2º. O requerimento deverá ser dirigido ao Diretor da Faculdade, que analisará o pedido e decidirá sobre o seu deferimento.

§ 3º. Em grau de recurso o Conselho Diretor da Faculdade é a instância final para apelação.

§ 4º. Após esse prazo para recurso, o aluno perderá o direito de pedir recontagem de faltas.

Art. 141. É reprovado na disciplina o aluno que deixar de comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) do total das aulas e atividades no período letivo, ressalvados os casos previstos em lei.

Parágrafo único. A presença do aluno é registrada por sua frequência em cada hora aula.

Art. 142. Entende-se por avaliação da aprendizagem o processo formativo de diagnóstico, realizado pelo professor, sobre as competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos, assim como sobre os conhecimentos por estes adquiridos.

Art. 143. O conteúdo programático será ministrado de acordo com o plano de ensino apresentado pelo professor responsável pelos componentes curriculares.

Art. 144. A verificação do rendimento escolar compreende a frequência e o aproveitamento que é conferido através da Média de Aproveitamento (MA), calculada pelas notas das provas e trabalhos, e a nota do Exame Final (EF), se for necessário.

Art. 145. Entende-se por rendimento escolar o resultado numérico da avaliação da aprendizagem do aluno.

§ 1º. O valor expresso, em número, de cada avaliação de uma disciplina será denominado nota.

§ 2º. Os registros do rendimento escolar serão realizados individualmente, independentemente dos instrumentos utilizados.

§ 3º. O rendimento escolar deve ser expresso em valores de 0 (zero) a 10 (dez), variando até a primeira casa decimal, desprezada as frações inferiores a 0,05 (zero vírgula zero cinco) e arredondamento matemático para 0,1 (zero vírgula um), as frações iguais ou superiores a 0,05 (zero vírgula cinco).

§ 4º. Para o aluno que deixar de fazer os trabalhos acadêmicos, ou deixar de comparecer às avaliações ou exame final, será atribuída a nota 0 (zero) para cada evento.

Art. 146. O tipo de instrumento utilizado pelo professor, para avaliação da aprendizagem, deverá considerar os objetivos propostos no plano de ensino e

poderá incluir prova escrita, prova oral, prova prática, trabalho de pesquisa, trabalho de campo, trabalho individual, trabalho em grupo, seminários ou outro, de acordo com a natureza da disciplina e especificidades da turma.

Parágrafo único. O número de trabalhos acadêmicos deve ser o mesmo para todos os alunos matriculados na disciplina.

Art. 147. As avaliações devem versar sobre as competências, habilidades e conteúdos desenvolvidos.

§ 1º. Os critérios utilizados na avaliação devem ser divulgados pelo professor, de forma clara, e constarão no plano de ensino da disciplina.

§ 2º. Para cada disciplina a programação deve prever, no mínimo, duas avaliações escritas por semestre e uma Avaliação Substitutiva (SB).

§ 3º. Nas avaliações deverão constar os valores de cada questão elaborada.

§ 4º. As notas parciais e do Exame Final, se aplicado, devem ser lançadas no Diário Eletrônico logo após o prazo estabelecido para recurso.

Art. 148. Para ser aprovado no componente curricular o aluno deverá obter frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e MA igual ou superior 6,0 (seis vírgula zero), que neste caso passará a ser considerada MF e será registrada no Histórico Escolar.

§ 1º. Somente pode prestar o EF o aluno que obtiver frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) e MA igual ou superior 4,0 (quatro vírgula zero) e inferior a 6,0 (seis vírgula zero) e será obrigatória uma prova escrita, que poderá ser complementada, a critério do professor, por prova prática e/ou oral.

§ 2º. O aluno que for submetido ao EF será considerado aprovado se obtiver nota (MF) igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero), no exame e esta será considerada a nota final.

Art. 149. O EF deve ser realizado num prazo mínimo de 03 (três) dias e até, no máximo, 08 (oito) dias do término das atividades da disciplina.

§ 1º. A data do EF deverá ser definida até o último dia letivo do semestre.

§ 2º. O aluno deverá tomar ciência da realização do EF e o Coordenador do Curso deverá ser informado.

Art. 150. Os componentes curriculares que utilizam conceitos Aprovado (AP) ou Reprovado (RP) devem respeitar a Média de Aproveitamento:

I – Média de Aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis), Aprovado (AP);

II – Média de Aproveitamento inferior a 6,0 (seis), Reprovado (RP).

A seção I da mesma resolução trata da avaliação substitutiva:

Art. 151. O objetivo da Avaliação Substitutiva (AS) é permitir ao aluno melhorar seu desempenho ou recuperar uma nota baixa para que possa atingir o mínimo necessário para realizar o EF, ou atingir a nota mínima para ser aprovado na disciplina.

Art. 152. Quando uma das avaliações previstas no plano de ensino da disciplina for aplicada em data prevista e não for realizada pelo aluno, será suprida pela avaliação substitutiva.

§ 1º. O aluno que desejar poderá ausentar-se da avaliação substitutiva, sujeitando-se diretamente ao exame final.

§ 2º. A avaliação (AS) substituirá a menor nota entre todas as avaliações realizadas pelo aluno, caso a nota da avaliação substitutiva seja maior.

§ 3º. Substituirá somente avaliação escrita.

Art. 153. O conteúdo que será exigido na avaliação substitutiva ficará a critério do professor, respeitando o plano de ensino da disciplina.

Art. 154. A avaliação substitutiva deve ser aplicada até o último dia letivo, previsto no Calendário Acadêmico da Graduação.

Parágrafo único. A aplicação deverá ser realizada, no mínimo, 03 (três) dias úteis após a divulgação da nota da última avaliação do semestre letivo.

Art. 155. Aplicam-se para a SB, no que couberem, todas as disposições deste Regulamento relativo às avaliações.

A seção II explicita o processo de divulgação dos resultados:

Art. 156. É obrigatória a divulgação, pelo professor, das notas ou conceito das avaliações e trabalhos acadêmicos.

§ 1º. As notas das avaliações deverão ser afixadas em locais previamente definidos, até 10 (dez) dias úteis após a sua realização.

§ 2º. As notas do EF deverão ser afixadas em locais previamente definidos, até 03 (três) dias úteis após a sua realização.

§ 3º. Compete ao Coordenador do Curso acompanhar o cumprimento desses prazos.

§ 4º. Não deve ser realizada nenhuma avaliação sem que o rendimento escolar da avaliação anterior tenha sido divulgado pelo professor, sob pena de anulação.

§ 5º. O pedido de anulação deverá ser protocolizado, por qualquer aluno da disciplina, na Secretaria da Faculdade onde a disciplina é ministrada, no prazo máximo de até 03 (três) dias úteis após a realização da avaliação.

§ 6º. Constatada a não divulgação dos resultados da avaliação anterior, o Diretor da Faculdade deverá anular a avaliação e determinar a publicação dos resultados no prazo máximo de 03 (três) dias úteis.

§ 7º. No ato da divulgação do rendimento escolar de uma unidade, o professor deve divulgar o número de faltas do aluno acumuladas até aquele momento.

§ 8º. Passado o prazo para recurso, a avaliação escrita deverá ser devolvida ao aluno.

Art. 157. Quando a avaliação for realizada em data próxima ao final do semestre letivo e o número de dias for inferior a 10 (dez) dias úteis, o tempo restante para o final do semestre será o prazo máximo para a publicação das notas.

Art. 158. O prazo máximo para liberação do diário eletrônico devidamente preenchido é o fixado pelo Calendário Acadêmico da Graduação.

Art. 159. Após a liberação do diário eletrônico para a PROGRAD, o professor deverá entregar uma cópia do Registro de Notas, assinado por ele e pelo Coordenador do Curso, ao Diretor, para ser arquivado na Faculdade.

prazo previsto no Calendário Acadêmico da Graduação para lançamento e liberação de notas no Diário Eletrônico.

Parágrafo único. O Professor que não efetuar o lançamento de notas e faltas no diário de classe consiste em falta grave e estará sujeito as sanções disciplinares prevista na legislação federal.

A seção III explicita sobre as revisões das avaliações:

Art. 161. O professor deverá discutir os resultados da avaliação junto aos alunos e esclarecer as dúvidas relativas às notas, às competências, às habilidades e aos conteúdos avaliados.

Parágrafo único. A discussão referida no caput deste artigo será realizada por ocasião da publicação dos resultados e, quando couber, o aluno terá vista dos instrumentos de avaliação, devendo devolvê-los imediatamente após o fim da discussão.

Art. 162. Em caso de permanência de alguma dúvida nos esclarecimentos do professor, é permitido ao aluno solicitar revisão do rendimento escolar obtido em qualquer avaliação.

Art. 163. A revisão de rendimento escolar é requerida para o Diretor da Faculdade, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contado este prazo a partir da divulgação e discussão dos resultados do respectivo rendimento.

Parágrafo único. O pedido deve ser feito em requerimento, com justificativa e devidamente fundamentado nos aspectos onde pairam as dúvidas, junto à Secretaria da Faculdade.

Art. 164. A revisão de rendimento escolar é realizada por uma comissão formada por 03 (três) professores da mesma disciplina ou de disciplinas correlatas, indicados pelo Diretor da Faculdade, sendo vedada à participação dos professores que corrigiram a avaliação em questão.

§ 1º. O professor da disciplina e o aluno devem ser informados, no prazo mínimo de 02 (dois) dias úteis, do horário e do local da realização da revisão, a fim de que possam expor seus argumentos perante a comissão de professores.

§ 2º. O resultado da revisão de rendimento escolar deve ser encaminhado ao Diretor da Faculdade, no prazo de 03 (três) dias úteis, em relato sumário. No caso de o instrumento ser o EF, o prazo fica reduzido para 02 (dois) dias úteis.

§ 3º. O aluno ou o professor pode recorrer da decisão da Comissão ao Conselho Diretor da Faculdade, tendo esta, caráter conclusivo, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis após publicação, pelo Diretor, do relato sumário referido no parágrafo 2º deste artigo.

Art. 165. O Conselho Diretor da Faculdade é a instância final para recursos inerentes a revisão de avaliação.

Art. 166. Impedido de participar de qualquer avaliação, por motivo de caso fortuito ou força maior devidamente comprovado e justificado, o aluno tem direito de realizar outra avaliação de reposição. O requerimento deve ser protocolizado na Secretaria da Faculdade do curso no prazo de 03 (três) dias úteis, contado esse prazo a partir da data da referida avaliação.

§ 1º. O Diretor da Faculdade, ouvido o professor da disciplina, tem o prazo de 03 (três) dias úteis para deferir ou não, em decisão fundamentada, o requerimento do aluno, contando esse prazo a partir da entrada do requerimento na Secretaria da Faculdade. No caso de o instrumento ser o EF o prazo fica reduzido para 02 (dois) dias úteis.

§ 2º. Em caso de deferimento do pedido, a avaliação de reposição deve ser realizada, preferencialmente, fora do horário de aula, esse horário deve ser informado ao aluno até 02 (dois) dias úteis antes da sua realização.

Art. 167. A solicitação de revisão dos componentes curriculares do Tempo de Formação Comum (a toda Universidade e por área de conhecimento) deve ser protocolizada junto à Secretaria da Faculdade do curso de graduação em que o aluno estiver matriculado, por meio de requerimento fundamentado dirigido ao Diretor da Faculdade.

§ 1º. A Secretaria da Faculdade instruirá o processo e encaminhará para a PROGRAD.

§ 2º. A instância de decisão final para recurso desses componentes é a Câmara de Ensino de Graduação.

§ 3º. Aplicam-se para esses componentes curriculares, no que couber, todas as disposições deste Regulamento relativo aos recursos das disciplinas específicas da área de formação.

Art. 168. Ao aluno que não participar de qualquer avaliação, não tendo obtido a permissão para fazer outra, é atribuída a nota 0,0 (zero).

Art. 169. Esgotado os prazos para recursos, as alterações das notas das avaliações, MA e conceito dos componentes curriculares, somente poderão ser alteradas por motivação do professor responsável pela disciplina, até 30 (trinta)

dias da publicação do resultado, nos seguintes casos:

- I – ausência de lançamento de notas e faltas no diário eletrônico;
- II – por incorreção no lançamento de faltas no diário eletrônico;
- III – por incorreção no lançamento de notas no diário eletrônico;
- IV – inconsistência na fórmula aplicada para obter a Média de Aproveitamento (MA).

§ 1º. O professor deverá solicitar as alterações necessárias por meio de comunicação interna, para a Direção da Faculdade, com justificativa sobre o ocorrido e anexar pedido com documentos comprobatórios.

§ 2º. O Diretor da Faculdade instruirá o processo e submeterá à aprovação do Conselho Diretor da Faculdade e, se acatado o pedido, será encaminhado para a PROGRAD.

§ 3º. Se o pedido for negado pelo Conselho Diretor, o professor poderá recorrer a Câmara de Ensino de Graduação e em última instância ao CEPEC.

§ 4º. A PROGRAD encaminhará para ser apreciado pela Câmara de Ensino e para aprovação final no CEPEC.

§ 5º. As correções pertinentes somente serão efetuadas no Histórico Escolar do aluno após aprovação no CEPEC.

Art. 160. O Diretor da Faculdade é o responsável pelo cumprimento do prazo previsto no Calendário Acadêmico da Graduação para lançamento e liberação de notas no Diário Eletrônico.

Parágrafo único. O Professor que não efetuar o lançamento de notas e faltas no diário de classe consiste em falta grave e estará sujeito as sanções Disciplinares prevista na legislação federal.

4. CORPO DOCENTE DO CURSO DE MEDICINA

4.1 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DO CURSO

Conforme o Art. 57 e 58 do Regimento Geral da UFGD e a Norma Acadêmica da Graduação são atribuições do coordenador:

I - Quanto ao projeto pedagógico:

- a) definir, em reunião com os Vice-Diretores das Unidades que integram o Curso, o projeto pedagógico, em consonância com a missão institucional da Universidade, e submeter a decisão ao Conselho Diretor da Unidade;
- b) propor ao Conselho Diretor alterações curriculares que, sendo aprovadas nesta instância, serão encaminhadas ao Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura (CEPEC).

II - Quanto ao acompanhamento do curso:

- a) orientar, fiscalizar e coordenar sua realização;
- b) propor anualmente ao Conselho Diretor, ouvido a Coordenadoria Acadêmica, o número de vagas a serem preenchidas com transferências, mudanças de curso e matrícula de graduados;
- c) propor critérios de seleção, a serem aprovados no Conselho Diretor, para o preenchimento de vagas.

III - Quanto aos programas e planos de ensino:

- a) traçar diretrizes gerais dos programas;
- b) harmonizar os programas e planos de ensino que deverão ser aprovados em reunião com os Vice-Diretores das Unidades que oferecem disciplinas para o Curso;
- c) observar o cumprimento dos programas.

IV - Quanto ao corpo docente:

- a) propor intercâmbio de professores;
- b) propor a substituição ou aperfeiçoamento de professores, ou outras providências necessárias à melhoria do ensino.
- c) propor ao Conselho Diretor das Unidades envolvidas a distribuição de horários, salas e laboratórios para as atividades de ensino.

V - Quanto ao corpo discente

- a) manifestar sobre a validação de disciplinas cursadas em outros estabelecimentos ou cursos, para fins de dispensa, ouvindo, se necessários, os Vice-Diretores das unidades que participam do curso ou o Conselho Diretor;

- b) conhecer dos recursos dos alunos sobre matéria do curso, inclusive trabalhos escolares e promoção, ouvindo, se necessário, Vice-Diretores das unidades que participam do curso ou o Conselho Diretor;
- c) aprovar e encaminhar à Direção da Unidade Acadêmica a relação dos alunos aptos a colar grau.

O Coordenador do curso é membro nato e presidente do NDE e da Comissão de Ensino, e tem autonomia para assinar documentos que exigem aprovação destes Órgãos Colegiados. Também é membro do Conselho Diretor da faculdade e da Comissão de Estágio Supervisionado (COES). É responsável pela gestão do curso, no que demanda a atualização curricular e do projeto político pedagógico.

4.2 REGIME DE TRABALHO E CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DE CURSO

O Coordenador do Curso de Medicina deverá ser um médico, docente do curso de Medicina com título de Mestre ou Doutor de acordo com orientação do regimento geral da UFGD. Deverá dedicar 20 horas semanais para as atividades administrativas e de condução do curso.

4.3 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE), instituído pelo Conselho da Unidade da Faculdade de Medicina para o Curso de Medicina, tem caráter consultivo para acompanhamento do curso, visando à contínua promoção de sua qualidade.

A Resolução CEPEC/UFGD nº 18/2012 instituiu o Núcleo Docente Estruturante (NDE) para os cursos de graduação da UFGD.

O NDE do curso de Medicina está assim constituído: Prof.Esp.Thiago Pauluzi Justino (Presidente); Prof. MS. Adauto Tsutomu Ikejiri; Prof^a MS. Aracele Franzen Schwambach; Prof. Esp. Aroldo Henrique da Silva Boigues; Prof^a MS. Carmen Lucia de Almeida Santos; Prof^a Dr^a Raquel dos Santos

Donatini; Prof^a Dr^a Elisabete Castelon Konkiewitz; Prof. Dr. Fábio Juliano Negrão; Prof^a Dr^a Silvia Aparecida Oesterreich; Prof^a Esp. Maria Aparecida dos Santos Pires; Prof. Esp. Marcos Cantero; Prof. Dr. Paulo Roberto Bertolotto; Prof. Esp. Paulo Roberto da Cruz Oliveira; Prof^a MS Renata Maronna Praça; Prof. MS Rogério Massaru Watanabe e Prof MS Waldno Pereira de Lucena Junior.

4.4 TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E DE DOCÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE DA FACULDADE DE MEDICINA

O corpo docente do Curso de Medicina é composto por 72 professores que ministram disciplinas no curso, deste universo 42% são doutores ou pós-doutores, 30% são mestres e 28% são especialistas. Dessa totalidade, 30,5% dos docentes são de dedicação exclusiva (DE), 28% atuam em regime integral de 40h e 37,5% atuam em regime parcial de 20h de dedicação à faculdade e 4,2% são voluntários.

O Curso de Medicina da FCS tem como política buscar formas de garantir que o corpo docente tenha formação compatível com os conteúdos das disciplinas pelas quais é responsável e que, preferencialmente, esta formação seja em nível de doutorado. A composição do corpo docente do curso de Medicina da FCS está apresentada na figura 9:

Figura 9. Corpo docente do curso de Medicina

	Professor	Área de formação	Titulação	Regime de trabalho (h/semana)	Experiência Docente (anos)
1	Adauto Tsutomu Ikejiri	Medicina (Pediatria)	Mestre	40	13 anos
2	Ajax de Oliveira Leite	Medicina (Oftalmologia)	Mestre	20	9 anos
3	Allan Longhi	Medicina (Cardiologia)	Mestre	40	6 anos
4	Aline Lima	Farmacêutico/ Bioquímico	Doutora	40	1 ano
5	Ana Paula Dossi de Guimarães e Queiroz	Odontologia	Doutora	DE	4 anos

6	Andrea da Silva Santos Carbone	Enfermagem	Mestre	Voluntária	2 anos
7	Antônio Pedro Lucas Bittencourt	Medicina (Nefrologia)	Especialista	40	13 anos
8	Aracele Franzen	Medicina (Ginecologia e Obstetrícia)	Mestre	20	2 anos
9	Ariany Carvalho dos Santos	Medicina Veterinária	Doutora	DE	2 anos
10	Aroldo Henrique da Silva Boigues	Medicina (Cirurgia Oncológica)	Especialista	20	4 anos
11	Arquimedes Gasparotto Júnior	Farmacêutico	Doutor	DE	15 anos
12	Cândida Aparecida Kassuya Leite	Farmacêutico	Doutor	DE	8 anos
13	Carla Becker	Medicina (Ginecologia e Obstetrícia)	Especialista	20	1 ano
14	Carmem Lúcia de Almeida Santos	Medicina (Pediatria/Herbiatria)	Mestre	40	10 anos
15	Crhistine Cavalheiro Maymone Gonçalves	Odontologia	Doutor	DE	5 anos
16	Diogo Castilho	Medicina (Cirurgia Geral)	Especialista	20	2 anos
17	Eduardo Jerônimo	Medicina (Urologia)	Especialista	20	1 anos
18	Elizabeth Castelon Konkiewitz	Medicina (Neurologia/Psiquiatria)	Doutor	20	11 anos
19	Emerson Henklain Ferruzi	Medicina (Neurologia Pediátrica)	Mestre	40	8 anos
20	Eugenia Portela de Siqueira Marques	Pedagogia	Doutora	DE	12 anos
21	Evandro Eduardo Canhaço	Medicina (Mastologia)	Mestre	20	1 ano
22	Fábio Juliano Negrão	Medicina Veterinária	Doutor	DE	6 anos
23	Fábio de Oliveira Riuto	Medicina (Cirurgia Torácica)	Especialista	20	1 ano
24	Fábio Sechi	Medicina (Cirurgia Vasculuar)	Mestre	40	10 anos
25	Fernanda Fatureto Borges	Medicina (Cardiologia)	Doutora	20	1 ano
26	Frederico Somaio Neto	Medicina (Cardiologia)	Mestre	40	15 anos

27	Geraldo Ferreira Oliveira	Medicina (Endocrinologia)	Mestre	40	10 anos
28	Glauber da Costa de Brito	Farmacêutico/Bioquímico	Doutor	40	2
29	Herintha Coeto Neitzke Abreu	Farmacêutico/Bioquímica	Doutor	DE	3 anos
30	João Vidigal	Medicina (Ortopedia)	Mestre	Voluntário	11 anos
31	José Carlos Chaves	Medicina (Cirurgia Geral Proctologia)	Mestre	40	9 anos
32	José Raul Espinosa Cacho	Medicina (Cardiologia)	Mestre	Voluntário	9 anos
33	José Sebastian Miranda Gomez	Medicina (Cirurgia Geral)	Mestre	40	14 anos
34	José Roberto Barco Martinez	Medicina (Psiquiatria)	Doutor	40	28 anos
35	Júlio Henrique Rosa Croda	Medicina (Infectologia)	Doutor	20	7 anos
36	Karla Lucena Sampaio Calado	Medicina (Dermatologia)	Mestre	40	6 anos
37	Lucas Gazarini	Farmacêutico/Bioquímico	Doutor	40 (Substituto)	51
38	Luciana Fatureto Borges	Medicina (Cardiologia)	Especialista	20	1 ano
39	Luciana Gouveia	Medicina (Cardiologia)	Especialista	20	1 ano
40	Luciano Matheussi	Medicina (Saúde da Família)	Mestre	20	
41	Majid Mohamad Ghadie	Medicina (Cirurgia)	Mestre	20	10 anos
42	Marcos Cantero	Medicina (Cirurgia Cardiovascular)	Especialista	20	1 ano
43	Márcia Midori Shinzato	Medicina (Reumatologia)	Doutor	DE	9 anos
44	Márcio Eduardo de Barros	Biomedicina	Doutor	DE	7 anos
45	Mário Orlando Dossi	Medicina (Otorrinolaringologia)	Especialista	20	4 anos
46	Mário Rocha Cardoso	Medicina (Cirurgia Geral/ Cirurgia Plástica)	Especialista	20	1 ano
47	Maria Aparecida Santos Pires	Medicina (Hematologia)	Especialista	40	9 anos
48	Maria de Lourdes dos Santos	História	Doutora	DE	13 anos

49	Mauro Nakayama	Medicina (Radiologia)	Doutor	20	4 anos
50	Nei Quirino Cavalcante	Medicina (Pneumologia)	Especialista	40	10 anos
51	Nelson Carvalho Farias Júnior	Farmácia/Bioquímica	Doutor	DE	7 anos
52	Paulo Roberto da Cruz Oliveira	Medicina (Pediatria)	Especialista	40	14 anos
53	Paulo Roberto Bertolotto	Medicina (Gastrocirurgia)	Doutor	40	15 anos
54	Raquel dos Santos Donatini	Farmacêutico	Doutora	DE	13 anos
55	Renata Maronna Praça	Medicina (Infecologia)	Mestre	40	6 anos
56	Renato Guilherme Silveira CORREA SILVA	Medicina (Pediatria)	Especialista	20	1 ano
57	Ricardo do Carmo Filho	Medicina (Clínica Médica)	Especialista	20	2 anos
58	Ricardo Ducci	Medicina (Cirurgia Geral)	Especialista	20	1 ano
59	Ricardo Luis de Lucia	Medicina (Urologia)	Especialista	20	
60	Rogério Massaru Watanabe	Medicina (Cirurgia Geral)	Especialista	20	5 anos
61	Roosevelt Isaias Carvalho Souza	Medicina Veterinária	Doutor	DE	3 anos
62	Rosângela da Costa Lima	Medicina (Epidemiologia)	Doutora	DE	11 anos
63	Sara Santos Bernardes	Farmacêutico/Bioquímica	Doutora	DE	1 ano
64	Sebastião Martins de Souza Neto	Ciências Biológicas	Doutor	DE	12 anos
65	Sidney Lagrosa Garcia	Medicina (Ginecologia e Obstetrícia)	Mestre	20 horas	5 anos
66	Silvana Beutinger Marchioro	Medicina Veterinária	Doutora	DE	2 anos
67	Silvia Aparecida Oesterreich	Ciências Biológicas	Doutora	DE	20 anos
68	Silvia Cristina Figueira Olinto	Ciências Biológicas	Doutora	DE	9 anos
69	Teresinha Regina Ribeiro de Oliveira	Biomedicina	Mestre	DE	15 anos
70	Thiago Pauluzi Justino	Medicina (Psiquiatria)	Especialista	20	2 anos
71	Virginia Demarchi Kappel	Farmacêutico	Doutora	DE	2 anos

7 2	Waldno Pereira de Lucena Junior	Medicina (Medicina de Família e Comunidade)	Mestre	20	6 anos
--------	---------------------------------	--	--------	----	--------

4.5 A COMISSÃO DE ENSINO DO CURSO DE MEDICINA

A Comissão de Ensino do Curso de Medicina está regulamentada e institucionalizada, funcionando de maneira excelente considerando uma análise sistêmica e global dos papéis que desempenha.

As reuniões da comissão são mensais com pauta previamente estabelecida. As decisões, encaminhamentos, assuntos são registrados em ata, que são aprovadas na reunião subsequente após sua leitura. Toda resolução estabelecida pela comissão de ensino após aprovada em reunião, é encaminhada para aprovação no Conselho Diretor da Unidade.

A Comissão de Ensino da Graduação, comissão permanente de apoio à Coordenadoria dos Cursos de Graduação da FCS tem por atribuição e competências:

- I. Assessorar o Coordenador em assuntos administrativos e didáticos;
- II. Assessorar o Coordenador na execução das diretrizes e normas emitidas pelo CD.

As propostas de modificação curricular, para seu encaminhamento, deverão ser estudadas e avaliadas em atividades abertas a participação de todos os docentes do curso.

A Comissão de Ensino da Graduação do curso de Medicina é formada por:

- I. Coordenador do Curso: Thiago Pauluzi Justino (Presidente da Comissão)
- II. Um Docente da área básica: Nelson Carvalho Farias Junior.
- III. Um Docente da área de Formação Profissional: Aduino Tsutomu Ikejiri.
- IV. Um representante do Estágio Supervisionado: Evandro Eduardo Canhaço.
- V. Um representante discente: Roque Beltrão Batista.

4.6 A COMISSÃO DE PESQUISA

A Comissão de Pesquisa da FCS é composta por três professores escolhidos por seus pares, sendo permitida a recondução para um mandato de dois anos. À Comissão de Pesquisa compete:

- I. Prestar assessoramento ao Conselho Diretor (CD).
- II. Analisar os projetos, planos de trabalho e relatórios de pesquisa apresentados pelos docentes da FCS, encaminhando-os para aprovação do CD;
- III. Promover eventos, em conjunto com a Comissão de Extensão, referentes à pesquisa e extensão na graduação;
- IV. Analisar os planos de trabalho e relatórios de Iniciação Científica apresentados pelos discentes da FCS, emitindo parecer e encaminhando-os para aprovação do CD.

A Comissão de Pesquisa da FCS está assim constituída: Profª Drª Virgínia Demarchi Kappel Trichez (Presidente); Profª Drª Ariany Carvalho dos Santos; Profª Drª Verônica Gronau Luz e Profª Drª Raquel dos Santos Donatini (suplente).

4.7 A COMISSÃO DE EXTENSÃO

À Comissão de Extensão e Articulação com a Comunidade prevista no Estatuto da UFGD compete:

- I. Prestar assessoramento ao CD;
- II. Propor as diretrizes para a Política de Extensão da FCS conforme a função social da UFGD;
- III. Analisar, avaliar e recomendar as atividades, projetos e programas de extensão propostos à FCS, priorizando a participação da comunidade;
- IV. Orientar e acompanhar a observância das diretrizes, normas e regulamentos das ações de extensão na FCS;

- V. Dar parecer aos relatórios das ações de extensão, encaminhando-os para aprovação do CD.

A Comissão de Extensão e Articulação com a Comunidade será composta por 3 docentes e 1 técnico do quadro da UFGD escolhido por seus pares para o mandato de dois anos e 1 aluno dos cursos da FCS, escolhidos por seus pares para o mandato de um ano sendo permitida a recondução.

A Comissão de Extensão e Articulação com a Comunidade está assim constituída: Prof^a Dr^a Emília Alonso Baltazar (Presidente); Prof^a Luciana Barros Gouveia; Prof. Dr. Roosevelt Isaias Carvalho Souza; Priscilla Ely Vieira Hattori (técnico administrativo); Marina Serralha Araujo (discente do curso de Nutrição) e Felipe Gonçalves de Souza (discente do curso de Medicina - suplente).

4.8 A COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

A Coordenadoria de Pós-Graduação tem como finalidade precípua a orientação, a supervisão e a coordenação didática dos Programas de Pós-Graduação. A Coordenadoria do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu será formada pelos seguintes membros:

- I. Coordenador do Programa (Presidente da Comissão);
- II. Todos os docentes que fazem parte do respectivo Programa de Pós-Graduação.

4.9 O CONSELHO DIRETOR

O Conselho Diretor (CD) é o órgão deliberativo e de recurso máximo da FCS em matéria acadêmica, administrativa e financeira e tem a seguinte constituição:

- I. O Diretor da Unidade, como seu Presidente;
- II. O Vice-Diretor;
- III. Os Coordenadores dos Cursos de Graduação;
- IV. Os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu;

- V. O presidente da comissão interna que coordena as atividades de pesquisa e de pós-graduação Lato Sensu;
- VI. O presidente da comissão interna que coordena as atividades de extensão ou interação com a sociedade;
- VII. Três docentes da Unidade Acadêmica, eleitos por seus pares;
- VIII. Três representantes discentes, eleitos por seus pares;
- IX. Três representantes dos servidores técnico-administrativos eleitos por seus pares.

4.10 PRODUÇÃO CIENTÍFICA

A Faculdade de Medicina conta hoje com 52 projetos de pesquisa em andamento, envolvendo tanto a graduação quanto a pós-graduação. Em 2015 foram concedidas 40 bolsas de iniciação científica, sendo 10 pelo Programa de Iniciação Científica Voluntária (PIVIC), 5 bolsas pelo PIBIC/CNPq, 1 bolsa PIBIC-AF, 10 bolsas PIBIC-EM e 14 bolsas Jovens Talentos/CAPES. A produção científica da Faculdade nos últimos três anos conta com mais de 270 publicações, conforme dados apresentados na figura 10.

Apesar de não se constituir em atividade curricular regular, muitos acadêmicos participam de projetos de pesquisa ao longo do curso. Este envolvimento é importante para a formação médica, uma vez que promove o pensamento científico e crítico e apoia a produção de novos conhecimentos.

Anualmente a PROPP e PROEX promovem o ENEPEX (Encontro de Ensino, pesquisa e extensão) promovido em parceria UFGD/UEMS (Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul). No âmbito do curso ocorre o Simpósio Internacional de Neurociências e Simpósio de Saúde Mental. Estes eventos oportunizam a construção coletiva de conhecimento, atuação de forma interdisciplinar e educação continuada.

Figura 10. Publicações nacionais e internacionais com comitê editorial dos docentes da FCS nos últimos três anos

Número de publicações em revistas nacionais	53
Número de publicações em revistas internacionais	170

Número de participações em livros	12
Número de livros completos	9
Outras produções	26

4.11 RESPONSABILIDADE DOCENTE PELA SUPERVISÃO DA ASSISTÊNCIA MÉDICA

Todos os docentes se responsabilizam pela supervisão da assistência médica onde ocorre atividade de ensino. Dos 60 professores lotados no Curso de Medicina, 30 deles participam do Programa de Residência Médica da UFGD onde ocorre a supervisão concomitante do Estágio Supervisionado e da Residência Médica.

5 INFRAESTRUTURA

5.1 GABINETES DE TRABALHO, SALA DE PROFESSORES E SALAS DE REUNIÃO

Na Faculdade de Medicina, há salas para os docentes em regime de dedicação exclusiva, localizados no primeiro andar da FCS. No total são dez gabinetes, acomodando 33 professores. Estas salas são equipadas como mesa, cadeira, ar-condicionado, acesso à internet e impressoras em rede.

Em relação a salas destinadas a eventos acadêmicos, como qualificação, defesa de pós-graduação e reuniões em geral, tanto na FCS, quanto no HU existem salas de reunião que são usadas pelos professores do curso. Essas salas dispõem de excelentes condições de trabalho, ar condicionado, cadeiras confortáveis, entre outros.

Na FCS, há uma sala de reunião, com ar-condicionado, mesa com 10 (dez) lugares, para reuniões de menor porte, e um Auditório para eventos maiores, com capacidade de 78 pessoas sentadas, com equipamento de data show, ar-condicionado, lousa branca e caixa de som. As dimensões destas

salas são adequadas para suas respectivas finalidades e a limpeza é realizada regularmente por equipe especializada contratada pela Universidade para esse fim.

5.2 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENADORIA ADMINISTRATIVA E DIREÇÃO DA FCS

A Coordenadoria Administrativa da FCS, fica localizada no primeiro andar, é responsável por assessorar as questões pertinentes à vida funcional dos docentes da FCS, como progressões, estágio probatório, portarias, entre outras, e ainda cuida de toda a parte administrativa da Faculdade de Ciências da Saúde, como por exemplo: manutenção predial, patrimônios, processos para aquisição de materiais/serviços, reservas de sala, gerenciamento da rotina de malote, gerenciamento dos pedidos de diárias e passagens, assessoramento aos pedidos de matérias no sistema de Gestão de Materiais, assessoramento quanto a disponibilidade orçamentária, etc. Este setor conta com ar condicionado, computadores, impressora multifuncional, cadeiras ergonômicas, acesso à internet e iluminação adequada.

A Direção da FCS, possui sala reservada para o diretor e o vice-diretor. A sala de atendimento conta com ar condicionado, computadores, impressora multifuncional em rede, cadeiras ergonômicas, mesas de trabalho, acesso à internet e iluminação adequada. Há ainda, uma mesa de reunião com 06 lugares.

5.3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA COORDENAÇÃO DO CURSO E SERVIÇOS ACADÊMICOS

A Secretaria de Graduação da Faculdade de Ciências fica localizada no piso térreo, com espaço físico que acomoda as Coordenadorias do Curso de Nutrição e também a Coordenadoria do Curso de Medicina. As Coordenadorias têm espaço físico determinado, separadas uma da outra.

Em relação a Secretaria de Graduação, esta possui mesas de trabalho, computadores, impressoras, ar condicionado, iluminação adequada, cadeiras ergonômicas, telefone, acesso à internet, materiais de consumo necessários às suas atividades, e conta com uma equipe técnica com dois técnicos administrativos, assistentes em administração. Os servidores são responsáveis por questões burocráticas pertinentes aos departamentos, no âmbito da graduação, como ofícios, atas, oferecimento de disciplinas, recebimento das notas dos internatos, entre outros. Também realizam atendimento aos alunos.

A Coordenação do Curso de Medicina, com espaço reservado para o coordenador de curso, possui mesa própria dentro desta secretaria e em local reservado. Desse modo, as condições da sala são adequadas. O atendimento aos alunos e aos professores na Coordenação de Medicina, pode ser realizado no balcão da Secretaria de Graduação da FCS (entrega e recebimento de documentos e atendimento com baixo grau de complexidade), ou no interior, na Sala do Coordenador do Curso de Medicina (atendimentos com maior grau de complexidade, atendimentos que demandem ambiente mais reservado).

A Coordenação do Curso de Nutrição, com espaço reservado para o coordenador de curso, possui impressora, mesa própria dentro desta secretaria e em local reservado. Desse modo, as condições da sala são adequadas. O atendimento aos alunos e aos professores na Coordenação de Nutrição, pode ser realizado no balcão da Secretaria de Graduação da FCS (entrega e recebimento de documentos e atendimento com baixo grau de complexidade), ou no interior, na Sala do Coordenador do Curso de Nutrição (atendimentos

com maior grau de complexidade, atendimentos que demandem ambiente mais reservado).

5.4 SALAS DE AULA

Para o ensino, a Faculdade de Ciências da Saúde, dispõe de 08 (oito) salas de aula localizadas no Bloco C da UFGD, que são disponibilizadas semestralmente pelo administrador do Bloco.

Atualmente as salas em uso pela FCS são: Sala 1, Sala 2, Sala 3, Sala 4, Sala 5, Sala 6, Sala 7 e Sala 8. As Salas 1, 4 e 5 possuem capacidade de acomodação de 120 carteiras, as salas 2, 3, 6 e 7 possuem capacidade de acomodação de 70 carteiras, e a Sala 8, comporta 80 carteiras.

Todas as salas contam com excelentes condições de ensino e são equipadas com ar condicionado, data show, lousas e acesso à internet por Wi-Fi. Todas as salas contam com a limpeza diária, iluminação adequada, bem como contam com bom estado de conservação. No HU estão disponíveis duas salas de aula com capacidade para 60 alunos além de um auditório para 80 pessoas.

5.5 LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA E ACESSO DOS ALUNOS A EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

Na Faculdade de Ciências da Saúde existe o Laboratório de Informática disponível para os acadêmicos do curso de Medicina e de Nutrição. O laboratório está equipado com 15 computadores com aplicativos para navegação na internet, edição de textos, planilhas e apresentações além dos softwares adquiridos para pesquisa ensino e extensão. Além disso, estão disponíveis para os acadêmicos 12 computadores na biblioteca central no laboratório de informática, com aplicativos para navegação na internet, edição de textos, planilhas e apresentações; 15 computadores na biblioteca do Hospital Universitário no laboratório de informática, com aplicativos para

navegação na internet, edição de textos, planilhas e apresentações; 127 computadores disponíveis em todo âmbito do hospital universitário com acesso por login e senha, com aplicativos para navegação na internet, edição de textos, planilhas, apresentações e demais sistemas de prontuário eletrônico.

5.6 BIBLIOTECA DA FACULDADE DE MEDICINA E ACERVO

A Biblioteca Central da UFGD tem por finalidade promover o acesso a materiais bibliográficos e audiovisuais, contribuindo para a geração de conhecimento através da disponibilização de informação e constituindo-se no órgão que atua diretamente no apoio às atividades do ensino, pesquisa e extensão. Está vinculada à Reitoria. O serviço de empréstimo domiciliar de livros e revistas está disponível para alunos, professores e técnicos administrativos da Universidade. A biblioteca está interligada ao sistema COMUT o que permite a obtenção de cópias de teses e artigos de revistas encontrados em acervos das principais bibliotecas brasileiras. Os usuários também têm acesso ao Portal Capes que possibilita acesso ao texto integral dos artigos de 37.000 revistas. A biblioteca possui uma assinatura anual com a ABNT e os acadêmicos podem ter acessos às normas técnicas de todos os Comitês, através dos computadores disponibilizados no âmbito da UFGD.

A biblioteca conta com os seguintes ambientes: acervo Bibliográfico; (incluindo Coleções Especiais MS/MT; teses e dissertações e monografias); ambiente acústico de estudo em grupo; ambiente de estudo individual; acervo de enciclopédias e dicionários; mapoteca; acervo de periódicos; sala de multimídia; sala de informática; biblioteca digital e sonora e serviço de guarda-volumes.

A biblioteca conta com uma sala de informática tem como finalidade atender as demandas de ensino, pesquisa e extensão e está sob a supervisão da Coordenadoria de Serviços de Biblioteca da UFGD. Atualmente no laboratório todos os computadores são de acesso pelo login acadêmico da UFGD, com o sistema Linux (Debian).

A biblioteca disponibiliza em sua página, <http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca>, acesso aos sistemas da ABNT, BDTD e Repositório Institucional, Ficha Catalográfica On-line, Portal de Periódicos da CAPES, Plataforma CAPES e demais correlatos a disseminação da informação.

Os usuários têm acessos rápidos, através do site, aos seguintes serviços:

- Regulamento
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/regulamento-biblioteca>
- Computação bibliográfica
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/comutacao-bibliografica>
- Espaços e serviços
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/espacos-servicos>
- Guia ao usuário
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/guia-rapido-usuario>
- Acessos a livros eletrônicos
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/livros-eletronicos>
- Revista de acesso gratuito
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/revistas-acesso-gratuito>
- Cartão acadêmico
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/cartao-academico>
- Doação de materiais para biblioteca
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/doacao-material-biblioteca>
- Guarda-volumes
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/guarda-volume>
- Termos de autorizações
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/bdtd>
- Atestado de NADA CONSTA
<http://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/nada-consta>

A Biblioteca Central tem o serviço a toda comunidade acadêmica de visita orientada às bibliotecas da UFGD, curso de capacitação para acesso ao portal de periódicos da CAPES, orientações a acessos aos sistemas ABNT, Ficha catalográfica, BDTD e RI e acessos a base de dados da CAPES. No HU há uma biblioteca setorial que atende aos acadêmicos dos cursos da área de saúde e os alunos de pós-graduação (residentes).

5.6 BIOTÉRIOS

A Faculdade de Ciências da Saúde FCS/UFMG faz uso de biotérios para o ensino de graduação em Medicina e Nutrição, e, também, para a Pós-graduação. O biotério destina-se ao alojamento de espécies de padrão sanitário convencional, comumente utilizadas na pesquisa biomédica, tais como ratos e camundongos. O contato que o aluno de graduação de Medicina tem com animais se dá no âmbito das aulas práticas da graduação e na participação em projetos de pesquisa extracurriculares devidamente aprovados segundo critérios rígidos de conduta e manejo bem estabelecidos junto às Comissões de Ética.

A FCS/UFMG possui dois biotérios setoriais organizados da seguinte maneira:

- I. Biotério I (Ratos): Conta com uma área de 10 m² com capacidade para 300 animais (60 caixas/5 animais). Usado para ensino, extensão e pós-graduação, funciona ininterruptamente 24h por dia, de segunda a domingo.
- II. Biotério II (Camundongos): Conta com uma área de 6 m² com capacidade para 128 animais (16 caixas/8 animais). Usado para ensino, extensão e pós-graduação, funciona ininterruptamente 24h por dia, de segunda a domingo.

5.7 LABORATÓRIOS

5.7.1 Laboratórios de Ensino

A FCS conta com laboratórios específicos para as diversas áreas de ensino sendo 3 laboratórios didáticos (Didático I, Didático II e Didático III) para as áreas de Farmacologia, Parasitologia, Microbiologia Geral e de Alimentos, Histologia, Patologia, Genética, Citologia e Embriologia abertos a comunidade acadêmica, bem como a pesquisadores externos, oferecendo infraestrutura de área física e equipamentos de uso compartilhado aos pesquisadores com projetos de pesquisa aprovados pelo Comitê de Ética Institucional.

Laboratório de Histologia: conta com três salas de aula práticas

equipadas com microscópios e laminário completo de preparações histológicas. Durante as aulas, cada aluno utiliza um microscópio e um conjunto de lâminas de forma individual, fazendo as observações indicadas pelo professor. Durante estas observações, o aluno é auxiliado, também de maneira individual, pelo professor e pelos monitores da disciplina de Histologia.

Laboratório de Habilidades Médicas: conta com manequins específicos para desenvolvimento de habilidades clínicas, incluindo manequim que permite a simulação realística de arritmias, variações de medida de Pressão Arterial (PA), ausculta cardíaca, pulmonar e abdominal, e que é usado para o treinamento de reanimação cardiopulmonar avançada.

Laboratório de Técnica Cirúrgica: dispõe de mesas de treinamento com peças sintéticas e manequins para treinamento de nós, suturas, anastomoses, punções vasculares além das aulas práticas com suínos onde são simuladas. Este laboratório possui uma área física constituída de um total de 105 m², dividida em quatro peças. Uma sala de aulas práticas, uma sala de lavagem, um depósito e dois vestiários. Cabe ressaltar que o acervo para ensino de práticas cirúrgicas inclui armários, balcões, macas com rodado alternativo (fixo/móvel) e regulagem de altura, pias para aulas de escovação cirúrgica e assepsia das mãos, microcomputadores com acesso à internet, membros especiais (importadas) para a fixação de simuladores de órgãos e tecidos para treinamento de incisões e suturas, bases simuladoras de dificuldades de acesso para exercícios de práticas cirúrgicas em condições adversas, instrumental cirúrgico básico para treinamento de procedimentos tais como incisões, pontos cirúrgicos e suturas de tecidos diversos, projetor multimídia e salas climatizadas. O cronograma da aula começa com o treinamento e simulação dos alunos em um centro cirúrgico. Nesse início eles cumprem os seguintes temas: Paramentação; Assepsia e Antissepsia da Equipe cirúrgica; Instrumental cirúrgico; Nós e Suturas. Nas aulas de nós e suturas são utilizadas línguas bovinas onde diferentes partes da língua simulam diferentes partes de pele e modelos sintéticos. Tanto as línguas quanto os modelos sintéticos são reaproveitados em várias aulas. Em continuidade à formação dos alunos, nas aulas seguintes, eles realizam

procedimentos cirúrgicos em suínos como modelo experimental. O suíno tem sido utilizado em diferentes áreas de pesquisa biomédica e ensino devido as similaridades com a biologia humana, particularmente com respeito à pele, esqueleto, articulações, dentes, trato gastrointestinal, pâncreas, fígado, rins, coração, vasos sanguíneos, pulmão, mecanismo imune e estágio fisiológico de recém-nascido (Mattaraia VGM, Vidotti A, Damy SB; Suínos como modelos experimentais. RESBCAL, São Paulo, v.1 n.4, pg. 336-343, set./out./nov.. 2012). Os atos cirúrgicos realizados nos animais são: cricotireoidostomia, traqueostomia, drenagem torácica, laparotomia, ligadura de vasos mesentéricos, colecistectomia, esplenectomia e nefrectomia. Os procedimentos cirúrgicos são realizados conforme as técnicas descritas nos livros Bases Cirúrgicas – Goldemberg e Bevilacqua e Princípios da Cirurgia – Schwartz. São realizados mais de um procedimento cirúrgico em cada animal, respeitando a Diretriz Brasileira para o cuidado e a Utilização de Animais para fins Científicos e Didáticos – DBCA/2013 e Lei Federal 11794.

Laboratório de Anatomia: possui 182m² divididos em 5 partes: didático, depósito de peças secas, sala de técnico, almoxarifado e depósito de cadáveres e peças úmidas. Os alunos atuam em grupos pequenos com auxílio de professores e monitores para esclarecerem as dúvidas referentes ao conteúdo. O número de corpos e peças anatômicas ainda não suficientes para o ensino. A Anatomia ainda conta com 02 (dois) técnicos de anatomia e necropsia que auxiliam nas aulas e preparam as peças e materiais a serem utilizados nas aulas, o que colabora para que o material esteja sempre em perfeitas condições para o ensino/aprendizagem.

Para atender demandas específicas do curso de Nutrição e as disciplinas eletivas da grade curricular do curso de Medicina temos 4 laboratórios de ensino:

Avaliação Nutricional: este laboratório possui todos os equipamentos para avaliação nutricional, destacando-se balanças digitais e mecânicas, plicômetros, estadiômetros portáteis e fixos, equipamentos de bioimpedância, computadores e aparelhos para medir pressão arterial, glicemia, colesterol, triglicérides e hemoglobina. Foi instalado para possibilitar a aplicação de

métodos e técnicas em avaliação nutricional nos diferentes ciclos de vida, desde a criança ao idoso, complementando assim o conhecimento teórico das disciplinas do curso. Para avaliação antropométrica possui duas balanças pediátricas digitais com capacidade de 16kg, duas balanças pediátricas mecânicas com capacidade máxima de 16kg, uma régua antropométrica pediátrica de madeira, duas balanças digitais da marca Trentin com capacidade de 200 kg e uma de 300 kg, balanças digitais da marca Líder com uma com capacidade de 200 kg e outra de 300kg, uma balança mecânica com capacidade de 150kg da Welmy, uma balança digital com monitor de composição corporal da Tanita com capacidade de 150kg, três estadiômetros de metal da Welmy com 220 cm, cinco adipômetros analógicos da Cescorf, cinco adipômetros digitais específicos da Prime Vision, quatro trenas da Cescorf de 2 metros, três fitas métricas de 1,5 metros. Em relação à avaliação laboratorial há três aparelhos da Accutrend Plus para dosagem de glicemia, colesterol e triglicerídeos e três aparelhos HemoCue Hb 301 para dosagem de hemoglobina. Constam também aparelhos para aferição de pressão arterial sendo, quatro esfigmomanômetros e quatro estetoscópios da marca Solidor. Para avaliação da composição corporal conta com dois aparelhos de bioimpedância da Biodynamics BIA 450. Para auxiliar nas aulas: oito calculadoras, um álbum seriado de avaliação nutricional do SISVAN (sistema de vigilância alimentar e nutricional), uma pirâmide alimentar em acrílico, réplica de 49 alimentos. Também conta com vinte Notebooks Pavilion Entertainment PC da HP, e os softwares de nutrição: Nutwin, DietPro, Avanutri e Nutrilife. Conta com uma área de 66,5 m² tem capacidade para até 20 alunos e é utilizado tanto para ensino, para pesquisa e para extensão.

Cozinha Demonstrativa: este laboratório visa atender as oficinas e projetos de extensão do Curso de Nutrição, no preparo de novos produtos ou melhoramento de produtos alimentícios convencionais. Além de possibilitar o desenvolvimento de atividades relacionadas à Trabalhos de Conclusão de Curso e projetos de pesquisa e extensão. Possui uma área de 60 m² e tem capacidade para até 20 alunos, está situado em um prédio anexo a FCS dentro do Espaço Multidisciplinar. Dentro dele além do mobiliário estão os seguintes

equipamentos: Um Espremedor de frutas, um liquidificador, uma cafeteira elétrica, um forno micro-ondas, uma balanças marca MARTE, um grill elétrico para carnes e um fogão industrial de 06 bocas.

Ciência de Alimentos: visa atender pesquisas que envolvam análise de alimentos. Conta com uma área de 11,40 m² tem capacidade para até 3 pessoas, é utilizado tanto para ensino, para pesquisa e para extensão. Conta com os seguintes equipamentos: viscosímetro; balança marca MARTE, Modelo M2K; refratômetro; balança eletrônica semi analítica; destilador de nitrogênio; bomba de vácuo; dessecador; estufa à vácuo; unidade refrigeradora; destilador de água; refrigerador vertical; banho Dubnoff; estufa bacteriológica; extrator de óleo e graxas; bloco digesto; capela de exaustão de gases; banho maria; evaporador rotativo; chapa aquecedora; espectrofotômetro; PHmetro e um refrigerador vertical.

Análise Sensorial de Alimentos e Bebidas: neste laboratório são realizados testes sensoriais de alimentos e bebidas. Além de possibilitar o desenvolvimento de atividades relacionadas a Trabalhos de Conclusão de Curso e projetos de pesquisa e extensão. Conta com uma área de 11,4 m² tem capacidade para até 20 alunos e é utilizado tanto para ensino, pesquisa e

5.7.2 Laboratório de Habilidades Médicas

O Laboratório de Habilidades Médicas (LHM) do curso de Medicina, da Faculdade de Ciências da Saúde (FCS) foi inaugurado dia 27 de janeiro de 2016, e é pioneiro na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), considerando-se a tecnologia e a metodologia utilizadas para o seu funcionamento. Os ambientes foram reformados e adaptados para o treinamento de cuidados em saúde e procedimentos médicos intensivos, invasivos e de emergência, com cenários diferentes. É um laboratório multiprofissional e interdisciplinar no qual os acadêmicos de medicina recebem um aprendizado diferenciado.

O laboratório situa-se no primeiro andar da FCS e é de responsabilidade da Coordenação do Curso de Graduação em Medicina, sendo que há um profissional responsável para organizar e acompanhar, quando necessário, o desenvolvimento das aulas práticas, juntamente com o professor que está utilizando o laboratório.

A estrutura oferecida ajuda o desenvolvimento prático dos futuros profissionais, aspecto fundamental para a área da saúde. O ambiente conta com equipamentos que permitem o desenvolvimento de habilidades técnicas necessárias ao exercício profissional com competência.

As atividades desenvolvidas no LHM tem como objetivo treinar os alunos de graduação do curso de Medicina da FCS a enfrentar situações difíceis da rotina profissional, sem colocar em risco a vida e a saúde de pacientes reais. O laboratório poderá ser utilizado para treinamento residentes de medicina e residência multiprofissional do Hospital Universitário da UFGD, e de profissionais de saúde que atuam na UFGD e Hospital Universitário.

Os equipamentos permanentes e o material de consumo disponível permitem que os acadêmicos desenvolvam as seguintes habilidades dentro do laboratório: higienização das mãos, calçar luva estéril, verificar sinais vitais, sondagem vesical de demora, sondagem nasogástrica e nasoenteral, coleta de sangue venoso e arterial, injeções intramuscular, acesso venoso periférico, coleta de líquido, passagem de acesso venoso central, curativos, ausculta cardíaca e pulmonar, cricothirotomia, intubação orotraqueal infantil e adulto, massagem cardíaca, passagem de cateter umbilical, suporte básico e avançado de vida, identificação de retinopatias, exame otoscópico, exame clínico de mamas, toque vaginal, parto vaginal e exame clínico de próstata.

A FCS adquiriu modelos sofisticados para a simulação avançada. Entre eles, está o SimMan 3G (adulto). O manequim interage com os alunos, simula movimentos e reações, e responde a estímulos externos em tempo real, inclusive a medicamentos administrados. O manequim é controlado a distância, conforme a situação e o cenário propostos. A partir de uma sala de controle, o professor orienta, por meio de um ponto eletrônico, o técnico que participa da

encenação, que pode representar tanto um familiar como um membro da equipe médica. Utilizando o manequim semelhante a um humano, os alunos têm a oportunidade de simular atendimentos próximos aos reais e vivenciam experiências de atendimento em ambiente controlado, que os prepara para o exercício profissional responsável e aumenta a segurança dos pacientes, já que os alunos aprendem antes nos simuladores para, só então, realizarem os atendimentos dos pacientes reais. Existe a possibilidade de simular quase todas as situações clínicas que serão experimentadas na vida real pelos futuros médicos, atendimentos a situações de emergência e o manejo de situações comportamentais que podem ocorrer durante a assistência à saúde.

O laboratório de habilidades médicas possui uma área total de 84m², composto por:

- 1 sala do SimMan 3G e de procedimentos (2,8m²): esta sala é utilizada para aulas práticas em geral, já que é a maior sala do laboratório, e também é utilizada para simular atendimentos próximos aos reais e vivenciam experiências de atendimento em ambiente controlado;
- 1 consultório médico (9m²): esta sala simula um consultório médico, onde o aluno pode treinar anamnese e exame físico, além de atendimentos em geral;
- 2 estações de procedimentos (11,5m² e 14,5m²): estas salas são utilizadas para treinamento de procedimentos com simuladores, além de ser um espaço para realizar avaliação prática dos acadêmicos;
- 1 sala de controle (6,2m²): a sala de controle é utilizada pelo professor e pelo técnico do laboratório, durante o período de aula para monitorar e orientar o atendimento dos alunos no manequim durante a simulação realística das situações clínicas que serão experimentadas na vida real pelos futuros médico;
- 1 sala de observação (6,2m²): sala disponível para que os acadêmicos que não estão participando da simulação realística possam observar o atendimento realizado, facilitando o aprendizado;
- 1 depósito (6,3m²): local para guardar os simuladores e material de consumo do LHM.

No LHM estão disponíveis os seguintes equipamentos:

- Simulador de Paciente Real adulto de alta fidelidade, interativo 3G completo, com respiração espontânea e respostas fisiológicas e farmacológicas (SimMan3G), acompanhado de Notebook e monitor cardíaco;
- Simulador de corpo inteiro de Paciente adulto realístico com SimPad para Suporte Básico de Vida;
- Manequim de Bebê para RCP e Entubação;
- Simulador de Cabeça Adulto de Entubação ;
- Simulador de Cabeça para treinamento de retinopatias;
- Simulador de Cabeça para otoscopia;
- Simulador de Cabeça de Entubação Avançada Adulto ;
- Simulador de Cabeça de Entubação Bebê RN ;
- Simulador de Cabeça de Entubação Criança 3 Anos;
- Simulador de Bebê engasgado;
- Simulador Torso de Ausculta Cardíaca e Pulmonar com Smartscope;
- Simulador Infantil de Ausculta Cardíaca e Pulmonar Smartscope;
- Simulador Braço para Injeções Avançado;
- Simulador Braço de Pressão Sanguínea com Alto Falante;
- Simulador para Injeção Intramuscular em glúteo;
- Simulador de Cateterização Venosa Central;
- Braço Avançado de injeções e punção arterial;
- Modelo para Introdução de Tubos Nasogástricos;
- Simulador Pediátrico de Diagnóstico;
- Simulador para Exame de Próstata;
- Simulador de Anestesia Espinhal;
- Simulador de Cricotiroidotomia;
- Simulador de Mamas Para Ensino Clínico de Palpação;
- Simulador de Parto gemelar;
- Simulador de Dilatação Cervical;
- Simulador Ginecológico;
- Simulador de Episiotomia Completo com 3 Peças;

- Kit de Ferimentos Profissional;
- Negatoscópio

O Resusci Anne é um manequim adulto de treinamento em RCP que tem opções de feedback que fornece a oportunidade de ter foco na competência do aluno. A medição, avaliação e feedback da qualidade são fatores chave no desenvolvimento da competência.

O Resusci Anne foi criado com a finalidade de: Medir e avaliar o desempenho da RCP, adequado para treinamento do Suporte Básico de Vida.

5.8 PROTOCOLOS DE EXPERIMENTOS

Os protocolos e projetos de pesquisa são analisados e aprovados por Comissão de Pesquisa própria da Faculdade de Ciências da Saúde. Os pareceres são encaminhados ao Conselho Diretor da unidade acadêmica e, posteriormente, à PROPP. São utilizadas todas as normas internacionalmente aceitas e integradas à Plataforma Brasil.

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) da Universidade Federal da Grande Dourados, é um órgão multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e educativo, que tem como função incentivar a reflexão sobre o uso desses animais no ensino e na investigação científica. Suas atribuições e competências são definidas conforme o disposto na Lei 11.794/08 e em resoluções do Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal/CONCEA. É constituído por representantes das Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas, Ciências da Saúde, Área de Educação, Representante da EMBRAPA, Representante de ONG legalmente constituída, Representante do Biotério Central, Representante Discente e Representante Biólogo. Tem como Coordenadora e Vice Coordenadora as servidoras Médica Veterinária Melissa Negrão Sepulvida e Juliana Rosa Carrijo Mauad, Professora Adjunto, respectivamente. A atual comissão foi nomeada pela Portaria nº 237 de 17/03/2015.

É uma Comissão ligada à Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPP-UFGD), com regimento próprio. Todos os projetos de pesquisa e planos de aulas

práticas envolvendo a utilização de animais (filo Chordata, subfilo Vertebrata), no âmbito da FCS-UFGD, devem ser submetidos à análise pela CEUA, e só podem ser executados mediante sua prévia aprovação.

5.9 COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

A Faculdade de Ciências da Saúde apresenta Comissão de Pesquisa que analisa todo o processo de pesquisa da Faculdade.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) da UFGD são colegiados interdisciplinares e independentes, com “múnos público”, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões éticos, garantindo o respeito das normas internacionalmente aceitas (código de Nüremberg e declaração de Helsinki).

O CEP tem por finalidade cumprir e fazer cumprir as determinações da Resolução 466/12, do Conselho Nacional de Saúde - CNS no que diz respeito aos aspectos éticos das pesquisas envolvendo seres humanos, sob a ótica do indivíduo e das coletividades, tendo como referenciais básicos da bioética: autonomia, não maleficência, beneficência e justiça, entre outros, e visa assegurar os direitos e deveres que dizem respeito à comunidade científica, aos sujeitos da pesquisa e ao Estado.

A submissão, avaliação e o monitoramento de protocolos de pesquisa científica envolvendo seres humanos no âmbito da UFGD é realizada exclusivamente pelo sistema Plataforma Brasil.

ANEXOS

ANEXO I

FUGD - UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FCS - FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MEDICINA
FICHA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA DOS INTERNOS

NOME: _____	SEMESTRE: _____
ÁREA DE ESTÁGIO: _____	MÓDULO: _____
	MÊS/ANO: _____

SEMANA - ____ DATA DE INÍCIO : __/__/__ DATA DE TÉRMINO __/__/__

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
MANHÃ							
TARDE							
NOITE							

SEMANA - ____ DATA DE INÍCIO : __/__/__ DATA DE TÉRMINO __/__/__

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
MANHÃ							
TARDE							
NOITE							

SEMANA - ____ DATA DE INÍCIO : __/__/__ DATA DE TÉRMINO __/__/__

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
MANHÃ							
TARDE							
NOITE							

SEMANA - ____ DATA DE INÍCIO : __/__/__ DATA DE TÉRMINO __/__/__

	SEGUNDA	TERÇA	QUARTA	QUINTA	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
MANHÃ							
TARDE							
NOITE							

ASSINATURA DO INTERNO :

ASSINATURA COORDENADOR DO ESTÁGIO :

OBSERVAÇÕES:

ANEXO II

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
FCS – FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
CURSO DE MEDICINA

FICHA DE AVALIAÇÃO DE INTERNOS

Nome:	DATA:
Área de Estágio:	MÊS/ANO:
Preceptor:	SEMESTRE:

Sugestão de item a serem avaliados:

1- Atenção ao paciente:

Consegue ver a situação do ponto de vista do paciente; sabe ouvir e intervém adequadamente; busca ganhar e manter a confiança do paciente (empatia).

Colhe dados relevantes ao problema trazido, sem desprezar outros problemas/queixas relatados ou detectados.

Examina o paciente de acordo com as necessidades do problema apresentado.

Registra de forma clara, organizada e priorizando os dados positivos ou relevantes.

Consegue selecionar, organizar e elaborar os dados formulando uma lista de problemas.

Indica exames com critério e dentro da necessidade do caso.

Apresenta habilidades técnicas adequadas ao período de formação; adere a normas e procedimentos

2 - Conhecimento e uso das evidências

Mostra conhecimento básico adequado para o seu nível de formação.

Identifica suas deficiências, pergunta, é interessado, estuda os temas proposto.

Busca novas fontes de informação, tem senso crítico sabendo interpretar as evidências para a situação do paciente.

3 – Atitude profissional e Trabalho em equipe

Mostra assiduidade e responsabilidade no cumprimento das tarefas; respeita normas institucionais; posiciona-se ética e humanisticamente em sua prática profissional

Tem um bom relacionamento com os integrantes da Equipe, respeitando, e sendo disponível.

É pontual, assíduo, cumpre espontaneamente suas responsabilidades ou justifica suas omissões.

CONCEITO			
D = Insuficiente () (Abaixo de 5)	C = Regular () (5 a 6)	B = Bom () (7 a 8)	A = Ótimo () (9 a 10)
Comentários e Sugestões:			
Assinatura Coordenador de Estágio :		NOTA FINAL :	

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, M. J.; LEITE, P. H. P. Manual Geral do Professor Tutor. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2007.

BRASIL. Lei 12.871/2013, de 22 de outubro de 2013. Institui o Programa Mais Médicos, altera as Leis no 8.745, de 9 dez de 1993, e no 6.932, de 7 de jul. de 1981. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília, DF, 23 out.2013. Acesso em 20 de agosto de 2015.

BRASIL. Resolução no 3, de 20 de Junho de 2014. Novas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina. Disponível em : <http://academiamedica.com.br/novas-diretrizes-curriculares-curso-de-medicina-2014>. Acesso em :06 de agosto de 2015.

CINAEM. Avaliação das Escolas Médicas do Brasil. Segundo Fase.Primeiro Módulo;1994

EPSTEIN RM, HUNDERT EM. Defining and assessing professional competence. JAMA. 2002; 287(2): 226-35.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários para a prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KOMATSU, R. S. Aprendizagem Baseada em Problemas: sensibilizando o olhar para o idoso. São Paulo: Fundo editorial FAMEMA, 2003, p. 32-34.

MANGOLIM, O. Povos indígenas no Mato Grosso do Sul. Viveremos por mais 500 anos. Conselho Indigenista Missionário Reg. de Mato Grosso do Sul, 1993.

MASUR, J.; MONTEIRO, M.G. Validation of the "CAGE" alcoholism screening test in a Brazilian psychiatric inpatient hospital setting. Brazilian J. Med Biol Ver. v. 16, p. 215-8, 1983.

MARKS M, HUMPREY-MURTO S. Performance assessment. In: Dent JA, Harden R, eds. A practical guide for medical teachers. 2nd ed. London: Elsevier; 2005. p.323-35

RAMOS, M. N. A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SCHMIDT, H. G. Problem-Based Learning: rationale and descriptions. Medical Education, 17:11-16, 1983.

SCHUWIRTH LW, VAN DER VLEUTEN CP. ABC of learning and teaching in medicine: Written assessment. BMJ 2003;326(7390):643-5.

VAN DER VLEUTEN., Validity of final examinations in undergraduate medical training BMJ. 2000 Nov 11;321(7270):1217-9.